

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU  
EM SERVIÇO SOCIAL

**JOVENS MIGRANTES EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE  
VIDA**

APARECIDA TELES DE CAMARGO

Goiânia  
2009

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU  
EM SERVIÇO SOCIAL

**JOVENS MIGRANTES EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE  
VIDA**

APARECIDA TELES DE CAMARGO

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação  
*Stricto Sensu* em Serviço Social  
como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre em  
Serviço Social.

Orientadora: Dr.<sup>a</sup>Margot Riemann  
Costa e Silva

Goiânia  
2009

## FOLHA DE APROVAÇÃO

DISSERTAÇÃO do Programa de Pós-graduação *Scriptu Sensu* em Serviço Social defendida em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e aprovada com nota \_\_\_\_\_ pela banca examinadora

### BANCA EXAMINADORA

1. Dra. Margot Riemann Costa e Silva / UCG. (Presidente)
2. Dra. Walderez Loureiro Miguel / UCG. (Membro)
3. Dr. João Batista Pereira de Queiroz / UCB. (Membro)
4. Dra. Líliliana Patrícia Lemus Sepúlveda Pereira / UCG (Suplente)

A Isabel e Gercilene pela  
presença, apoio e amizade,  
minha gratidão.

## ENCONTROS E DESPEDIDAS

Mande notícias do mundo de lá

diz quem fica

me dê um abraço

venha me apertar

tô chegando

coisa que gosto é poder partir

sem ter planos

melhor ainda é poder voltar

quando quero

Todos os dias é um vai-e-vem

a vida se repete na estação

tem gente que chega pra ficar

tem gente que vai pra nunca mais

tem gente que vem e quer voltar

tem gente que vai e quer ficar

tem gente que veio só olhar

tem gente a sorrir e a chorar

E assim, chegar e partir

são só dois lados

da mesma viagem

o trem que chega

é o mesmo trem da partida

a hora do encontro

é também despedida

a plataforma dessa estação

é a vida desse meu lugar

é a vida desse meu lugar

é a vida

*Maria Rita*

## Agradecimentos

A Deus pelo dom da vida, à minha mãe Joana e ao meu pai João por terem proporcionado esse dom.

À professora Dra. Margot Riemann Costa e Silva, orientadora desta dissertação, pela sua compreensão, seu interesse e sugestões.

À professora Dra. Walderez Loureiro Miguel, pelo carinho, pelos contribuições e por ter aceito o convite para participar da banca de apresentação desta dissertação.

Ao professor Dr. João Batista Pereira de Queiroz, por participar desta defesa, por suas sugestões, disponibilidade e compreensão.

Aos professores (as) do Mestrado de Serviço Social, na UCG.

À Juliana secretária do mestrado que com simpatia e prontidão sempre me atendeu.

Às alunas(os) do Serviço Social que participaram da pesquisa.

A todos os jovens migrantes, que com disponibilidade aceitaram ser entrevistados e sem os quais não teria realizado essa dissertação.

## SUMÁRIO

• Lista de siglas.....	9
• Lista de tabelas, gráficos e fotos.....	10
• Resumo.....	13
• Abstract .....	14
• Introdução .....	15
Capítulo I .....	20
1. Migração no Brasil, no Centro-Oeste, em Goiás e em Goiânia.....	20
1.2. Migração no Brasil.....	23
1.3. Migração no Centro-Oeste e Goiás.....	36
1.4 Migração em Goiânia.....	46
Capítulo II.....	52
2. A juventude no contexto da migração.....	52
2.1 Juventude no contexto da Sociedade	55
2.2 Juventude e o mundo do trabalho.....	59
2.3 Juventude em Goiânia: alguns números.....	68
Capítulo III.....	72
3.Região Noroeste de Goiânia.....	72
3.1.Divisão Regional de Goiânia.....	72
3.2. A Região Noroeste .....	75
3.3. Os bairros Parque Tremendão, São Carlos e Floresta.....	79
Capítulo IV.....	82
4. Jovens migrantes de 18-25 anos, moradores na Região Noroeste de Goiânia na luta pela sobrevivência.....	82
4.1.Metodologia.....	83
4.2.Perfil pessoal.....	83

4.3.Local de origem.....	84
4.4. Motivos e mapa da migração.....	87
4.5 Por que veio para Goiânia e para os bairros de Região Noroeste.....	91
4.6. Estudos e escolaridade.....	94
4.7 Trabalho.....	98
4.8 Renda/ Pobreza.....	102
4.9.Condição de moradia.....	104
4.10. Inclusão e exclusão em relação ao lugar de origem.....	105
4.11. Retorno ao local de origem.....	110
4.12. Sonhos e decepções.....	112
• Considerações finais.....	115
• Referências .....	119
• Anexo I .....	124
• Anexo II.....	125



## LISTA DE SIGLAS

AIDS Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

DPSE Departamento de Ordenação Sócio- Econômica

DVPSE Divisão de Pesquisa e Estatística.

DST Doenças Sexualmente Transmissíveis

FUNDEC Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IESA Instituto de Estudos Sócio-Ambientais

ONU Organização das Nações Unidas

PIB Produto Interno Bruto

PICE Política Industrial de Comércio Exterior

PNAD Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar

SEPLAM Secretaria Municipal de Planejamento

TAC Termo de Ajustamento de Conduta

UCB Universidade Católica de Brasília

UCG Universidade Católica de Goiás

UFG Universidade Federal de Goiás

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Mapa 1. Fluxos migratórios no Brasil a partir de 1950.....	34
Mapa 2. Direção do fluxo migratório entre os anos 1960-1980; 1980-1990.....	34
Mapa 3. Direção do fluxo migratório de 1990 em diante.....	35
Mapa 4. Mapa atual de localização de Goiás e Goiânia na extensão do Território Brasileiro.....	40
Tabela 01. Migração interna no Brasil no período de 1940 a 1960.....	41
Tabela 02. Aumento populacional em Goiás, no período de 1940 a 1960.....	41
Tabela 03. Crescimento populacional da região Centro-Oeste 1970-2000.....	42
Mapa 5. Mapa do atual Estado de Goiás e suas principais cidades.....	43
Tabela 04. Evolução da urbanização em Goiás.....	44
Gráfico 1. Evolução demográfica da cidade de Goiânia de 1940- 2007.....	49
Tabela 05. Brasil: composição do desemprego por faixa etária 1980 e 1998, em anos e em %.....	63
Tabela 06. Sobre taxa de ocupação por faixa etária no período de 1996- 2006. Comparação de taxas entre 1996 e 2006 em %.....	65
Tabela 07. Situação dos jovens com relação ao trabalho.....	70
Tabela 08. Quantitativo de jovens que trabalha por região pesquisada.....	71
Tabela 09. Índice de violência em Goiânia. Ano 2000-2008.....	71
Mapa 06. Goiânia: Bairros que perderam população na década de 1990.....	74
Tabela 10. Goiânia população urbana segundo as regiões – 1991 e 2000.....	76
Tabela 11. População de Goiânia e faixa de renda média por região – 2000.....	78
Foto 1. Foto aérea dos bairros São Carlos ,Parque Tremendão e Floresta.....	81
Tabela 12. Idade.....	85
Gráfico 2. Sexo.....	85

Tabela 13. Localidade de onde vieram.....	85
Tabela 14. Estado de origem dos jovens migrantes.....	88
Tabela 15. Década em que migrou pela primeira vez.....	88
Tabela 16. Vezes que já migrou.....	89
Tabela 17. Motivo da Migração.....	90
Tabela 18. Quando chegou a Goiânia.....	91
Tabela 19. Por que mora neste bairro.....	93
Tabela 20. Tempo que mora no atual domicílio.....	93
Tabela 21. Vezes que mudou dentro de Goiânia.....	94
Tabela 22. Escolaridade.....	95
Gráfico 3. Se está estudando.....	95
Tabela 23. Se pretende continuar ou voltar a estudar.....	96
Tabela 24. Se fez curso técnico.....	97
Tabela 25. Natureza do Curso Técnico.....	97
Gráfico 4. Usa computador.....	98
Tabela 26. Local onde usa o computador.....	98
Tabela 27. Finalidade do uso do computador.....	99
Gráfico 5. Está trabalhando.....	100
Tabela 28. Natureza do serviço.....	101
Tabela 29. Em que trabalha.....	101
Tabela 30. Sobre carteira de trabalho.....	102
Tabela 31. Tempo no emprego.....	103
Tabela 32. Renda domiciliar.....	103
Tabela 33. Renda per capita.....	104
Tabela 34. Renda média dos três bairros pesquisados.....	105
Tabela 35. Número de pessoas por domicílio.....	105

Gráfico 6. Comparação entre o que se usufruía antes de migrar e o que se usufrui agora, após a migração.....	106
Tabela 36. Principais dificuldades na atualidade.....	108
Tabela 37. Desafios dos jovens pesquisados, hoje.....	110
Gráfico 07. Deseja voltar para o lugar de origem.....	111
Tabela 38. Por que não voltaria.....	112
Tabela 39. O que seria necessário haver no lugar de origem para voltar.....	112
Tabela 40. Planos para o próximo ano.....	113

## RESUMO

CAMARGO, Aparecida Teles de. JOVENS MIGRANTES EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA. Goiânia: Universidade Católica de Goiás 2009.

Esta dissertação trata da situação dos jovens migrantes de 18 a 25 anos moradores dos bairros Parque Tremendão, Floresta e São Carlos, da Região Noroeste de Goiânia e investiga as motivações que impulsionaram esses jovens a deixarem o lugar de origem e virem morar em Goiânia. Migração é entendida como um fenômeno existente no Brasil desde a sua origem, quando chegam os portugueses e em seguida trazem os escravos africanos. O fenômeno migratório no Brasil se configurou em torno dos ciclos de desenvolvimento econômico. Na modernidade, a migração perpassa a oferta e possibilidade de trabalho que surge nas diversas regiões do país, advinda do desenvolvimento econômico e crescimento dessas regiões. Além das motivações que impulsionaram os jovens a deixarem o seu lugar de origem e dirigir-se à cidade, esse trabalho trata das conseqüências e dos desafios encontrados ao migrar. O presente trabalho utiliza dados estatísticos e depoimentos de jovens pesquisados, que mostram as circunstâncias socioeconômicas que motivam os jovens a deixarem o seu lugar de origem, os problemas e desafios encontrados na cidade, as suas expectativas e esperança. Mostra a desigualdade social encontrada no país e na cidade e a necessidade de investimento em políticas sociais públicas voltadas para a juventude.

Palavras-chave: Migração, Juventude , Cidade, Trabalho

## ABSTRACT

CAMARGO, Aparecida Teles de. *YOUNG MIGRANT IN THE FIGHT BY SURVIVAL*. Goiânia. Catholic University of Goiás. 2009.

This essay handles with the situation of Young migrant people from 18 to 25 years old who live in districts named Parque Tremendão, Floresta and São Carlos, from Northwest region of Goiânia city, and investigates the reasons which stimulated these Young people to leave their place of birth ( or origin). Migration is understood as a phenomenon that has been existing in Brazil since its origin, when Portuguese colonizers arrived and brought African slaves. The migratory phenomenon in Brazil was formed around the economical development of the cycles. Nowadays, migration overcomes the offerings and possibilities of work that arise in the Country, because of their growth and economical development. Besides the motivations that impulsed these Young people to leave their places and come to the city, this essay also handles with consequences and challenges faced during migration. This present essay uses researched statistical data and depositions from Young people that show social economical circumstances that motivated them to leave their place, the problems and challenges they faced in town, their expectations and hopes. It shows the unequal social life in Brazil and in Goiânia, and the necessity of investments by public politics directed to the youth.

Key words: migration, youth, city, work

## INTRODUÇÃO

Encontramo-nos em pleno século XXI quando, no Brasil e no Mundo, as migrações se constituem um fenômeno real e global.

As migrações são inerentes à história, são uma experiência humana que levou à povoação do planeta. Na antiguidade, as migrações estavam vinculadas a catástrofes ou mudanças climáticas, associadas ao desenvolvimento desigual das regiões do mundo e da multiplicação de conflitos. Na atualidade, prosseguem em função das desigualdades regionais, dos conflitos entre os diversos interesses humanos, condicionados por questões sociais, advindas da situação econômica.

A propósito da dimensão econômica, o fato mais consistente da problemática atual é a crescente desigualdade econômica entre países e regiões. Se, no passado, as ondas migratórias significaram um dado positivo para a economia das sociedades, como aconteceu com a vinda dos migrantes europeus para terras da América; hoje, é a injusta desigualdade econômica existente entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, que torna dramática a situação dos migrantes.

O Brasil se constitui como um país de migrantes. Desde o século XVI, estabeleceram-se aqui colonos portugueses. A partir de 1530, são trazidos os escravos africanos como mão de obra para o desenvolvimento econômico da colônia.

As migrações internas, no Brasil, acompanharam os ciclos econômicos que se foram sucedendo no decorrer de sua história: ciclo da cana-de-açúcar, da mineração, do café e da borracha, quando as pessoas se deslocavam de um lugar para outro, a fim de servir de mão de obra à produção desenvolvida por cada ciclo. A mineração provocou o deslocamento da população litorânea para o interior do país; a plantação do café, o fluxo de escravos do nordeste para São Paulo e Rio de Janeiro. O ciclo da borracha na Amazônia atraiu muitas pessoas, especialmente do Nordeste.

Com a abolição da escravidão, marco de referência da sociedade moderna no Brasil, o fluxo migratório é intensificado. Ao mesmo tempo, a escravidão deixa marcas na sociedade brasileira, fazendo com que a construção da sociedade capitalista no país implicasse numa percepção rebaixada do trabalho manual, uma imagem depreciativa do negro e mesmo dos trabalhadores, uma indiferença das elites quanto às maiorias pobres e uma hierarquia social extremamente rígida.

O desenvolvimento industrial, a partir dos anos 1950, na região Sudeste, deslocou principalmente os nordestinos. A construção de Brasília atraiu mão-de-obra, sobretudo do Norte e Nordeste. Mais recentemente, acontece o movimento dos nordestinos para as regiões Sudeste e Sul em busca de trabalho nos setores industrial, comercial e de serviços. No Centro-Oeste e Norte, dá-se um fluxo de famílias ligadas ao meio rural vindas do Sul, incentivadas pela expansão da fronteira agrícola que marcou o crescimento do Centro-Oeste na década de 1980. O movimento migratório, iniciado no Brasil no final do século XX e que se estende até os nossos dias, é consequência da terceira revolução industrial, que mobiliza a força de trabalho de regiões menos favorecidas pela industrialização, como o Nordeste, para o Sudeste onde se encontra o centro do mercado e, portanto, a demanda de mão de obra.

A maior parte das populações de migrantes do Brasil são populações camponesas que se veem obrigadas a migrar para a cidade grande e/ou para outros estados.

Com a penetração crescente do capitalismo e da revolução tecnológica que chega ao campo, a tendência tem sido a mudança dos trabalhadores rurais de pequeno porte ou arrendatários para os centros urbanos.

Goiânia, desde sua fundação, vem ampliando, de forma acelerada, seu crescimento demográfico e, conseqüentemente, sofre profundas alterações no seu espaço geográfico. A cidade recebe alto contingente de migrantes que, de diversas partes do país ou do próprio estado de Goiás, põem-se em marcha em busca de trabalho e de uma vida melhor.

A capital vem passando por transformações na sua organização espacial e base estrutural e não tem oferecido, de forma satisfatória, acesso aos bens de consumo coletivo a toda sua população.

O surgimento de loteamentos em todas as direções da cidade tem-lhe dado um novo contorno geográfico. A periferia cresce e acolhe a população de baixa



renda, prioritariamente os migrantes. É notável a existência de bairros centrais dotados de todos os serviços necessários e uma adequada condição de vida, ao lado de outros, nas regiões periféricas, carentes de serviço público. As desigualdades existentes são reforçadas pela distribuição espacial da população periférica que, condicionada pela sua situação econômica, vê-se obrigada a habitar em áreas cada vez mais distantes e desprovidas de serviços públicos.

As pessoas que migram para Goiânia situam-se em todas as faixas etárias, mas, entre elas, este estudo destaca os jovens. Para os jovens, o trabalho tem centralidade nas suas vidas e se lhes apresenta como demanda urgente, como necessidade; é assunto de interesse, uma vez que, por meio do trabalho, podem realizar os seus sonhos de uma vida melhor e de ajuda às suas famílias.

O problema do desemprego é sentido por todos os jovens independentemente de sua condição social. Mas os jovens de baixa escolaridade, pertencentes a famílias de menor renda, encontram-se em situação de desvantagem perante o mercado globalizado e cada vez mais competitivo.

Esta pesquisa busca compreender a relação existente entre juventude e migração, concretamente no espaço periférico da cidade de Goiânia onde as condições de vida são precárias. Perante esta realidade surgem as perguntas: Por que esses jovens migraram? Que motivações os impulsionaram a sair de seu lugar de origem? Por que eles moram nessa região periférica?

O objeto da presente investigação são jovens migrantes na faixa etária de 18 a 25 anos, moradores na cidade de Goiânia, na Região Noroeste, nos bairros Parque Tremendão, São Carlos e Floresta. Nosso objetivo é esboçar um perfil desses jovens, identificar os fatores que impulsionaram a sua migração, verificar se a vida melhorou ao migrarem, em que condições eles vivem, suas motivações para permanecerem na cidade e suas expectativas e desejos para o futuro.

A presente pesquisa retrata também minha história. Sou migrante, neta de avós migrantes. Meu avô paterno era mineiro, meus avós maternos, baianos. Eu não fugi à regra. Nascida no final da década de 1960, vivi minha infância no campo, numa família de oito irmãos. Trabalhava no campo, ajudava a plantar e colher na lavoura, auxiliava meu pai na ordenha; nesse contexto, vivi meus primeiros dezesseis anos. Aprendi de tudo um pouco. Na década de 1980, a produção das lavouras dos pequenos proprietários diminuía. Sem investimento, as terras já não produziam tanto. Nessa época, sem perspectiva de futuro, migrei pela primeira vez

para a cidade de Goianésia com o objetivo de trabalhar e continuar meus estudos. Atrás desse objetivo passei pelas cidades de Volta Redonda e Rio de Janeiro; atualmente moro em Goiânia, em função do trabalho. Em vista de uma melhor perspectiva de sobrevivência, retomei os estudos. Cursei este mestrado paralelamente a uma jornada diária de oito horas.

O motivo da escolha dos bairros Parque Tremendão, São Carlos e Floresta, como delimitação do campo da pesquisa ocorreu devido à minha participação em um trabalho social desenvolvido no bairro Parque Tremendão. Por meio desse trabalho, pude perceber que grande número de jovens ali residentes não tinham nascido em Goiânia, eram provenientes tanto do interior do estado, como de outros estados. Eles moravam sozinhos ou com a família, em um barraco ou em casa de parentes e amigos.

Com o intuito de obter respostas às questões levantadas, tornou-se necessário escolher uma metodologia de pesquisa voltada para a realidade de campo. Com esse objetivo, foram aplicados questionários a cento e quatro jovens migrantes de ambos os sexos. A amostragem foi feita de forma aleatória, aplicando um questionário por quadra. Os questionários foram aplicados em novembro de 2007 e julho de 2008, abordando os seguintes aspectos: identificação do entrevistado, seu perfil socioeconômico; sua relação com o trabalho; a trajetória de migração; o que usufruía no lugar onde nasceu e onde mora hoje; principais dificuldades e desafios; planos para o futuro e se deseja retornar ao lugar de origem. Dos cento e quatro jovens, foram escolhidos seis para realizar com eles uma entrevista semiestruturada, durante a qual os entrevistados falaram sobre as causas que motivaram a sua migração; as condições de sobrevivência existentes no lugar onde moravam, sua relação com o trabalho e atuais condições de vida em Goiânia.

A investigação revelou que a migração desses jovens está relacionada com a falta de perspectiva de crescimento profissional e de oportunidades para melhorar na vida no seu lugar de origem. Esses jovens buscam a cidade por acreditar que nela há possibilidade de uma vida melhor.

Como resultado desse processo, estruturamos essa dissertação em quatro capítulos.

O primeiro deles aborda o conceito de migração, o processo migratório, a singularidade do processo migratório interno e a questão social inerente a esse

processo no Brasil. Ressalta o processo de migração interna que atingiu a Região Centro-Oeste e, especificamente, o efeito desse processo na configuração do Estado de Goiás e da cidade de Goiânia.

O segundo capítulo trata dos múltiplos olhares e interpretações existentes sobre a juventude. O tema juventude é abordado como uma categoria social, buscando contextualizar o jovem na sociedade, sua relação com o mundo do trabalho. É esboçado um panorama geral sobre a situação dos jovens residentes em Goiânia.

O terceiro capítulo descreve a Região Noroeste de Goiânia, sua constituição, seu crescimento e a característica de segregação social existente nessa região devido a seu crescimento rápido e alta concentração da população de baixo poder aquisitivo. Traça o perfil dos bairros Parque Tremendão, São Carlos e Floresta no seu processo de constituição e crescimento populacional.

No quarto capítulo, coloca-se em foco a análise dos questionários, intercalando os dados quantitativos, com as análises das entrevistas. Procura-se descrever o perfil dos jovens migrantes, as motivações que os levaram a migrar, as suas conquistas e dificuldades no bairro onde moram, na cidade de Goiânia.

A pesquisa propõe-se a contribuir com dados concretos e assim fornecer subsídios para possíveis políticas sociais públicas voltadas para os jovens tanto no campo como na cidade.

## Capítulo I

### 1. MIGRAÇÃO NO BRASIL, NO CENTRO-OESTE, EM GOIÁS E EM GOIÂNIA

*“Minha vida é andar por este país prá vê se um dia eu descanso feliz. Guardando as recordações das terras por onde passei. Andando pelos sertões e dos amigos que lá deixei...”*

*Luíz Gonzaga.*

O conceito migração é utilizado nas Ciências Sociais para designar o deslocamento de indivíduos ou grupos no espaço geográfico. Associados à migração, temos os termos: imigração que significa a movimentação de entrada e emigração que significa a saída de indivíduos ou grupos de indivíduos. As migrações internas são os deslocamentos que ocorrem dentro dos limites de uma sociedade organizada, dentro de um mesmo país (SILVA, 1987).

A migração pode acontecer de forma isolada e de forma coletiva, quando grupos de pessoas se dispersam para vários lugares. De uma maneira geral, as razões para a circulação das pessoas são diversas, muitas migram por causa de desastres naturais, outras por falta de alternativas econômicas e condições de sobrevivência, ou por violação dos direitos humanos. Mediante qualquer uma destas razões, viver em outra região ou localidade é movimentar-se na busca de novas alternativas de sobrevivência (MILESI e AMBROS, 2006).

Pode-se observar, na questão social da migração, o lado visível de fenômenos invisíveis. Nessas questões, se revelam e escondem mudanças

profundas que nem sempre são aparentes, mas decorrentes do processo de transformação social. O deslocamento humano, via de regra, precede ou segue mudanças, seja do ponto de vista econômico e político, seja em termos sociais e culturais (GONÇALVES, 2003).

Os deslocamentos da população não são fenômenos particulares da época atual. No nosso país, os movimentos migratórios internos se revelam como um fenômeno inerente à constituição estrutural da sociedade, acompanhando os movimentos dos ciclos econômicos (ALVES, 2002).

Torna-se relevante, neste capítulo, compreender o desenvolvimento do processo migratório da sociedade brasileira, já que a atualidade está sempre ligada ao passado. Busca-se, portanto, entender a mobilidade das pessoas entre o local de origem e as regiões para as quais migraram e, dentro dessa dinâmica, identificar os fatores de expulsão e de atração, os motivos pelos quais migraram no decorrer de sua história.

Pretende-se, também, descobrir se os fatores que impulsionaram a migração foram superados ou se ainda influenciam e estão relacionados com o processo migratório dos jovens migrantes moradores da cidade de Goiânia, especificamente na Região Noroeste, onde se localizam os bairros pesquisados. Identificar esses fatores torna-se importante para a elaboração de políticas que visem à sobrevivência, à melhoria na qualidade de vida, ao acesso a bens de consumo, direitos e à melhoria salarial da população trabalhadora.

O conceito migração sempre remete ao deslocamento e realocação de pessoas de uma região para outra. Migrante é o indivíduo que muda de uma região para outra, no interior de um país, estado, município, cidade ou de um país para outro (IBGE, 2000). Os motivos que provocam estes deslocamentos podem ser diversos e analisados por diferentes olhares e concepções.

Segundo Moura (1980, p.11), “migração é um fenômeno reflexo, isto é, uma manifestação de processos e de transformações sociais e econômicas mais profundas que lhe são subjacentes”.

Lee (1980, p.99), define:

Migração é uma mudança permanente ou semi-permanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre a migração externa e a migração externa.

Ravenstein (1980), estudioso sobre migração, foi um dos primeiros a explicar e caracterizar os movimentos migratórios internos. Analisando a migração interna na Inglaterra, enumera as “leis empíricas de migração”<sup>1</sup>, com o intuito de apreender o processo de deslocamento populacional que ocorria dentro do Reino Unido no período da industrialização. Faz uma análise das características do deslocamento das pessoas naquele momento histórico. Destaca variáveis como: distância, tecnologia, sexo, condição econômica entre outros, como fatores que influenciam e caracterizam os diferentes movimentos migratórios.

Esse autor caracteriza ainda cada uma das variáveis dentro do movimento migratório e relata suas influências na configuração desse processo. O que se pode observar em seu estudo é a ênfase ao motivo econômico como principal causa desencadeadora dos fluxos migratórios.

Baseando-se nos estudos de Ravenstein, Muniz afirma que:

Apesar de Ravenstein apontar a melhoria nos transportes, a distância, o sexo e outros fatores como determinantes para o processo migratório, estes últimos funcionavam apenas como catalisadores, pois Ravenstein reconhecia o motivo econômico como a principal causa desencadeadora dos fluxos migratórios. [...] Além disso, se por um lado as “leis de migração” se aplicam razoavelmente bem aos movimentos do campo à cidade de numerosos países em processo de industrialização, por outro lado também é possível se pensar na motivação econômica como uma causadora do fluxo inverso, isto é, como uma causadora das contracorrentes migratórias originadas da cidade para o campo (MUNIZ, 2000, p. 2).

Pelas chamadas “leis de migração”, o autor sinaliza as principais tendências e pontos comuns aos movimentos migratórios de forma geral.

No presente trabalho, considera-se o motivo econômico o “pano de fundo”, a causa desencadeadora da migração, ou seja, o motivo determinante da migração

---

<sup>1</sup> No contexto de análise do autor, o termo “leis de migração” não deve ser levado ao pé da letra, como se comportamentos migratórios individuais e de grupos ocorressem independentemente do contexto e das diferenças pessoais que possam ocorrer. Em vez disso, suas “leis empíricas” devem ser interpretadas como fatos, características e atitudes observadas pelo autor na maior parte dos movimentos migratórios por ele estudados, e que levam em conta o contexto e a época particular em que foram analisados, ou seja, a Revolução Industrial. Nota explicativa feita por Muniz, (2000).

está relacionado com a busca da sobrevivência, a procura por trabalho e de melhores condições de vida.

A migração, neste capítulo, será abordada desde a perspectiva da busca por sobrevivência e, conseqüentemente, por trabalho. Realidade que nos levará a percorrer a história do longo e contínuo processo migratório no Brasil, caracterizado desde a sua colonização como um país de migrantes. E da Região Centro-Oeste, onde se encontra localizado o Estado de Goiás, que se desenvolveu com o incentivo dado à migração, sendo seu principal foco migratório a capital, Goiânia.

Os bairros alvos da presente pesquisa, situados na Região Noroeste de Goiânia, capital do Estado de Goiás, são exemplos de uma composição populacional que se deu através de um processo migratório, no qual as pessoas trazem na sua trajetória histórica a busca pela sobrevivência e melhores condições de vida.

## 1.2. MIGRAÇÃO NO BRASIL

O Brasil, no seu processo de formação histórica, configura-se como um país de imigrantes. Foram diversos os povos que aqui chegaram e contribuíram para a formação das várias etnias, costumes, raças, cores e valores (GONÇALVES, 2005).

O Brasil também é caracterizado como um país de migração interna a qual acompanha os vários ciclos econômicos existentes no País. Os ciclos de produção econômica compõem-se de várias etapas que desenham a história do processo econômico brasileiro.

No período pré-colonial, a primeira fase econômica foi denominada fase do pau-brasil, produto nativo que tinha grande valor no mercado europeu. Os portugueses determinavam a retirada do produto e o vendiam para a Europa. Essa fase durou de 1500 a 1530 (MELO, 1969).

Ainda na primeira metade do século XVI, o rei de Portugal organizou a primeira expedição com o objetivo de colonização. No Brasil, passaram a se estabelecer um número significativo de colonos portugueses e de escravos africanos (GALEANO, 2007).

A partir do declínio dessa fase, iniciou-se o ciclo do açúcar, no século XVI e se estendeu até o século XVII. O açúcar era um produto de muita aceitação na Europa e alcançou grande valor. A economia colonial girava em torno do engenho de açúcar. O senhor de engenho era um fazendeiro proprietário da unidade de produção de açúcar e utilizava a mão-de-obra africana escrava, tendo como objetivo principal a venda do açúcar para o mercado europeu.

A sociedade brasileira, no período do açúcar, era marcada pela rígida estratificação social. No topo da sociedade, com poderes políticos e econômicos, estavam os senhores de engenho; abaixo, aparecia uma camada média formada por trabalhadores livres e funcionários públicos. Na base da sociedade, estavam os escravos de origem africana os quais se constituíram nos primeiros contingentes de migrantes internos no Brasil.

O ciclo do ouro surge no final do século XVII, quando as exportações de açúcar produzidas no Nordeste começam a diminuir, devido à concorrência aberta pela Holanda que passa a produzir açúcar nas ilhas da América Central. A crise colocou Portugal numa situação de busca por novas fontes de renda. Foi neste contexto que os bandeirantes encontram minas de ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (MELO, 1969). Estas descobertas provocaram verdadeira “corrida do ouro” durante o século XVIII. Pessoas de todas as partes passaram a migrar para as regiões auríferas, buscando o enriquecimento. A exploração dependia de alto investimento em mão-de-obra (escrava africana), equipamento e compra de terrenos. Somente os grandes proprietários rurais e grandes comerciantes conseguiram investir neste mercado. Nas regiões auríferas, várias cidades cresceram e outras surgiram neste período. A vida nas cidades dinamizou-se fazendo surgir novas profissões e aumentando as atividades comerciais, sociais e de trabalho. Neste ciclo, provocou-se o deslocamento da população litorânea para o interior do país (MELO, 1969).

No período em que o Brasil foi colônia de Portugal (1500-1822), não houve desenvolvimento industrial no Brasil. A metrópole proibia o estabelecimento de fábricas, para que consumissem os produtos manufaturados portugueses.

O processo histórico brasileiro foi caracterizado pela ausência de autonomia, podendo se destacar neste cenário as figuras do senhor de terra, o escravo, o índio, o sertanejo, o fazendeiro capitalista, o empresário urbano, o lavrador, as classes médias e o operariado urbano e rural (VITTA, 1997).



Esse panorama delinea a presença de questões sociais, constantes nessa sociedade desde sua criação.

A economia e a sociedade brasileira surgiram como um capítulo da lenta transição que ocorreu na Europa ocidental, entre os finais do século XV e finais do século XVIII, do regime feudal ao regime capitalista. As transformações econômicas e sociais nesse período foram comandadas pela burguesia comercial europeia (VITTA 1997, p. 12).

A sociedade brasileira se organizou em torno de ciclos econômicos, cujo eixo era o abastecimento dos mercados externos. A maneira de ocupar e explorar terras e vidas humanas tinha relação com as necessidades do capitalismo comercial em desenvolvimento na Europa. Enquanto nesta o trabalho servil, forma de trabalho característico do feudalismo, desaparecia, os europeus recriavam a escravidão em suas colônias. Por vários séculos, a vida social no Brasil estava ligada ao mundo europeu.

No Brasil, o comércio, organizado com base na exploração do trabalho escravo, seguia o imperativo de produzir muito com baixo custo. Desse imperativo, a fim de atender aos mercados europeus, também resultou a ocupação da terra em imensos latifúndios. O aumento da produção demandava o aumento das plantações, e conseqüentemente da mão-de-obra escrava, uma vez que as técnicas agrícolas, por vários séculos, permaneceram imutáveis.

O cenário das fazendas era a unidade básica da agricultura mercantil e espaço no qual se articulava a vida social brasileira. Em torno das fazendas, surge o latifundiário, comandando inúmeros escravos com o objetivo de acumular riquezas pela produção (VITTA, 1997).

A base da produção mercantil era a exploração do trabalho escravo e do homem livre pobre<sup>2</sup>, cuja função era realizar tarefas secundárias tais com desmatamento, o comércio de animais de cargas e transporte de mercadorias entre outras atividades, pois o trabalho considerado fundamental ficava sobre o encargo dos escravos como o cultivo e corte da cana-de-açúcar.

---

<sup>2</sup> População, em geral formada por mestiços, (mulato e caboclo), era "livre" em dois sentidos: porque não era escrava e porque não tinha acesso à propriedade da terra (privilegio impossível para não-brancos) (VITTA, 1997, p.14 -15).

Na imensidão dos latifúndios, entre um espaço e outro, ficavam áreas que não eram aproveitadas para o cultivo da agricultura comercial. Nestes espaços, o “homem livre pobre” estabelecia sua produção de subsistência. Vivia numa situação de favor em relação ao latifundiário, poderia ser expulso dali a qualquer tempo e, sob pressão, tornava-se um dependente do senhor da terra, apesar de não ser escravo.

Segundo VITTA (1997), o desenvolvimento da sociedade brasileira se deu em torno do latifúndio que tinha, na sua formação, domínio sobre a produção mercantil, dirigida à exportação e o setor de subsistência voltado à produção de alimentos. A presença e tensão entre estes dois setores são elementos importantes para a compreensão de todo o processo histórico brasileiro.

Mesmo o processo de independência e de formação do Estado nacional brasileiro, entre 1808 -1822 não implicou mudanças sociais importantes [...] Os escravos continuam sendo quando muito, mercadoria em que o senhor investia seu capital e que, por isso mesmo, deveria ser preservado. Os homens livres pobres, por sua vez, permaneciam presos a uma existência de miséria e de obediência pessoal ao latifundiário, excluídos do acesso à justiça, e dos direitos políticos (como o voto, por exemplo) (VITTA, 1997, p.15-16).

A sociedade colonial brasileira não alterou seus principais fundamentos com a independência, continuando o trabalho escravo e exploração da terra pelo latifúndio.

O ciclo do café surgiu na segunda metade do século XVIII. As primeiras mudas foram trazidas da Guiana Francesa. No século XIX, as plantações de café espalharam-se pelo interior de São Paulo e Rio de Janeiro. Os mercados internacionais aumentaram o consumo, favorecendo a exportação do produto. Na segunda metade do século XIX, o café tornou-se o principal produto de exportação, sendo também muito consumido no mercado interno (MELO, 1969).

A economia do país, desde a colonização, foi sempre sustentada e se manteve oficialmente até 1888 pelo sistema de escravidão. A economia contava com o trabalho escravo para realizar as tarefas pesadas e qualquer tipo de trabalho braçal.

A Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889) constituíram os marcos importantes da história migratória recente da nação, pois, a

partir destes marcos históricos, desencadearam-se o desenvolvimento do capitalismo e o processo de urbanização.

Com a Abolição da Escravatura, vai-se à procura de outras possibilidades de mão-de-obra, abrem-se as portas para a migração externa e para maior mobilidade das pessoas que buscam trabalho dentro do país.

A expansão da cultura do café constituiu o marco histórico na formação da sociedade brasileira contemporânea.

A decadência do trabalho escravo, a introdução do trabalho livre, a chegada dos trabalhadores europeus, a crescente importância das atividades urbanas (comércio, o sistema bancário, as primeiras indústrias). O surgimento de uma malha ferroviária em São Paulo, tudo isso indicava uma modernização, um início de desenvolvimento capitalista no país (VITTA, 1997, p. 30).

Importantes mudanças sociais e econômicas ocorreram na sociedade brasileira, quando começou a ser substituído o trabalhador escravo pelo trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo. A expansão da cultura do café acentuaria mais a tendência ao predomínio de alguns centros urbanos.

Desencadeia-se um processo intenso de imigração no País, a maior parte dos migrantes eram europeus. Eles saíram de áreas rurais de países como Itália, Espanha e Portugal. A entrada desses imigrantes no Brasil, para o trabalho na lavoura de café, recebeu forte incentivo do governo e das elites brasileiras envolvidas no projeto de modernização do país.

Os imigrantes europeus, com destaque para os italianos, chegaram para aumentar a mão-de-obra nos cafezais de São Paulo. Como consequência deste ciclo, a economia brasileira ficou muito dependente da exportação. Concentra-se o poder político e econômico na região sudeste.

Foi somente no final do século XIX que começou o desenvolvimento industrial no Brasil. Muitos cafeicultores passaram a investir parte do lucro do café no estabelecimento da indústria, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Eram fábricas de tecidos e calçados e outros produtos mais simples. A mão-de-obra era formada por imigrantes italianos.

A lógica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil perpassa sua especificidade histórica. O processo desse desenvolvimento provoca o

aprofundamento da divisão social do trabalho, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção e a concentração dos meios de produção.

Cresce o desenvolvimento industrial e urbano no sudeste. É o período forte da imigração europeia para a lavoura de café e deslocamento da mão de obra do nordeste para a plantação de café em São Paulo e Rio de Janeiro.

Já o ciclo da borracha, no final do século XIX, surge com a indústria de automóvel que se encontra em expansão. As empresas e a classe média correram para adquirir o meio de transporte do momento. Com o aumento da demanda na produção de carros, aumenta a demanda pela borracha para produzir pneus. O Brasil passou a exportar toneladas de borracha para as fábricas norte-americanas.

As principais regiões produtoras eram os estados do Pará e Amazonas utilizando o látex das seringueiras. A rápida expansão da produção atraiu grande quantidade de trabalhadores para a região, principalmente nordestinos que fugiam da seca e estavam em busca de emprego e melhores condições de vida.

O crescimento econômico da região amazônica foi acompanhado do desenvolvimento urbano. Muitas cidades surgiram e outras se desenvolveram. A crise da borracha começa na primeira década do século XX com a crescente e mais competitiva produção de borracha pela Holanda e Inglaterra. Em 1920, a exportação brasileira de borracha cai. É o fim do ciclo da borracha no Brasil. Muitas cidades se esvaziaram e entraram em decadência. O fim desse ciclo provoca a migração das pessoas em busca de trabalho e sobrevivência (MELO, 1969).

Fica assim evidente que, desde o período dos ciclos do açúcar, do ouro, do café e da borracha as pessoas que sustentavam a produção (escravos e trabalhadores livres) seguiram a rota dos ciclos nas diversas regiões em busca da sobrevivência.

As migrações sempre giraram em torno da necessidade de mão-de-obra, tanto na agricultura como na construção de grandes obras, como estradas, ferrovias, hidroelétricas e construção de novas cidades. Seguem os investimentos nas regiões e a expansão das cidades ao longo das rodovias. E são também consequência do êxodo causado pelas calamidades naturais: secas, enchentes e inundações.

Vainer e Brito (2001) dividem a história migratória interna do país em três grandes períodos: de 1888 a 1930 que se caracteriza pela constituição do mercado de trabalho livre, com predominância da migração internacional. Neste período, a

mão-de-obra movimentava-se dentro do país em busca de trabalho, constituindo assim, um movimento interno no país, além da migração vinda de fora.

No Brasil, a imigração do exterior foi, sem dúvida, importante para o crescimento da população brasileira e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da economia, que exigia cada vez mais força de trabalho nas áreas onde começavam a se concentrar as atividades econômicas. Com a crise internacional de 1929 e a subsequente Segunda Guerra Mundial, praticamente estancou-se o fluxo de imigração do exterior. As imigrações internacionais aos poucos foram substituídas pelas migrações internas.

O período de 1930 a 1980 se caracteriza pelo processo de industrialização e pela ocupação de fronteiras agrícolas, modernização e proletarização da população rural, possibilitando a migração interna para as cidades e estabelecendo um ritmo acelerado no processo de urbanização.

O período de 1980 em diante é um período marcado pela queda do crescimento econômico, intensificação do processo de circulação da população migrante e pela saturação da capacidade de absorção e seletividade e exclusão no mercado de trabalho.

Na maioria dos casos, os migrantes são obrigados a deixar seu lugar de origem em busca de trabalho e melhores condições de vida: por não se apropriarem e/ou terem acesso a terra; por pressão de políticas econômicas, e um acesso desigual a bens e serviços; devido ao avanço tecnológico, à alta concorrência na escala produtiva e ao baixo poder aquisitivo para manter sua pequena propriedade, sendo assim “engolidos” pelos grandes monopólios do agronegócio.

Ao situar o processo de migração interna do Brasil, é importante compreender também as questões sociais relacionadas às particularidades do desenvolvimento do capitalismo nesta sociedade.

O capitalismo no Brasil nasceu de um movimento imposto de cima para baixo, sob o controle dos antigos senhores de escravos, que desde logo se opuseram à reforma agrária e à possibilidade de desenvolvimento da pequena propriedade (GONTIJO, 1988). Como resultado, as forças produtivas proporcionadas pela reforma das relações de produção não eram suficientes para gerar um processo de industrialização mais acelerado, baseado na expansão da pequena economia camponesa em processo de capitalização. Com isto, do ponto de vista interno, a “revolução agrícola” do Brasil aconteceria parcialmente mutilada e

o desenvolvimento das forças produtivas encontraria seus limites na dominação latifundiária; e, do ponto de vista externo, esbarrariam com a dominação do capital financeiro internacional.

Daí o lento e doloroso processo de sua modernização agrícola, com o predomínio de método arcaico de produção, baixa produtividade, baixo salário e precárias condições de vida da maioria esmagadora da população (GONTIJO, 1988, p.88).

A via do desenvolvimento agrícola do país estava sob o domínio da política da oligarquia latifundiária, representada pela figura do “coronel”, que exerceu seu domínio durante toda a República Velha. Esse fator é condicionante da evolução política do Brasil, uma vez que ela sempre se processou dentro de um quadro mais amplo de aliança orgânica entre a burguesia industrial e a classe dos grandes proprietários fundiários contra o proletariado e a camponês.

Com já foi dito, o advento do capitalismo no Brasil não resultou de um processo revolucionário que destrói as estruturas anteriores e as substitui por novas formas políticas e sociais. Pelo contrário, aconteceu por imposição e obra da própria aristocracia latifundiária.

É importante observar que a transição do capitalismo no Brasil se processou sob condições desfavoráveis à população, por via do sacrifício, pelo qual o desenvolvimento das forças produtivas se dá lentamente através da opressão econômica e política de massas, que tinha que suportar o peso da velha ordem que ainda existia, e suplantar e alimentar a nova sociedade que nascia com sua mão-de-obra barata e explorada.

Permanecem os traços do passado escravista nas estruturas e no processo de construção da sociabilidade capitalista no país. Esse quadro de inércia estrutural orientou os parâmetros gerais da reprodução do trabalho livre nos primórdios da ordem capitalista no Brasil (CARDOSO, 2008).

O primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) foi o momento em que a indústria brasileira ganhou um novo impulso crescendo significativamente neste período. Porém, esse desenvolvimento continuou restrito aos grandes centros urbanos da região sudeste, motivo forte de atração dos migrantes para essa região e principais centros urbanos nela existentes, provocando uma grande disparidade regional.

As mudanças ocorridas no processo de industrialização não consistiam apenas nas técnicas de produção e diversificação de produtos, mas provocavam também grandes alterações na divisão social do trabalho. Ao se iniciar a industrialização de uma área urbana, essa área tendia a atrair a população da área vizinha. Com isto, o crescimento demográfico e conseqüente aumento do fluxo migratório são inevitáveis e importantes para o serviço de consumo, que passa a atuar como um fator de atração que, por sua natureza, usufrui de vantagens junto ao mercado de seus produtos. A industrialização faz surgir grandes variedades de novos serviços, ligados de forma direta ou indireta às indústrias, ao consumo e à formação de uma nova cultura de necessidades e de consumo (SINGER, 1980).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), o desenvolvimento industrial brasileiro ganhou novos rumos e formatos. O então presidente abriu a economia para o capital internacional, atraindo indústrias multinacionais, tais como Ford, General Motors, Volkswagen e Willys, para território brasileiro. O processo de industrialização começa a se desenvolver no país, mesmo assim, a sociedade ainda é predominantemente agrária.

Nas décadas de 1970, 1980 e 1990, a industrialização do Brasil continuou a crescer, embora em alguns momentos de crise econômica ela tenha se estagnado.

Com relação ao campo, os governos militares estimularam o desenvolvimento da agricultura capitalista, baseando-se na grande propriedade latifundiária, atrelando-o ao capital financeiro internacional. Nesse período, para a população camponesa apresentaram-se duas saídas: a migração para as cidades ou para áreas de desenvolvimento, como aconteceu na região Norte com a construção da Transamazônica e de outras rodovias.

No capitalismo, os mecanismos de mercado orientam o fluxo de investimentos nas cidades e, também, criam os incentivos econômicos às migrações do campo para a cidade, ao exprimir, assim, a racionalidade do progresso técnico, que constitui o fundamento da industrialização. Dessa realidade, deriva um processo migratório característico da industrialização.

A industrialização em moldes capitalistas não se configura como um processo espontâneo, promovido por iniciativas inovadoras. Segundo Singer, a industrialização só se torna possível:

Mediante arranjos institucionais que permitem de um lado acelerar a acumulação do capital e por outro, encaminhar o excedente acumulável, às empresas, que incorporam os novos métodos industriais de produção (1980, p. 220).

Do ponto de vista econômico, os fatores de mudança fazem parte do processo de industrialização, na medida em que atingem o setor da agricultura e proporcionam mudanças de técnicas e aumento da produtividade do trabalho. Os fatores de mudança causam fluxos migratórios, que trazem como consequência a redução do tamanho da população do campo.

É relevante fazer memória do peso do passado colonial e escravista e o presente marcado pela dependência em relação às metrópoles uma vez que a escravidão deixa suas marcas no imaginário e nas práticas sociais posteriores das quais as gerações futuras têm dificuldades de se livrar. As marcas da escravidão pautaram a organização da sociedade numa perspectiva social hierárquica e rígida, permeada pelas desigualdades sociais (CARDOSO, 2008).

Segundo Fernandes (1991), no Brasil, devido à universalização da escravidão, esta se constituiu numa situação peculiar, que demonstra a conexão da escravidão com o desenvolvimento interno do capitalismo sem ruptura com as estruturas senhoriais escravocratas, pois não houve alteração significativa das relações de produção, da estratificação da sociedade e da desigualdade social, mesmo após a Abolição.

Segundo Viotti,

A sobrevivência da estrutura de produção colonial no Brasil depois da Independência: o trabalho escravo ou semi-servil, o latifúndio, a economia baseada na exportação de produtos tropicais, bem como a instituição de um sistema político paternalista baseado num sistema de clientela e na marginalização de extensas camadas da sociedade foram responsáveis, no século XIX, por um tipo de urbanização que não segue as formas do modelo clássico de urbanização fundado na análise do processo urbano nas áreas centrais do sistema capitalista (VIOTTI, 1994, p.233).

Essa realidade nos leva a entender que o capitalismo ao invés de implodir tudo que era “atrasado” no sistema econômico brasileiro, articula, mantém e lucra com essa estrutura, explorando as pessoas com a sua forma de articular, produzir e reproduzir o capital. Isso se dá em um contexto no qual as relações de trabalho predatórias desrespeitam as leis vigentes do país e a elite econômica faz e/ou



modifica as leis para atender aos interesses de grupos específicos e manter seus privilégios.

As transformações ocorridas na segunda metade do século XIX, desenvolvimento de ferrovias, imigração, abolição da escravidão, crescimento relativo do mercado interno e incipiente industrialização - não foram de molde a alterar profundamente os padrões tradicionais de urbanização que se definiram no período colonial quando, com exceção dos principais portos exportadores, os núcleos urbanos tiveram escassa importância vivendo na órbita dos potentados rurais (VIOTTI, 1994, p.233).

Essas marcas, presentes no ambiente em que acontecia o trabalho livre no final do século XIX e início do século XX, ditaram os parâmetros mais gerais de reprodução da desigualdade social no Brasil.

No período 1940 e 1950, percebe-se que as migrações interestaduais acontecem pelos desequilíbrios entre as regiões advindos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Neste período, as trajetórias dominantes originavam-se principalmente de Minas Gerais e Nordeste, e tinham como destino os estados com maior crescimento urbano industrial (São Paulo e Rio de Janeiro), e as regiões de expansão da fronteira agrícola (Paraná e região Centro-Oeste) (BRITO, 2000, p.19).

O desenvolvimento industrial dos anos 1950 em diante, na região sudeste, desloca a rota dos migrantes nordestinos.

Há migração para o Sudeste e Sul em busca de trabalho em busca de trabalho industrial, comércio e serviços e ocorre, também para o Centro-Oeste e Norte um fluxo de famílias ligadas ao meio rural, vindas do Sul graças à expansão da fronteira agrícola.

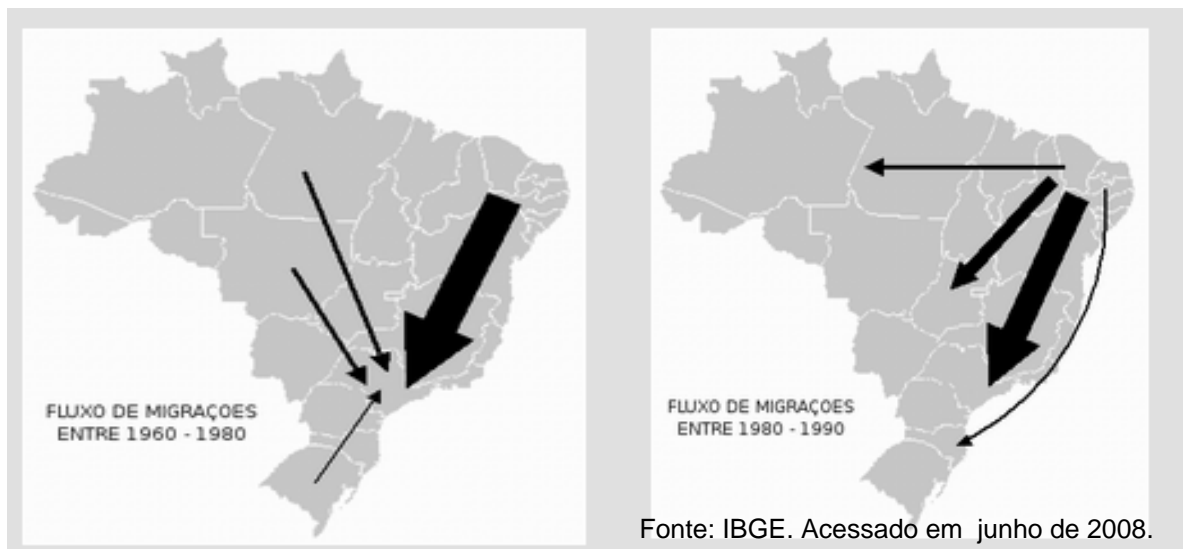
Mapa 1. Fluxos migratórios no Brasil a partir de 1950.



FONTE: BOLIGIAN & ALVES. Geografia. Espaço e Vivência. São Paulo: Atual, 2004.

Nas décadas que vão de 1960 a 1980, segundo Brito (2000), os investimentos públicos e a política econômica agravaram mais as desigualdades regionais e reforçaram a tendência migratória rural-urbana, o que já vinha ocorrendo em anos anteriores. Além disso, as políticas públicas de transporte e telecomunicações provocaram maior integração entre as regiões e facilitaram as migrações internas.

Mapa 2. Direção do fluxo migratório entre os anos 1960-1980; 1980-1990.



Fonte: IBGE. Acessado em junho de 2008.

A partir da década de 1980, o país ingressou numa grande crise de transição. A redução do crescimento econômico e a desconcentração espacial da atividade industrial, ocorrida nos pólos de atração, enfraqueceram os fluxos migratórios, advindos principalmente do Nordeste e de Minas Gerais. Entretanto, a ilusão migratória continuou atuando e alimentando os centros urbanos com imigrantes que agora não eram mais absorvidos pelo mercado formal de trabalho, mas sim pelo informal.

Por outro lado, as ampliações das telecomunicações e das redes de interação social passaram a atuar contra as correntes migratórias, que se dirigiam aos grandes centros urbanos. A violência urbana, o desemprego, as dificuldades de acesso aos serviços públicos etc. passaram a atuar como agentes negativos e, conseqüentemente, a comprometer a ilusão migratória.

De 1995 em diante, a predominância é da migração urbano-urbano, principalmente como decorrência da redução da população rural, que foi responsável pela maior parte dos fluxos ocorridos no período 1960 a 1980.

Mapa 3. Direção do fluxo migratório de 1990 em diante.



Fonte: IBGE. Acessado em junho de 2008.

Sawyer e Rigotti (2001) analisam a migração e a distribuição populacional sob uma perspectiva rural, mas ao mesmo tempo buscando relações com o mundo urbano.

Em suas análises, citam como motivos de migração: aspectos econômicos ligados à modernização da agricultura; aspectos sociais, relacionados à extensão e ampliação dos benefícios de saúde e educação, oferecidos pelo Estado aos moradores de áreas rurais; como também a incorporação da cultura urbana aos moradores das regiões rurais. Esses fatores levam ao esvaziamento do campo, provocando o êxodo rural.

Segundo esses autores, a migração rural - urbana no Brasil, de 1950 em diante, se deu por etapas e foi conduzida tanto por fatores de expulsão quanto de estagnação. Essa abordagem é compatível com uma das “leis” de Ravenstein e com a abordagem sugerida por Singer, que analisa e compreende a migração interna e suas interações relacionadas com a questão econômica social e como um fenômeno social historicamente condicionado pelo processo global de desenvolvimento econômico

Apesar de a migração rural-urbana ser caracterizada também como de expulsão, e não de atração, sob a ótica da teoria da modernização, pode-se apontar alguns fatores que funcionam como atrativos dos fluxos do campo para as cidades.

Estes fatores passam pelos motivos individuais: melhoria do acesso ao consumo que tende a prevalecer sobre as razões estruturais; busca pela sobrevivência, por melhores condições de saúde e educação. Esses aspectos estão relacionados a políticas de atendimento aos direitos básicos da pessoa, acesso ao trabalho e política de assistência social.

Nesse contexto, surgem com mais força e volume os migrantes internos. Aos milhões, deixam o Nordeste em direção ao Sul, Sudeste e Centro-Oeste, chegando até Goiás.

### 1.3. MIGRAÇÃO NO CENTRO-OESTE E GOIÁS

O desenvolvimento do Centro-Oeste e de Goiás pode ser dividido em dois grandes momentos: o período da extração do ouro e o período da exploração agropecuária dominado pelas oligarquias rurais.

Desde a ocupação de Goiás, em 1722, pelos bandeirantes, pode-se observar, segundo a história de formação dos estados brasileiros, a existência de um poder central que conquista territórios, extrai riquezas, captura escravos e expande suas fronteiras e implanta instituições (BORGES, 2004).

Inicialmente, os bandeirantes desbravaram a região central do país, constituíram empresas mineradoras e levaram o ouro, não tinham intenção de ficar e nem de desenvolver a região. Sua passagem pelo Centro-Oeste e pelo Estado de Goiás não possibilitou nenhum desenvolvimento econômico e social significativo, apenas realizaram o desbravamento e retiraram as riquezas.

A partir do século XIX, a terra passou a ser incorporada à economia comercial, mudando a relação do proprietário com este bem. A terra, nessa nova perspectiva, deveria transformar-se em uma mercadoria capaz de gerar lucro, tanto por seu caráter específico, quanto pela capacidade de produzir outros bens. A terra ganhava um caráter mais comercial e não apenas o de reforço de *status* social como fora típico nos engenhos do Brasil Colonial.

O processo de colonização não tinha um planejamento específico, era induzido e norteado pelas facilidades criadas na “Lei de Terras de 1850”<sup>3</sup>. A Lei foi normatizada em 1854 e proibia a aquisição de terras públicas através de outros meios que não fosse a compra, dando fim às formas tradicionais de adquirir terras através de posses e através de doação da coroa.

Segundo Viotti (1994), a Lei de Terras de 1850 dá margem para analisar a relação entre a política da mão-de-obra e a política de terras. Pode-se observar o seu caráter de expropriação das camadas pobres, reduzindo a possibilidade de acesso do pequeno proprietário, sobretudo dos imigrantes, à terra. Com a Lei de Terras, os grandes proprietários e “barões do café” asseguravam a continuidade e legalização de suas rentáveis propriedades, não abrindo espaço para novos concorrentes e garantindo a mão-de-obra necessária para sua produção e melhor desempenho econômico.

Por outro lado, numa leitura na qual se sobressaem os interesses específicos dos capitalistas de São Paulo, se considera que ocorreu uma acumulação primitiva

---

<sup>3</sup> A Lei de 1850 foi o resultado de toda uma reorganização da questão agrária brasileira, buscando adaptar-se as exigências do avanço do capitalismo juntamente com a necessidade de promover um ordenamento jurídico da propriedade da terra no Brasil, já que desde os tempos de colônia a situação era confusa. Taglietti, p.3. acessado em dezembro, 2008. < [www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1\\_3\\_35.pdf](http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1_3_35.pdf) >

a partir da Lei de Terras, pois foi vedado o acesso às terras devolutas por parte dos ex-escravos e novos imigrantes. Era preciso garantir as necessidades da produção de café. Assim, a única maneira de afastar de forma rápida a possibilidade de os colonos serem proprietários da terra era valorizá-la. O que sobra nesse cenário é o recurso de trabalhar como empregado, em submissão ao interesse do patrão. Ou, como outra opção, viver de favores nos “fundos” e limites das grandes propriedades, à mercê da demanda de produtos conforme o desenvolvimento do mercado.

A Lei de Terras consolida o latifúndio e o poder das oligarquias rurais. Em Goiás, elas dominam extensas faixas de terras e concentram o poder entre poucas famílias<sup>4</sup>.

A Revolução de 1930 significou o marco do fim da República Velha e início do país no padrão de acumulação urbano-industrial, com mudanças na forma de atuar do Estado e criação de condições estruturais e institucionais para a expansão do mercado interno. A partir de então, o Centro-Oeste e Goiás entram num processo contínuo de desenvolvimento tornando-se notável sua transformação econômica, social e espacial. (GUIMARÃES e LEME, 1997).

A região Centro-Oeste começou a mudar de perspectiva, passando a articular-se ao plano de expansão e desenvolvimento do capitalismo, destacando-se quatro fatos determinantes: a “Marcha para o Oeste”, a abertura de novas estradas, e a construção de Goiânia como capital de Goiás e Brasília como Capital Federal.

O Centro-Oeste passa a ser, a partir de 1940, uma nova fronteira, inserida no mercado interno e externo. Em âmbito nacional, o presidente Getúlio Vargas inaugura, nesse contexto econômico e social, o desenvolvimento e a expansão do capitalismo, com a chamada “Marcha para o Oeste”.<sup>5</sup> Com esse movimento, o estado de Goiás torna-se atrativo para os migrantes.

---

<sup>4</sup> Com a instalação da República Federativa do Brasil, a criação de estados e eleições regionais, os coronéis se consolidam no poder político. Em Goiás, a disputa entre os grupos oligárquicos era constante. Em 1909, com a união das famílias oligárquicas, consideradas rivais, Bulhões-Caiado-Jardim- Fleury-Jayme- Abrantes, a situação política fica desfavorável à participação popular. Os mandatos administrativos seguiam os rumos traçados pelos coronéis e não a vontade popular.

<sup>5</sup> A Marcha para o Oeste foi um movimento criado pelo governo de Getúlio Vargas para incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste. Vargas organizou um plano para que as pessoas migrassem para o centro do Brasil, onde havia muitas terras desocupadas com o intuito de ocupar os vazios demográficos e assim dinuir os desequilíbrios regionais.

A conquista do Oeste implicava orientar fluxos migratórios e investimentos empresariais, para o interior do país, rumo à Amazônia, integrar novas áreas ocupando-as e tornando-as produtivas, em conformidade com o padrão de acumulação imposto pela industrialização em franco andamento no sudeste. Em Goiás, já então uma fronteira aberta, os programas da "Marcha para o Oeste" reforçam projetos do interventor Pedro Ludovico, na época em realização com a construção de Goiânia e com a Lei de Terras de 1935, esta última voltada a aumentar a renda e a captação de mão-de-obra de outros estados e países (BORGES, 2004, p.190).

As iniciativas de colonização em Goiás, na década de 1940, tinham como objetivo trazer famílias estrangeiras formadas por agricultores e criadores, que pudessem vir com útil experiência e uma técnica apurada de produção.

Na realidade, tudo não passava de uma propaganda enganosa. Era uma forma de fazer o camponês acreditar que realizaria o seu sonho, mas o que se atendia mesmo era os interesses do governo e das empresas privadas, ou seja, ocupar as terras, desbravá-las e deixá-las ao grande capital. O Estado não tinha planejamento com o objetivo de assentar dignamente os colonos. Criaram algumas colônias, que, além de fracassarem, geraram conflitos (ALVES 2002).

A criação, no início de 1941, da Colônia Agrícola de Goiás (CANG), conhecida como colônia de Ceres, ali implantada, pretendia distribuir de vinte a cinquenta hectares de terras, instrumentos de trabalho e habitação para pequenos produtores. (ALVES, 2002, p. 53).

Os colonos foram deixados praticamente abandonados e até a década de 50 as terras não haviam sido regularizadas. Os migrantes desbravadores foram sendo expropriados pelos comerciantes locais e grandes cerealistas de Anápolis.

Grande parte dos colonos em Ceres foi obrigada a abandonar a condição de proprietários, negociando ou mesmo renunciando a seus direitos de posse, durante a década de 50. A partir de então a CANG passou a descaracterizar-se e cedeu espaço para grandes fazendas circunvizinhas (ALVES, 2002, p. 92-93).

Todos estes fatos impulsionavam o movimento migratório em Goiás, embora, na organização da sociedade, sobressaíssem os interesses do governo e das empresas privadas, e se pautassem num sistema político que controlava e

---

organizava a sociedade baseado na relação de mandonismo, próprios do sistema de poder do coronelismo.

A “Marcha para o Oeste” reforça, sem dúvidas, o fluxo migratório que já demandava às terras goianas. A corrente migratória voltada para Goiás dirige-se para o campo: entre 1940 e 1950, a população rural goiana cresce 73,3%, e urbana, 26,7% (CAMPOS, 2004).

A abertura de novas estradas aumentava a possibilidade de locomoção que antes fora facilitada pelas ferrovias, e posteriormente pelas rodovias que movimentavam a frente pioneira de Goiás, atraindo migrantes para a região.

Mapa 4. Mapa atual de localização de Goiás e Goiânia na extensão do Território Brasileiro.



Fonte: IBGE

A construção de Goiânia, destinada a ser a nova capital de Goiás constituiu uma ação planejada e se firmou como referência urbana no meio do cerrado, símbolo de modernização e progresso, capaz de impulsionar o crescimento da produção agrícola e estabelecer novas bases de crescimento do Estado de Goiás. Sua construção ocasionou grande mobilidade social, configurando, assim um intenso fluxo migratório.

O grande fluxo de movimentação na região passava pela migração como mostram as tabelas abaixo, que retratam esta fase.



Tabela 01. Migração interna no Brasil no período de 1940 a 1960.

<b>Ano</b>	<b>População migrante</b>	<b>%</b>
<b>1940 -1950</b>	91.836	11,15%
<b>1950-1960</b>	259.310	21,34%

Organizado por Aparecida Teles de Camargo em 2009. Fonte dos dados do IBGE.

O que se pode notar é o reflexo dessa migração no aumento populacional do estado de Goiás.

Tabela 02. Aumento populacional em Goiás, no período de 1940 a 1960.

<b>Ano</b>	<b>Nº. de habitantes</b>
<b>1940</b>	826.414
<b>1950</b>	1.214.921
<b>1960</b>	1.954.860

Organizado por Aparecida Teles de Camargo em 2009. Fonte dos dados do IBGE.

Como se pode observar, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, o Estado de Goiás foi marcado pela intensa imigração; atraídos pela nova capital e por projetos de colonização, os imigrantes contribuíam para um rápido adensamento do interior dos estados.

Goiânia passa ser vista como espaço de possibilidade de emprego. O governo estadual propagava e incentivava a ocupação de áreas em território goiano. Em 1960, o então presidente Juscelino Kubitschek, empenhava a bandeira política de incentivo ao progresso, que proporcionava o desenvolvimento das potencialidades brasileiras, tanto no setor agrário como no setor urbano. Essa política fica caracterizada pelo lema de “50 anos em 5”.

Neste cenário, a construção de Brasília no Centro-Oeste, especificamente em terras goianas, proporcionou a entrada de instrumentos e equipamentos de produção, voltados para a agricultura, acelerando também um crescimento populacional motivado pela construção da Capital e pelas facilidades de acesso criadas pelas rodovias que ligavam as diferentes regiões do país: Belém-Brasília, Brasília-Fortaleza, Brasília-Belo Horizonte, Brasília-Cuiabá, entre outras que foram abertas neste período. Essas novas possibilidades de rotas ligavam localidades e facilitavam o acesso ao Estado de Goiás e a Goiânia. O setor de transporte tornou-

se crucial para o desenvolvimento do Estado e via de acesso dos migrantes interestaduais (ALVES, 2002).

Esse movimento migratório provoca, desde então, um crescimento populacional, da região Centro-Oeste, e especificamente, de Goiás como pode se observar na tabela abaixo.

Tabela 03 – Crescimento populacional da região Centro-Oeste 1970-2000.

Estado	População				Taxa de Crescimento Anual (%)		
	1970	1980	1991	2000	1970 1980	1981 1991	1992 2000
<b>Mato Grosso do Sul</b>	998.211	1.393.019	1.780.37	2.075.275	3,4	2,2	1,7
<b>Mato Grosso</b>	598.879	1.138.691	2.027.231	2.498.150	6,6	5,4	2,4
<b>Goiás</b>	2.414.325	3.125.354	4.018.903	4.994.897	2,6	2,3	2,5
<b>Distrito Federal</b>	537.492	1.176.925	1.601.094	2.043.169	8,15	2,84	
<b>Total</b>	<b>5.176.418</b>	<b>8.068.818</b>	<b>11.480.156</b>	<b>14.144.534</b>	<b>4,54</b>	<b>3,26</b>	

Fonte IBGE. Reorganização dos dados Aparecida Teles de Camargo.

Os anos 1970 foram marcados pela introdução e tecnificação das lavouras e da pecuária, favorecidas por programas e incentivos públicos, desencadeando a recente agroindustrialização do Centro-Oeste.

Os anos 1980 se configuraram pela perda do dinamismo econômico no Brasil, que caracterizou o período anterior, ampliando o setor informal e instalando a informalidade dentro das empresas capitalistas.

O Estado chegou aos anos 1980 com a atividade econômica diversificada e em franco crescimento da sociedade urbana. Na década de 1980, precisamente em 1988, acontece a divisão do estado de Goiás e criação do Estado do Tocantins que divide com Goiás a opção de destino dos migrantes que buscam trabalho, moradia e acesso aos serviços públicos em áreas fortemente urbanizadas, ou em processo de urbanização. Os migrantes colocam-se em direção à cidade, e, aos poucos, vão distanciando-se da zona rural, passando por várias cidades, como pode ser visto no mapa abaixo, aproximando-se da capital.

Mapa 5. Mapa atual do Estado de Goiás e suas principais cidades



Fonte IBGE.

As diferentes políticas de povoamento não alteram a estrutura de forte concentração de terras. O latifúndio segue intacto e, com ele, relações de trabalho e poder atrasados, característicos do sistema do coronelismo. Estes são fatores permanentes de expulsão do homem do campo.

De 1990-2000, o que se pode notar, conforme a tabela 04 abaixo, é o grande crescimento do êxodo rural e o aumento contínuo da população urbana com crescente taxa de urbanização que sai de 67,55% em 1980 para 87,88% em 2000. De 2000 até 2005, a evolução da urbanização continua, porém com um volume menor, sofrendo uma pequena redução.

Tabela 04. Evolução da urbanização em Goiás.

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Taxa de urbanização</b>
<b>1980</b>	3.120.718	2.108.049	1.012.669	67,55%
<b>1991</b>	4.018.903	3.247.676	771.227	80,81%
<b>1996</b>	4.514.967	3.872.822	642.145	85,78%
<b>2000</b>	5.003.228	4.396.645	606.583	87,88%
<b>2001</b>	5.201.969	4.559.147	642.822	87,64%
<b>2002</b>	5.310.330	4.686.042	624.288	88,24%
<b>2003</b>	5.419.182	4.754.520	664.662	87,73%
<b>2004</b>	5.528.852	4.855.974	672.878	87,83%
<b>2005</b>	5.628.592	4.927.120	701.472	87,54%

Fonte IBGE. Reorganização dos dados: Aparecida Teles de Camargo.

Nesse universo de urbanização, segundo dados da Pnad (2007), o saldo migratório de Goiás, de 2000 a 2005, foi de 135.560 migrantes; em 2006, foi de 73.560 migrantes.

Segundo Silva (2003), a alta concentração de terras agricultáveis na mão de uma pequena parcela da sociedade e a progressiva mecanização das atividades agropecuárias encontram-se entre os principais fatores que fizeram com que grandes contingentes populacionais migrassem das zonas rurais para zonas urbanas.

Da mesma forma, o crescimento do comércio, da indústria e da infraestrutura disponível, também foram atrativos importantes para a ocorrência do êxodo rural, haja vista que as pessoas procuram um conjunto de oportunidades que estão ausentes na zona rural, tais como melhores postos de trabalho, acesso mais facilitado ao sistema educacional, ao sistema de saúde, à infraestrutura básica como água, esgoto, energia elétrica, telefonia, gás etc.

A migração acelerada é responsável pelo crescimento de zonas urbanas, o que, por sua vez, devido à ineficiência de políticas públicas, ocasiona a falta de infraestrutura, falta de emprego, deficiência do sistema educacional, aumento na criminalidade urbana, aumento da prostituição, aumento da pobreza e exclusão social. O que seria a princípio uma busca de melhores condições de vida, hoje se

configura numa realidade de exclusão social, baixa qualidade de vida e desenvolvimento humano.

Segundo levantamento dos Indicadores Econômicos Estatísticos da Revista Econômica e Desenvolvimento de 2006, o PIB de Goiás, em 1998, foi de 17.428 milhões e, em 2003, chegou a 36.853 milhões de reais. Este crescimento expressivo da produção econômica do Estado, por seus municípios, não conseguiu conter a migração interna no Estado.

O vocábulo desenvolvimento não pode ser empregado como sinônimo de crescimento, nem tampouco regulador da distribuição de riqueza.

Pesquisas do IBGE demonstram que houve um grande crescimento da produtividade na década de 1990, no entanto, é fato também que a disparidade de renda se manteve e que ainda hoje persiste no Brasil o alto grau de concentração de renda. Essa situação não é diferente em Goiás. Citando, como exemplo, o estudo realizado sobre a pecuária leiteira, no município de Piracanjuba, pode-se observar que esta passou por processo de modernização e sua taxa de crescimento foi de 4,4%, no período de 1998/1999, e no período de 1999/2000 atingiu 6,1%. No entanto, esse crescimento não significa melhoria nas condições e qualidade de vida nem dos pequenos proprietários nem dos trabalhadores desta região (SILVA, 2004).

Esses trabalhadores continuam sendo potenciais candidatos aos programas de combate à fome e à pobreza e também potenciais migrantes que, em busca de melhores condições de vida, deixam a terra em que vivem. Ainda segundo essa autora, pode-se perceber que há uma transferência de renda do setor rural para o industrial, ficando o lucro do crescimento da produção leiteira centrado nas empresas do agronegócio. Nesse sentido, o lucro gerado não reverte para o produtor, sua família e as pessoas envolvidas na produção. Pouco beneficia a região produtora, pelo contrário, grande parcela da renda gerada vai para fora do país em função da forte presença de empresas multinacionais. Portanto, o aumento da produtividade não logra diminuir o êxodo rural, sendo a década de 1990 uma das décadas de intenso fluxo migratório.

#### 1.4. MIGRAÇÃO EM GOIÂNIA

A industrialização e urbanização no Brasil vão se difundindo aceleradamente pelo território nacional e propiciam à sociedade o consumo de massa, a produção voltada para o mercado e os valores próprios da cultura urbana.

O modelo de desenvolvimento urbano-industrial que se implantou no país, implicou na formação de um mercado interno para os produtos da indústria nacional. Buscava integrar, assim, a sociedade no consumo de massa e o território numa nova divisão regional de trabalho, em nível nacional, fornecendo os insumos para a produção industrial.

A expansão do capitalismo industrial tem sido marcada em todas as partes do mundo por um movimento de urbanização que tende a concentrar uma porção crescente da população em metrópoles industriais. No Brasil, o desenvolvimento econômico, resultante da industrialização, está associado a dois fenômenos complementares e concomitantes: a constituição de grandes metrópoles e o incremento das desigualdades regionais. Tanto um, como outro fenômeno implicam na formação de grandes correntes de migração interna, pelas quais se processa uma maciça redistribuição da população.

As regiões geográficas passam a ser interligadas, formando a base econômica em escala nacional. As indústrias que se implantam privilegiam os locais e as regiões que oferecem as condições mais favoráveis ao seu desempenho econômico. Assim, as desigualdades regionais ficam mais ressaltadas, acentuando-se a separação entre campo e cidade (FERREIRA, 2003).

As cidades em construção necessitavam de grandes contingentes de trabalhadores, de mão-de-obra barata para a construção civil e para os serviços não especializados. Famílias ou partes das famílias deslocaram-se do campo, do interior e de outros Estados para suprir a demanda de serviços nas cidades em construção.

O crescimento rápido das cidades, em termos de população e de novas atividades, levou à abertura de novos espaços, o que nem sempre foi acompanhado pela implantação de infraestrutura moderna. Esse fato, acrescido da valorização da terra urbana contribuiu para o surgimento de carências de infraestrutura de habitação, de saneamento básico, de moradias, de assistência médica etc.

As áreas desvalorizadas e deficitárias em infraestrutura tornaram-se local de moradia dos mais pobres e dos migrantes, que vieram em busca do trabalho. Criam-

se, assim, as desigualdades internas no espaço das cidades. As soluções para as demandas insatisfeitas e no atendimento das camadas pobres vieram com a informalidade da habitação, do comércio e especialmente, dos serviços.

Surgiram as favelas e os empregos fora do padrão da cidade moderna como “solução” para as contradições geradas pelo modelo urbano. Ao crescimento populacional, denominado de explosão demográfica, atribuíram-se todos os problemas inerentes ao próprio processo de urbanização. A falta de emprego seria consequência da pressão demográfica; a carência da infra-estrutura, resultado da ocupação muito rápida do solo urbano; e a baixa qualidade de vida, consequência da migração e a pobreza.

Nessa fase, os desafios da urbanização residiam na pobreza urbana, na incapacidade do Estado de prover todo o espaço urbano com a infraestrutura do urbanismo moderno e de dar acesso a toda a população ao consumo coletivo, o que era sua atribuição. Nas metrópoles e nas grandes cidades, continua se concentrando a população pobre, que busca uma oportunidade de trabalho na diversidade dos pequenos serviços de baixa produtividade, que não garantem os direitos trabalhistas (FERREIRA, 2003).

Pode-se dizer que, ao longo do tempo, novas desigualdades foram geradas sem superar as velhas. A integração social em termos de acesso à modernização tecnológica, ao mercado de trabalho, à participação social, ao exercício da cidadania e ao direito à cidade torna-se cada vez mais difícil e mais seletiva. As desigualdades sociais se acentuam e as cisões e fragmentações espaciais se aprofundam.

A estrutura urbana, herdada desses processos, apresenta-se com alto índice de concentração demográfica nas metrópoles e nas cidades maiores com fortes desigualdades sociais e elevada exclusão social (FERREIRA, 2003).

Goiânia nasceu na década de 1930. O processo de fundação teve início em 1933, não só para substituir a antiga capital do Estado, Cidade de Goiás, mas também como expressão da política nacional da época. O decreto transferindo a capital foi assinado em 1937 e seu batismo cultural aconteceu em 1942. Desenvolveu-se a partir de um plano urbanístico com o propósito de desempenhar a função de centro político e administrativo de Goiás e abrigar uma população de 50 mil habitantes.

O plano piloto de Goiânia foi arquitetado para abrir três avenidas principais, as quais confluíam para o centro da cidade, local da sede do governo. Boa parte das primeiras construções feitas entre as décadas de 1940 e 1950 trazem o estilo *art déco*.

Desde a sua fundação Goiânia tem sido alvo de um grande crescimento demográfico e de significativa expansão urbana. Ela cresce e se desenvolve influenciada por um processo migratório procedente do êxodo rural.

Em 1950, a cidade ultrapassava a marca de habitantes planejada, abrigando, segundo recenseamento da época, uma população de 53.389 habitantes. Fato que já começou causar um desconforto pelo excesso de veículos e pessoas nas ruas, obrigando a sua estrutura a extrapolar o seu plano piloto.

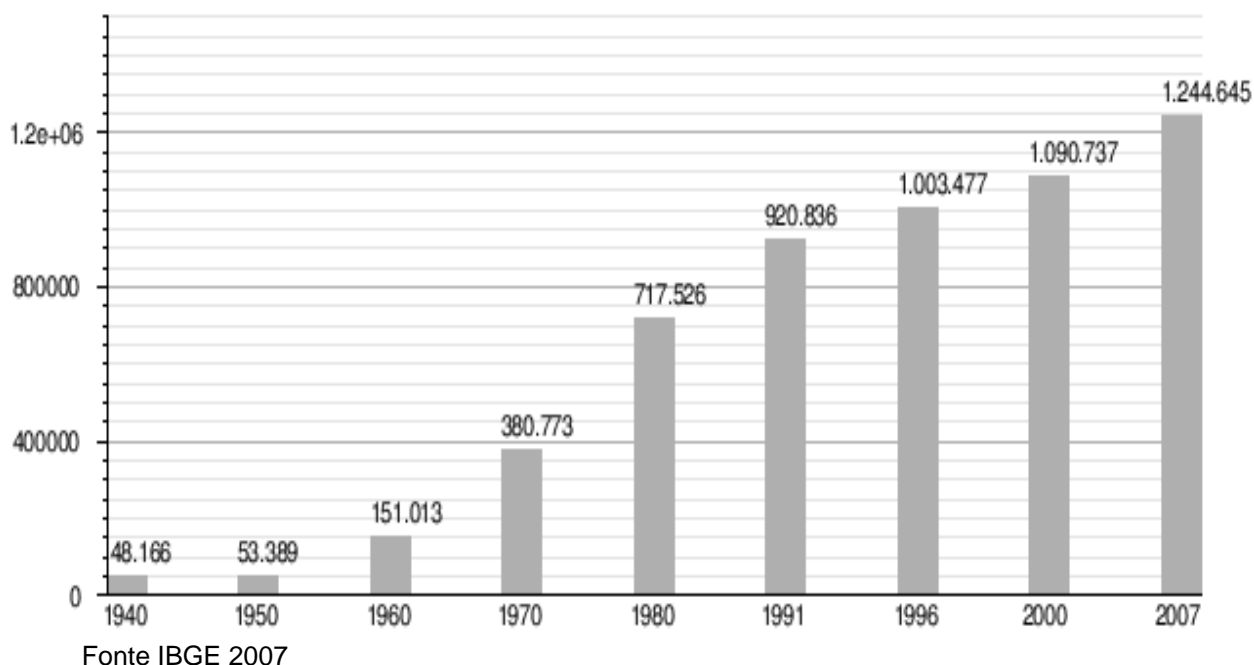
A partir de 1970, com uma população de 389.784 habitantes, Goiânia embarcou num processo irreversível de metropolização; o universo das políticas públicas é, então, tão abrangente quanto aos problemas sociais do aglomerado urbano, reconhecido pelos governos municipal, estadual e federal. Em 1980, a população da cidade já era estimada em cerca de 700 mil habitantes; em 1991, contava com 920.840 pessoas (GOMES, 2007).

Atualmente, segundo contagem populacional (IBGE, 2007), Goiânia conta com uma população de 1.244,645, habitantes. Não expressa mais sua configuração original, e faz parte das capitais brasileiras que evidenciam a extrema desigualdade territorial e social.

Goiânia surge como o grande centro de referência ao longo dos eixos das principais rodovias. Situada no Centro do país, é centro estratégico de telecomunicação e indústria. É considerada, na atualidade, referência em algumas especialidades médicas. A cidade vai, assim, atraindo cada vez mais pessoas; a expansão de área urbana se transforma em palco de disputa por espaço, fato que se intensifica na medida em que a cidade se metropoliza (GOMES, 2007). O que pode ser observado é que, nos últimos anos, as fases de mudanças do processo de transformação da cidade em metrópole, mantêm o princípio da desigualdade, manifestada na segregação. O fluxo migratório se intensifica, principalmente, por deslocamentos advindos do Norte, Nordeste e interior do próprio Estado de Goiás.



Grafico 1. Evolução demográfica da cidade de Goiânia de 1940- 2007.



A diferenciação espacial entre centro e periferia, em Goiânia, é resultado da prática discriminatória do Estado frente a população pobre, reforçando a formação de áreas periféricas. Segundo Moraes, *apud* GOMES, 2007, p. 43,

A crescente migração para os centros urbanos intensifica a demanda por moradia e ao mesmo tempo resulta na instalação de grande parte dessa população na frente de expansão urbana. Como conseqüências produzem periferias totalmente desassistidas e carentes da presença do poder público em todas as formas e funções.

O Estado impede a apropriação do espaço central da capital pelas camadas pobres da população. Esta política se instaurou desde a época de sua fundação com os migrantes que aqui chegaram, vindos para construção da nova capital que passaram a ocupar as margens daquele que seria o contorno da área urbanizada e planejada.

Segundo Santos,

O próprio poder público torna-se criador privilegiado da escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação empurra a maioria da população para as periferias; e

empobrece ainda mais os mais pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar bens de consumo indispensáveis e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer (*apud* GOMES, 2007, p.43).

O crescimento da população e o processo migratório aumentam a demanda por moradia na cidade, acarretando uma explosão violenta de loteamentos (BERNARDES, 1998).

A conjunção desses fatores abre espaço para um processo acelerado de mercantilização de lotes urbanos também nas zonas periféricas e coloca em cena a ação da iniciativa privada. Esse novo agente ressignifica o uso do solo, imprimindo uma dinâmica que foge aos padrões e controle assumidos até então pelo Estado. O crescimento da cidade vai, conseqüentemente, ocupando áreas de reserva, sem preocupação com sua preservação.

A migração foi, e ainda é, o fator determinante nesse processo de crescimento. Goiânia traz, na sua característica social, espacial o destaque de ser formada por uma população de migrantes. Aqueles migrantes de baixo poder aquisitivo encontram-se nas áreas da periferia com índice de desenvolvimento humano abaixo da média, enquanto os ricos migrantes ocupam os bairros com boa infraestrutura e alto índice de desenvolvimento humano, a parte nobre e valorizada, os condomínios fechados.

Entre os anos de 1970 e 1980, os setores Norte e Oeste foram os que apresentaram maiores expansões.

Segundo dados da prefeitura, as regiões Noroeste e Sudeste, apresentaram, entre 1991-2000, taxa de crescimento populacional anual bastante expressiva (9% e 14,5%) respectivamente. O resultado de tais processos vem sendo a periferização do espaço urbano de Goiânia.

Essa realidade levou o Relatório da ONU, publicado em outubro de 2008, a considerar Goiânia a cidade mais desigual da América Latina e Caribe.

Segundo estudo realizado por Benaias Aires Filho, doutor em desenvolvimento socioeconômico, pelo geógrafo João de Deus (UFG) e o economista Luís Estevam (UCG), publicado no jornal O Popular em 9/11/2008, caderno Cidades, a migração faz crescer a diferença entre ricos e pobres. Eles fazem uma análise comparativa do bairro São Carlos, localizado na região noroeste de Goiânia, onde 60% dos chefes de famílias vivem com até dois salários mínimos, em contraposição ao Setor Bueno, situado no sul em que um terço das famílias ganham mais de 20 salários mínimos por mês. Em novembro de 2008, a migração foi apontada como o motivo principal que aprofunda as desigualdades em Goiânia.

É nesse cenário social que se encontram os jovens migrantes, de baixo poder aquisitivo, objeto dessa pesquisa realizada na Região Noroeste de Goiânia.

Jovens, que como outros jovens de sua idade, alimentam sonhos, cultivam desejos, mantêm esperanças e enfrentam dificuldades, na luta por uma vida mais digna.

## Capítulo 2

### 2. A JUVENTUDE NO CONTEXTO DA MIGRAÇÃO

*“Eu vou à luta com esta juventude  
que não corre da raia a troco de nada....”  
Gonzaguinha.*

O presente capítulo pretende abordar a questão do jovem migrante, que vem para a cidade de Goiânia em busca de sobrevivência.

O termo juventude, neste trabalho, é compreendido como um segmento social e delimitado pelo critério etário. Os jovens entrevistados no decorrer desta pesquisa são pertencentes à classe social de baixo poder aquisitivo. Em busca da sobrevivência, tomam a decisão ou são levados pela própria sociedade, a sair do seu lugar de origem, iniciando assim um processo de migração.

Na sociedade, deveriam existir políticas voltadas para atender às necessidades dos jovens, de forma que lhes possibilitassem a formação e o acesso ao trabalho e a sua inserção na sociedade.

Na realidade, as políticas existentes são determinadas por olhares que, frequentemente, configuram de maneira unilateral, preconceituosa e ambígua, delegando à própria juventude a responsabilidade de seus problemas, conflitos e desafios. Essas políticas não orientadas para o que tange à real necessidade de

inclusão do jovem e perpassam uma visão de mundo específica sobre a juventude; nessa visão, sobressaem os interesses políticos e econômicos vigentes.

Neste capítulo, serão abordadas as definições clássicas de juventude, sua classificação por faixa etária e citados alguns olhares desde o viés social. Com relação aos jovens nos setores pesquisados na Região Noroeste de Goiânia, será feito um apanhado genérico sobre como se encontram nesta sociedade, sua relação com o trabalho e na cidade.

A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), de 2007, faz três subdivisões referentes à classificação etária dos jovens. Considera como jovem-adolescente a parcela da população situada na faixa etária de 15 a 17 anos; jovem-jovem, os que ficam entre de 18 a 24 anos e jovem-adulto os de faixa etária entre 25 a 29 anos.

Segundo Parra, a Organização das Nações Unidas (ONU), adotou, em 1985, para fins estatísticos, a definição de jovens como as pessoas de faixa etária entre 15 a 24 anos. E reiterou que

Para além dessa definição estatística, o sentido do termo juventude variava em todo o mundo e que as definições de juventude haviam mudado continuamente como respostas as flutuações das circunstâncias políticas, econômicas e socioculturais (PARRA, 2004, p.133).

Já as recentes informações do Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas, reunido em Dakar, Senegal, em 2001, relatam que, grupos de trabalho solicitaram às Nações Unidas que reformulassem a definição de juventude, aumentando o limite a 30 anos, de modo a atender o desafio dos jovens dos países em desenvolvimento.

Nos documentos oficiais em nível internacional, na legislação brasileira e suas respectivas instituições, o que encontra sobre jovens são estatutos, declarações, carta de intenção, pareceres e leis que não apresentam uma unanimidade ao tratar o jovem.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, o artigo 2º, explicita: “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade.” O Estatuto não faz alusão, especificamente, à categoria juventude.

Segundo Netto (2003), o Código Civil de 2002, falando sobre maioridade, cita que o jovem a partir dos 18 anos pode praticar todos os atos da vida civil como: casar, viajar, dirigir, comprar e vender. É quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil, sem necessidade de autorização ou assistência dos pais. Passa a ser responsável pelo que ela fizer. Ao se tornar maior de idade, deixa de ser dependente dos pais. E tem plena responsabilidade pelos seus atos, se causar dano a outras pessoas.

A categoria juventude é estudada por várias áreas do conhecimento. Dentre elas, destacam-se a psicologia, a sociologia, a educação, a medicina, a economia, o direito, entre outras. Estas modalidades do conhecimento interrogam a condição da existência da juventude diante de vários aspectos: dos modelos culturais, do desenvolvimento psicológico, da interação social, da etapa de aprendizagem, do desenvolvimento físico, da relação de consumo e produção, do trabalho, da maioridade, da autonomia, da independência, da proteção e acesso a direitos. Cada ciência fala de sua especialidade, isto é, do seu campo científico e referencial teórico determinado.

Dentre os vários olhares sociológicos, destaca-se aqui a contribuição de Pierre Bourdieu, ao lembrar que as divisões de idades são arbitrárias.

A idade é um dado biologicamente manipulado e manipulável: e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesse comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente (BOURDIEU, 1983, p. 112 e 113).

Pierre Bourdieu analisa os jovens como segmentos sociais, com a especificidade concreta da classe social à qual pertencem e que se encontram “vinculados às posições que ocupam nos espaços sociais, seus discursos expressam interpretações do mundo vivido a partir de um lugar” (*apud* DIAS e GUIMARÃES, 2007 p. 51 ).

Karl Mannheim (1962) trabalha a categoria juventude relacionada aos aspectos sociais e geracionais. Para o autor, “na juventude os indivíduos realizam pela primeira vez a absorção consciente de suas experiências sociais, passam a ter realmente uma experimentação pessoal para com a vida” (*apud*, GROppo 2000, p.22).

Abramo *apud* Groppo (2000) enfatiza que o autor destaca três noções gerais de juventude trabalhada pela sociologia: a noção de transitoriedade, a noção de projeto e a noção de crise e ruptura. A noção de transitoriedade está ligada ao fato de a juventude anteceder à vida social plena. A noção de projeto no sentido de a vida juvenil ser como preparação para a vida posteriormente e de crise e ruptura por estar ligada à mudança e transformação. A definição de juventude vai além da classificação por faixa etária, que são definidas entre várias combinações tais como: “13 a 20 anos, 17 a 25 anos, 15 a 21 anos”.

As definições de juventude, para Groppo (2000), perpassam dois critérios principais: o critério etário, que tem por base a idade cronológica, determinado pelo sistema socioeconômico e pela legislação que marca início e o fim deste período, considera a participação e inserção do jovem na economia formal e no mercado de trabalho. E o critério sociocultural, que tem por base o comportamento da juventude, que muda de acordo com a classe social, o grupo étnico, nacionalidade, gênero, contexto histórico, regional e nacional.

## 2.1. JUVENTUDE NO CONTEXTO DA SOCIEDADE

Os jovens, na sociedade, são vistos e analisados por diversos ângulos. Nos fundamentos da sociologia, a juventude está originalmente ligada a uma representação de ordem social de classe, do lugar dos grupos etários e de suas responsabilidades, rupturas e transformações (PERALVA, 1997).

Encarar a juventude como um segmento social com valores e práticas específicas no seu tempo, que precisa de oportunidades e incentivos para enfrentar os problemas e desenvolver suas potencialidades, deveria ser o ponto de partida das políticas públicas<sup>6</sup> voltadas ao atendimento das necessidades de sobrevivência,

---

<sup>6</sup> A ideia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição (SPOSITO, 2002).

formação para o trabalho e acesso aos direitos da pessoa humana (PERALVA, 1997).

É importante destacar que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada como fase da vida marcada por certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais”. Para entender a inserção social do jovem na sociedade, faz-se necessário situá-lo dentro do seu processo histórico. Para tanto, segue um breve recorte histórico das políticas voltadas à juventude.

Segundo Abramo (2005), a visibilidade da juventude no Brasil, até os anos 1960, se restringiu a “jovens escolarizados da classe média”. O debate versava sobre o papel da juventude, principalmente através do movimento estudantil, da contracultura e do engajamento em partidos políticos de esquerda e da continuidade ou transformação do sistema político e da sociedade em que viviam.

A juventude, na década de 1960, era vista como um “problema” na medida em que era tida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações. Os conflitos a ela relacionados passavam pelo campo dos comportamentos éticos e culturais.

A partir de então, o foco da preocupação direcionou-se às questões da criança e do adolescente. Isso deslocou não só o debate como também a política no que dizia respeito à juventude. “Os jovens propriamente ditos ficaram fora do escopo das ações e do debate sobre direitos e cidadania” (ABRAMO, 2005, p.39).

A partir da década de 1970, os “problemas” de emprego e de entrada na vida ativa ganharam espaço nos estudos sobre a juventude, quase transformando-a em categoria econômica (ABRAMO, 1997).

Neste período, as primeiras ações de programas específicos destinados aos jovens aparecem no interior da área da saúde e são marcadas pelo foco na prevenção DST/AIDs, uso de drogas, acidentes de trânsito e gravidez precoce.

No final da década de 1980, precisamente em 1987, abre-se o debate na academia sobre o tema de políticas públicas para jovens. A socióloga Maria das Graças Rua (1998) chama a atenção para a demanda da juventude, que, no Brasil, ainda não estava inserida no debate de políticas públicas.

Os governos neoliberais foram eliminando e substituindo os serviços públicos de atendimento aos necessitados e carentes, por organizações não-governamentais subvencionadas com dinheiro público para prestarem estes serviços.



No final da década de 1990, os indicadores sobre o desemprego juvenil demonstravam um acentuado processo de precarização social, que evidencia a necessidade de políticas de inclusão (tanto assistenciais como de promoção para integração na sociedade) em uma crise da ação de um Estado que, durante toda a década de 1990 e o início do ano 2000, viveu a hegemonia das políticas neoliberais (PAUL SINGER, 2004).

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso, no primeiro período de 1995-1998 e, no segundo mandato 1999-2002, a prioridade dos programas voltados para a juventude foi o combate à pobreza. Combate desenvolvido através de programas específicos<sup>7</sup> nas regiões de baixo índice de desenvolvimento humano, para jovens considerados carentes em situação de risco, em detrimento de políticas de caráter universal.

De uma maneira geral, o jovem na sociedade depara-se com inúmeros problemas que se apresentam no contexto da organização e interesse político social, ou que deriva em decorrência da transformação dos mesmos. Tais problemas estão relacionados à participação política, direitos humanos, atitudes e consciência ambiental, mercado de trabalho e emprego, formação profissional, família, violência, drogas, educação, segurança, proteção social e políticas públicas entre outros aspectos. É importante ressaltar que o pertencimento de classe é o fator determinante de sua inserção social, no que se refere ao acesso concreto aos bens de consumo, educação, formação profissional, direitos e política pública.

Na classe de baixo poder aquisitivo, além de fazer parte do segmento de exclusão, há real e numerosa faixa de jovens pobres, filhos de trabalhadores rurais e urbanos, que fazem parte da ampla maioria juvenil da sociedade brasileira e que

---

<sup>7</sup> *Projeto Escola Jovem, Financiamento Estudantil e Programa Recomeço*, (Ministério da Educação); *Olimpíadas Colegiais, Projeto Navegar e Esporte na Escola* (Ministério do Esporte e Turismo); *Serviço Civil Voluntário, Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e Programa Paz nas Escolas* (Ministério da Justiça); *Jovem Empreendedor* (Ministério do Trabalho e Emprego); *Centros da Juventude e Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano* (Brasil Jovem – Ministério da Previdência e Assistência Social); *Prêmio Jovem Cientista do Futuro* (Ministério da Ciência e Tecnologia), *PIAPS e CENAFOCO* (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República), *Brasil em Ação* (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), *Projeto Alvorada* (Presidência da República). Cinco programas não ofereceram informações sobre a data do início de suas atividades: *Programa de Apoio ao Aluno Estrangeiro* – (Ministério da Educação), *Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei* (Ministério da Justiça), *Combate ao Abuso e Exploração Sexual* (Ministério do Esporte e Turismo), *Projeto Sentinela* (Ministério da Previdência e Assistência Social) e *Projeto Rede Jovem* (Comunidade Solidária) (Site. Ministério do desenvolvimento social. Acessado dezembro, 2008).

podem estar ou não no horizonte das ações públicas, em decorrência do modo peculiar de concebê-los como sujeitos de direitos.

Entender o jovem nesta realidade de exclusão social é um grande desafio que instiga a pesquisar e perceber as diferentes juventudes e sua interação social.

Cardoso (2004), na discussão sobre juventude, afirma que esta faixa etária é exatamente o momento da vida no qual se está lutando pela autonomia, lutando para ser reconhecido como adulto, sendo esta uma característica comum de jovens de todas as classes.

A autonomia, segundo Kant,

É o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda a natureza racional... o princípio da autonomia é, portanto: não escolher senão de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal (*apud*, PARRA, 2004, p.136).

Para Habermas,

Uma pessoa é autônoma em relação ao outro quando, por meio de formas discursivas, for capaz de justificar suas escolhas e decisões. Uma pessoa auto regida está livre dos constrangimentos de seu contexto e, ao mesmo tempo integrada o seu contexto (*apud*, PARRA, 2004, p.137).

Parra enfatiza que,

Dessa forma, a autonomia deve ser entendida como de natureza social. Ser autônomo é saber que se está agindo de forma diferenciada em relação aos valores e regras do outro. Nesse sentido entende-se que autonomia é uma necessidade humana que se desenvolve de forma dialógica. Todos nascemos dependentes, é no processo de relacionamentos familiares e sociais mais amplos que alcançamos a autonomia, que desenvolve o juízo crítico para avaliar normas, valores e objetivos (PARRA, 2004, p.137).

A autonomia moral se configura pela combinação de liberdade, responsabilidade e submissão à lei. Na sociedade democrática de direito, pressupõe-se que a elaboração de políticas públicas, leis e regulamentos sejam estabelecidos por atores sociais com autonomia, que façam uma distribuição, equitativa dos recursos públicos disponíveis (PARRA, 2004).

As Nações Unidas reconhecem como legítima a necessidade de autonomia dos jovens. Entretanto, em muitos países, inclusive no Brasil, ainda não se permite a

participação dos jovens na tomada de decisão em relação às políticas que os atingem.

A sociedade, para entender às necessidades dos jovens, deve criar as condições que lhes permitam adquirir capacidades efetivas de participação, e executar políticas que visem à minimização de danos, das privações ou sofrimentos graves, possibilitando condições objetivas para que possam desenvolver plenamente as suas potencialidades e autonomia, independente da classe social a que pertencem.

## 2.2. JUVENTUDE E O MUNDO DO TRABALHO

Ao falar de juventude no mundo do trabalho, torna-se necessário fazer um recorte histórico sobre a questão do trabalho na sociedade brasileira e nela detectar o lugar dos jovens.

Consideramos como ponto de partida a expansão do emprego industrial do Brasil na década de 1970, para entender o processo do desenvolvimento do trabalho, relacionado com a busca da sobrevivência e melhores condições de vida.

O Brasil, embora de forma tardia, e com ritmo próprio, nunca deixou de sofrer as consequências das grandes transformações mundiais que afetam o mundo do trabalho.

Na década de 1970, nos países industrializados ou em processo de industrialização, a evolução na participação do emprego na indústria de transformação cresceu de forma significativa: Alemanha 39%, Itália 27%, Japão 26%, França 28%, EUA 26%, Brasil 20% e Inglaterra 35% (POCHMAN, 2007).

No decorrer dos anos 70, o Brasil, durante o auge da expansão do emprego industrial, chegou a possuir cerca de 20% do total dos empregos sob a responsabilidade da indústria de transformação. O país cresceu rapidamente em número de trabalhadores que se ocupavam na indústria de transformação com taxas de expansão da produção de quase 7% de média anual (POCHMAN, 2007).

Para Marx, a grande indústria proporcionou a divisão do trabalho, em nível internacional, responsável por atribuir a qualquer parte do planeta um papel bem

definido: a produção agrícola com diferentes tecnologias e a produção industrial. (MARX,1982).

Na década de 1980, precisamente da segunda metade em diante, com o processo crescente da inflação, estagnação da renda *per capita* e redução da taxa de investimento, a frustração econômica tornou-se evidente. Tomou conta do país o baixo dinamismo com expansão média anual de apenas 2,1%, uma taxa de crescimento inferior ao crescimento da população entre 1980 e 1999. Isso significa que, neste período, o Brasil vivia uma crise econômica nunca vista antes.

A crise econômica faz emergir suas consequências com relação à ocupação das pessoas, acesso ao emprego e qualidade de vida. Vigorou um quadro de estagnação no crescimento econômico identificado como “*década perdida*”. Com a concentração das novas tecnologias e equipamentos, nas “mãos” de poucas empresas e, sobretudo, internacionais.

Nesta década, a economia brasileira perdeu perto de um milhão e meio de empregos no setor de manufatura. O desastre só não foi maior porque a ocupação na construção civil contrabalançou, em parte, a destruição dos empregos nas empresas de manufatura.

O setor de serviços como um todo já apresentava na economia brasileira um inchamento, influenciado pelo efeito combinado do drástico êxodo rural com a geração de empregos no setor industrial insuficiente ao universo de trabalhadores disponível no mercado de trabalho. Em função disso, as alternativas de ocupação e renda no meio urbano terminaram sendo direcionadas para o chamado setor informal, que abrigava parcelas expressivas de trabalhadores nas ocupações de serviços, sobretudo na classe de distribuição (comércio, comunicação e transportes) (POCHMANN, 2007, p.58).

A partir da Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) do governo Fernando Collor de Melo, evidencia-se a abertura comercial, implantação da terceirização, reformulação do papel do Estado, privatização do setor produtivo estatal, reforma da administração pública, dando vigor e modernidade ao setor privado. Não se pode deixar de mencionar que e a instabilidade monetária passa ter como referência o dólar. A partir daí, o país internaliza um novo paradigma técnico-produtivo, na área de inovação tecnológica, da gestão de produção e da reorganização do trabalho.

Na primeira metade da década de 1990, permanece a contínua concentração de renda, aumenta o endividamento interno e externo, há baixo crescimento econômico e reduzido patamar de investimento, seguido da incapacidade de geração de novos empregos e o avanço de ocupações precárias. Vinte anos após a grande expansão da década de 1970, a mesma indústria responderia por menos 13% do total de ocupação nacional.

Com número alto de desempregados, os empresários dão preferência para contratação de trabalhadores mais escolarizados, independente de haver ou não mudança nos postos de trabalho.

O setor de serviços passou a absorver mais postos de trabalho sem lograr compensar a falta de emprego, verificada tanto no campo como na indústria.

Torna-se mais claro o movimento de desestruturação do mercado de trabalho no Brasil, refletindo a incapacidade da economia brasileira de gerar expressivos postos de trabalho, o que atinge desfavoravelmente todos os segmentos da força de trabalho, mais especialmente os mais frágeis, como jovens, o trabalhador não qualificado e trabalhador mais velho.

Tem início um processo de precarização das ocupações e redução da qualificação profissional e alta rotatividade da mão-de-obra. A intensificação da qualificação profissional seria uma solução para a diminuição do desemprego (POCHMAN, 2007).

O desemprego juvenil, principalmente de jovens de baixa escolaridade, atinge níveis sem paralelo na história nacional e ainda é um problema grave no mundo do trabalho.

Para os países não desenvolvidos, 51% do estoque de desempregados referem-se às pessoas com menos de 25 anos de idade. No Brasil, quase 54% da mão-de-obra desempregada encontra-se na faixa etária dos 25 anos de idade (POCHMAN, 2007, p. 90-91).

Isso se agrava uma vez que as ocupações que restam aos jovens são geralmente as mais precárias, com postos não assalariados ou sem registro formal. Desenhando assim uma categoria de subempregado, composta por trabalhadores que fazem “bicos” para sobreviver.

Na tabela abaixo, pode-se observar a composição e desenvolvimento do desemprego por faixa etária.

Tabela 05. Brasil: evolução da composição do desemprego por faixa etária 1980 e 1998, em anos e em %.

<b>Faixa etária</b>	<b>Em 1980</b>	<b>Em 1998</b>
<b>Menos de 15 anos</b>	5,8 %	4,7%
<b>15 - 24 anos</b>	51,4%	48,5%
<b>25 - 49 anos</b>	39,8%	40,9%
<b>50 anos e mais</b>	3%	5,9%

Fonte: Pochmann, Márcio. O emprego na Globalização. São Paulo, 2007. 3ª reimpressão. Editora Boitempo. Reorganizado por Aparecida Teles de Camargo.

Em 1999, “o Brasil assumia a terceira posição no *ranking* mundial do desemprego, pois possuía, segundo dados da PNAD do IBGE, 7,6 milhões de pessoas sem trabalho” (POCHMANN, 2007, p. 101). Os jovens entre 15 a 24 anos constituem a maior parcela entre os desempregados como pode ser observado na tabela acima.

Pode-se também observar que, a partir da década de 1990, o desemprego mudou o perfil deixando de atingir mais especificamente um segmento da sociedade e generalizando-se por quase toda a população economicamente ativa, atingindo tanto a zona urbana coma a zona rural. O desemprego, ao acontecer na zona rural, significa expulsão para cidade, a qual mesmo sem grandes possibilidades de emprego formal, ainda continua sendo um espaço para tentar a vida, buscar novas saídas ou mergulhar no mundo dos serviços, da informalidade e/ou dos “bicos”.

No cenário da globalização, crescem ainda mais as dificuldades e o desemprego em todos os segmentos, afetando em especial os jovens.

A partir de 2003, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva trouxe a expectativa, a esperança e a possibilidade de fazer a diferença, só que, para isso, fazia-se necessário ter um projeto alternativo claro e um grupo coeso na busca por sua concretização.

Haveria que se trabalhar com políticas distributivas e emancipatórias e, ao mesmo tempo, caminhar em direção a um projeto de desenvolvimento nacional que alterasse a estrutura social produtora de desigualdade (FRIGOTTO 2006).

No primeiro ano, o governo não superou o cenário encontrado, não conseguindo fazer mudanças fundamentais para o Brasil, ou dar sequência às

políticas neoliberais com crescente mercantilização dos direitos sociais, ruptura da proteção do trabalho e a não regulação do mercado (FRIGOTTO 2006).

Pode-se dizer que o governo fez um esforço para aumentar o índice de formalização das relações de emprego a partir do final de 2003. O crescimento regular da economia, em especial dos setores que tradicionalmente contratam com carteira assinada, como o setor exportador, assim como o aumento da fiscalização do Ministério do Trabalho são decisivos para a melhora destes índices. Apesar disso, porém, o número de trabalhadores com carteira profissional assinada é ainda inferior ao dos trabalhadores sob contrato informal, o que ajuda a explicar o fato escandaloso de a renda de quase um quarto dos trabalhadores brasileiros (23,8%, segundo o PNAD 2006) ser inferior ao salário-mínimo.

Ao mesmo tempo em que a pesquisa, (PNAD, 2006) aponta para o crescimento do emprego, em termos gerais, a situação dos jovens não acompanha esse desenvolvimento de forma linear. O oferta de trabalho para os jovens é menor que há dez anos, segundo algumas conclusões da PNAD 2006. Em 2006, a oferta de empregos para jovens de até 25 anos era menor do que em 1996. Nessa faixa etária, tanto homens quanto mulheres foram prejudicados pelo encolhimento do mercado. Conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 06. Sobre taxa de ocupação por faixa etária no período de 1996- 2006. Comparação de taxas entre 1996 e 2006 em %

<b>IDADE</b>	<b>Ano 1996</b>	<b>Ano 2006</b>
10 a 14 anos	14,8%	9,2%
15 a 17 anos	39%	30%
18 a 19 anos	55,1%	51,8%
20 a 24 anos	66,5%	66%
25 a 29 anos	72%	74,9%
30 a 39 anos	74,8%	78,5%
40 a 49 anos	73,5%	77,2%
50 a 59 anos	60,7%	65,1%

Fonte Pnad /IBGE Reorganizado por Aparecida Teles de Camargo

De acordo com a tabela, na faixa de 15 a 17 anos é que o nível de ocupação teve uma redução de nove pontos percentuais, caindo de 39% em 1996 para 30% em 2006. No grupo de 18 e 19 anos, a queda foi de mais de três pontos, indo de 55,1% ,em 1996 para 51,8%, em 2006. Para os mais velhos, houve melhora na ocupação, o que ajudou no desempenho geral no nível de emprego. Os que tinham entre 25 e 29 anos viram sua participação subir de 72%, em 1996, para 74,9%, em 2006, no mercado de trabalho. Na faixa de 40 a 49 anos, a participação foi de 73,5% (1996) para 77,2% (2006). O grupo na faixa de 50 a 59 supera o aumento de 4% na taxa de ocupação.

Outro aspecto mencionado pela pesquisa é que o desemprego foi maior entre trabalhadores com nível universitário. Os brasileiros com maior escolaridade têm mais dificuldade em encontrar trabalho do que aqueles com menor instrução. Ao mesmo tempo, um nível maior de escolaridade passa a ser exigência nos grandes centros urbanos.

Embora a taxa de desemprego seja menor entre os menos escolarizados, essas pessoas não foram tão favorecidas pela expansão do mercado de trabalho entre 2005 e 2006. Enquanto a taxa de ocupação nacional cresceu em 0,9 pontos percentuais no período, os menos escolarizados viram o emprego expandir em apenas 0,2 pontos percentuais.

Em São Paulo, a situação é ainda mais desfavorável para essas pessoas: a taxa de desocupação aumentou de 8,2% para 8,6%. Já os mais escolarizados tiveram maior facilidade para se inserir no mercado. A taxa de desocupação entre eles caiu de 9,4% para 8,5%. Nota-se que, nas áreas urbanas, cresce a exigência não exatamente de anos de estudo, mas da capacidade de se aperfeiçoar. Exige-se com frequência uma qualificação ou anos de experiência comprovada em carteira assinada. É o que se vê nas empresas de empregos, editais de seleção e anúncios de empregos.

Em 2007, a geração de empregos formais, segundo o Ministério do Trabalho, chegou ao patamar nunca registrado antes. O saldo entre admissões e demissões ficou em 1.617.392, número 31,62% superior ao saldo de 2006, de 1.228.686 de vagas, e também acima do recorde anterior, de 2004 (1.526.276). Ao todo, o ano de 2007 terminou com 29.281.974 de pessoas com registro em carteira de trabalho.



O setor de serviço foi o que mais gerou empregos no acumulado dos anos, com 587.103 novos postos de trabalho. Este setor também se destaca no sentido de ser o que mais emprega formalmente hoje, com 11.683 milhões de vagas. O comércio apresentou 405.091 novos postos com carteira assinada, e a indústria de transformação, 394.584 vagas. A construção civil e a agropecuária foram setores que tiveram uma criação de empregos formais menos intensa, respectivamente com 176.755 e 21.093 registros em carteira (Ministério do Trabalho)

Segundo Relatório (PNAD 2007), o Brasil tem cerca de 50,2 milhões de jovens que representam 26,4% da população. Cerca de 14 milhões na faixa etária entre 15 e 29 anos podem ser considerados pobres, pois vivem em famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo. Apenas 7 milhões pertencem ao grupo etário de 15-17 anos e frequentam o ensino médio.

Considerando a renda e a ocupação, a pesquisa mostra que 30,4% dos jovens na faixa etária de 15-29 anos poderiam ser considerados pobres porque viviam em famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo, 53,85%, com renda entre meio e dois salários e apenas 15,8% viviam com renda superior a dois salários mínimos. Em plano regional, os jovens do Nordeste continuam tendo uma renda menor, havendo um total de 53,4% dos jovens nordestino pobres.

Com relação à situação educacional, comparando com 1997, houve índice de decréscimo no analfabetismo, principalmente na faixa etária de 15-17 anos. Explica-se esse fato pela existência de longo período de prevalência de políticas de universalização do ensino fundamental. A taxa de escolaridade aumentou para 7,2 anos de estudo.

Quanto aos jovens do meio rural, em relação ao jovem do meio urbano, a diferença se mantém grande. Em 2007, o nível de escolaridade dos jovens da zona rural era 30% inferior ao dos jovens da zona urbanas, e 70% dos jovens da zona rural continuavam analfabetos.

Cerca de 4,6 milhões de jovens encontram-se desempregados, representando 63% do total de desempregados no país. Fica evidente que ainda são restritas as oportunidades para os jovens no mercado de trabalho. Nota-se um aumento de jovens que estão demorando mais a entrar no mercado de trabalho, localizado na faixa etária de 15-17 anos e atribui-se este aumento da inatividade ao

desemprego ou ocupação em atividades domésticas, vinculadas ao abandono dos estudos.

Analisando as condições de moradia, destaca-se que a maioria da população jovem brasileira, 85%, está concentrada nas áreas urbanas. Dos jovens que estão nas áreas urbanas, 48,9% vivem em moradias com localizações inadequadas e dois milhões de jovens continuam morando em favelas.

Quanto à qualidade da habitação, cerca de 28 milhões vive em moradias inadequadas com falta da água canalizada, rede de esgoto, sem coleta de lixo, construídas de material pouco durável. Deste número, 20 milhões vivem na área urbana. O relatório (PNAD, 2007) destaca que as condições de moradia dos jovens da zona rural são bem mais precárias do que as dos jovens das zonas urbanas, 96,7% dos jovens rurais vivem em moradias precárias, percentual correspondente a aproximadamente 7,5 milhões de jovens.

Diante deste cenário faz-se necessário e urgente avançar com políticas sociais públicas orientadas para os jovens. Essas orientações devem pressupor os jovens como sujeitos dotados de autonomia, parte integrante importante da sociedade brasileira. Mais do que futuro, é preciso ver os jovens como o presente da nação e interlocutores ativos na formulação, execução e avaliação das políticas a eles destinadas.

Hoje em dia, as formas de integração ao mercado de trabalho são muito variadas. A sociedade tem um sistema produtivo diferente, com isto, o tipo de trabalho que se pode oferecer também é diferente.

A situação de milhares de pessoas e, dentre elas os jovens de baixo poder aquisitivo, no Brasil, ainda é dramática. Eles são atingidos pela violência, expostos à miséria, desemprego, pobreza, dependência química, analfabetismo, despreparo profissional entre outras mazelas sociais.

Esta realidade gera uma demanda e execução de planos de desenvolvimento integral e políticas sociais públicas, voltadas para atendimento aos jovens. Isto exige e requer maior presença e atuação do Estado com políticas sociais eficazes, o que exige maior proximidade das organizações e dos órgãos administrativos de seus bairros, locais de trabalho e escolas (PARRA, 2004).

A lacuna existente entre os direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, para toda pessoa, ao contemplar também os jovens, em face da realidade em

que vivem é muito grande. Essa situação torna-se dramática para a juventude, requerendo, com frequência, a intervenção da sociedade civil e o poder público.

Via de regra os governos municipais, estaduais e federal ainda não implementaram políticas públicas articuladas que atendam de forma integral e sistematizada a juventude e nem reconhecem que esta é um setor social que tem características singulares. O que existe são iniciativas e programas isolados que dependem da boa vontade dos governos (PARRA, 2004, p.139).

Em nível nacional, a categoria juventude não conta ainda com uma proposta de atendimento, voltada para as suas demandas de forma eficaz e abrangente que abarque todas as suas necessidades de sobrevivência de forma ampliada. O que existem são iniciativas restritas, focalizadas, voltadas ao atendimento emergencial diante das questões mais gritantes<sup>8</sup>.

A partir do ano 2001, com aprovação por alguns municípios do Estatuto da Juventude, percebe-se um importante processo de constituição de políticas públicas destinadas aos jovens. Novas gestões no âmbito municipal marcam uma ampliação de novos organismos destinados a tratar das políticas públicas para juventude, que desenvolvem formas de gestão coletiva nos espaços urbanos e equipamento público.

Estas iniciativas, voltadas para o espaço urbano, deram-se, sobretudo, em algumas capitais<sup>9</sup> e em cidades de pequeno e médio porte. Apesar destas iniciativas, fica evidente a lacuna de debates e inclusão política voltadas para os jovens que vivem no campo.

Em nível nacional, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, empossado no primeiro mandato em janeiro de 2003, herda desafios importantes a serem superados.

Diante desses desafios, o governo necessita contribuir, efetivamente, para a construção de um modo diverso de compreensão dos jovens na sociedade brasileira, a ser expresso tanto sob a forma de políticas públicas democráticas, que reconhecem o não-cumprimento de direitos historicamente negados como: educação, saúde e trabalho, quanto abrir outras modalidades de ação que

---

<sup>8</sup> Violência, criminalidade, prostituição, AIDS, uso de drogas, tráfico, envolvimento com o crime.

<sup>9</sup> A prefeitura de São Paulo aprovou o Estatuto da Juventude. Em Porto Alegre, discute-se a gestão participativa.

contemplem os direitos de juventude e superem o esquema estrutural da economia para além do modelo neoliberal.

O atual Governo Federal (segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva até 2010) encontra-se também em um campo de disputa de orientações. Existem múltiplas intenções para a elaboração de políticas que contrariam as orientações dominantes, mas ainda falta vontade política para sua implementação plena.

O que há de fato na sociedade atual voltados para a juventude são alguns programas focalizados<sup>10</sup>, mas nada que seja levado a cabo por todos os níveis de governo seja ele municipal, estadual ou federal. De positivo, há, no Congresso Nacional, a tramitação da aprovação de um Estatuto da Juventude, que se configura numa declaração de direitos e deveres dos jovens, acrescidos de uma estrutura jurídica mínima que permite aos jovens discutir, formular, executar e avaliar as políticas públicas de juventude (BARRIENTOS-PARRA., 2004).

### 2.3. JUVENTUDE EM GOIÂNIA: ALGUNS NUMEROS

No Brasil, existem 50,2 milhões de jovens, ou seja, 26,4% da população do País, segundo estudos do IPEA. O Estado de Goiás conta atualmente com 1.611 milhões de jovens, o equivalente a 27,48% da população do Estado que hoje consta de 5.861 milhões de pessoas. Esse índice é maior do que a média nacional já citada neste texto ( PNAD, 2007). Por sua vez, na cidade de Goiânia, 31,43% da população de 1.224.645 habitantes encontra-se na faixa etária entre 15 a 29 anos. Por esses dados, pode-se dizer que a população de Goiânia é composta por um percentual significativo de jovens.

Pesquisa realizada pela Prefeitura de Goiânia em 2001 sobre perfil dos jovens de Goiânia, apontou que grande número de jovens da cidade pertencia às classes populares (C, D e E), perfazendo um total de 69,4% do população.

---

<sup>10</sup> Fome Zero, Bolsa Família, Agente Jovem de Desenvolvimento Social, Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescente em Situação de Violência, Educação de jovens e Adultos, Programa Fazendo Escola, Programa Primeiro Emprego, Adolescente Trabalhador, Sociedade Cidadão 2000, entre outros que não destina-se especificamente para a juventude, porém atende um parcela de jovem da sociedade. São programas que estão implantados na cidade de Goiânia na área do Desenvolvimento Social, visando o combate a pobreza. (Estes programas citados encontram-se na Revista UM ESTUDO SOBRE POBREZA: POLÍTICAS E PERSPECTIVAS EM GOIÂNIA. Goiânia, SEPLAM/FUNDEC, 2006).

No que diz respeito ao trabalho, a situação verificada pela amostragem de 601 entrevistados, foi que 48,1% se encontram trabalhando e 27,6% estão sem trabalho; do contingente restante, 15% nunca trabalharam e nem estão procurando trabalho e 9,3% encontram-se à procura do primeiro emprego.

Tabela 07. Situação dos jovens com relação ao trabalho.

<b>Situação dos jovens</b>	<b>%</b>
Esta trabalhando.	48,1%
Já trabalhou e está desempregado(a)	27,6%
Nunca trabalhou, nem procurou trabalho.	15%
Nunca trabalho, mas está procurando trabalho.	9,3%

Fonte: Pesquisa Perfil da Juventude Goianiense. Prefeitura de Goiânia, junho a novembro de 2001. Reorganizado por Aparecida Teles de Camargo.

A Região Noroeste de Goiânia é uma das que concentra o maior contingente de jovens que estão trabalhando, 51,3%, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 08. Quantitativo de jovens que trabalha por região pesquisada.

<b>Região</b>	<b>% de jovens ocupados</b>
Campinas	59,4%
Noroeste	51,3%
Leste	38,7%
Sudoeste	38,5%
Sudeste	18,2%
Norte	18,0%
Oeste	10%

Fonte: Pesquisa Perfil da Juventude Goianiense. Prefeitura de Goiânia, junho a novembro de 2001. Reorganizado por Aparecida Teles de Camargo.

Já em pesquisa realizada pelo IBGE em 2007, o PNAD revela que a taxa de ocupação dos jovens do Estado de Goiás, na faixa etária de 15 a 29 anos é de 60,7%. Esse percentual engloba todo tipo de ocupação, empregado, trabalhador doméstico, autônomo ou empregador.

Um dos principais problemas que atingem os jovens do sexo masculino é a violência. Esta atinge índices assustadores confirmados por estatísticas recentes.

O homicídio e a droga (consumo e venda) são destacados como a causa de 80% das mortes na faixa etária de 15 a 30 anos. Até a data de 11 de novembro de 2008, um total de 391 assassinatos havia sido registrado pela polícia civil na capital. Número este correspondente, em média, a mais de uma morte por dia.

Tabela 09. Índice de violência em Goiânia. Ano 2000-2008.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Vítima	191	198	282	291	283	305	321	315	379

Fonte. Jornal o Popular. Dados divulgados em 4/11/2008. Reorganizado por Aparecida Teles de Camargo.

Goiânia atinge índice alarmante de assassinatos, com 29,95 casos por 100 mil habitantes, contra 14,20 casos registrados na cidade de São Paulo, em 2007 (Jornal Popular, 04/11/2008).

Além do alto índice de criminalidade, que atinge diretamente a juventude, as mortes no trânsito afetam a vida da população como um todo, porém sobressai o alto percentual de jovens acidentados, principalmente os que usam a moto como meio transporte.

No mês de setembro de 2007, entre os dias 1º a 30, no Hospital de Urgências de Goiânia, foram atendidos 2.354 casos de acidentados e feridos por crimes violentos. Os acidentes de transporte representaram mais de 40% das ocorrências. Os jovens pobres são as maiores vítimas (Jornal O Popular, 04/11/2008).

O Brasil, em curto espaço de tempo, transformou-se num país eminentemente urbano, com metrópoles e cidades médias e pequenas. Esse processo de urbanização muito rápido, uma particularidade do nosso processo histórico, provocou o acúmulo populacional nas cidades. Com isso, as cidades incharam. Esse inchaço criou grandes deformações, como acontece com um corpo obeso. Goiânia, como uma metrópole, não foge à regra. Os aglomerados urbanos geram problemas fundamentais a serem enfrentados na relação com os direitos humanos, qualidade de vida e profunda desigualdade social, gerando um abismo entre os

poucos que têm muito e querem ganhar sempre mais, e muitos que têm pouco ou quase nada, e sobrevivem na miséria e na falta. Essa diferença cada vez mais gera e alimenta a estrutura social e sustenta a violência.

Os problemas sociais que afetam as cidades, sobretudo nas periferias, acumularam gravíssimos problemas. Instaurou-se uma defasagem entre as demandas dessa realidade e a capacidade de resposta das administrações municipais.

A violência atinge a todos. Os ricos são vítimas de crimes contra o patrimônio e, os pobres, vítimas de crimes contra a vida. Os pobres, de maneira geral, e os jovens pobres de forma específica, são as maiores vítimas dessa perversa e degradante estrutura social.

## Capítulo 3

O tempo não para e não envelhece...  
A cidade não para e só cresce....  
Cresce em tamanho, em fascínio, em atração  
em desafio... cresce em riqueza,  
cresce em pobreza.... que confusão!  
*Cida Teles*

### 3. REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA

#### 3.1. DIVISÃO REGIONAL DE GOIÂNIA

A estruturação do espaço urbano é uma realidade viva e dinâmica, na qual se entrelaçam as várias forças do capital e as questões sociais dele advindas. Questões essas que perpassam a sobrevivência, a moradia, o trabalho, a vivência da cidadania e dos direitos humanos.

Goiânia, apesar do *status* de cidade planejada, apresenta um crescimento urbano que ocorreu e ainda ocorre de maneira irregular. Configura-se uma expansão urbana descontínua, com espaços vazios entre um loteamento e outro. Ocupam-se fundos de vales em áreas de relevância ecológica. Avança-se sobre os recursos hídricos. Os mais pobres são expulsos das áreas objeto de maior especulação e, conseqüentemente, mais valorizadas, aumentando as ocupações do espaço público ou áreas particulares que se configuram em vazio demográfico entre um loteamento e outro, agravando a falta de infraestrutura básica.



A produção do espaço urbano em Goiânia mostra uma política discriminatória que não possibilita a apropriação do espaço central da cidade pelas camadas mais pobres da população. Essa política se instalou desde sua fundação na década de 1930. “O rigor do plano arquitetônico impedia o usufruto de qualquer ente que estivesse fora das determinações traçadas no papel. Assim o espaço já nascia segregador” ( GOMES, 2007, p.40).

Segundo dados da Seplan, faziam parte do espaço urbano de Goiânia, em 2006, um total de 478 bairros regulares, 174 posses urbanas e 72 loteamentos não regularizados. Essa malha urbana esta dividida entre doze regiões administrativas, assim denominadas: Campinas, Central, Leste, Mendanha, Noroeste, Norte, Oeste, Sudeste, Sudoeste, Macambira e Cascavel, Sul e Vale do Meia Ponte.

O mapa abaixo ilustra a divisão regional de Goiânia e ainda destaca na cor escura a dinâmica do deslocamento populacional entre as regiões que tiveram perda da população para outras regiões. Assim se configura a movimentação da população na década de 1990:

Mapa 06

**Goiânia: Bairros que perderam população na década de 1990**



Fonte: Censos demográficos 1991-2000 - IBGE  
Dados trabalhados pela SEPLAM/DPSE

Conforme informação verbal do técnico da Seplan<sup>11</sup> esta subdivisão ainda não foi aprovada pela câmara dos vereadores, portanto não configura uma divisão oficial. No entanto, funciona como referência para as decisões administrativas que planejam e desenvolvem suas ações a partir das características e das necessidades de cada uma das regiões acima delimitadas, com as respectivas demandas de cada bairro.

A atual conjuntura administrativa aponta para a possibilidade de que, mesmo antes de ser aprovado o projeto de implantação das micro-regiões, aconteçam modificações, já que o atual prefeito (Íris Rezende Machado gestão 2009-2012) tem como proposta dividir a administração da cidade de Goiânia, em subprefeituras e, sendo assim, possivelmente, algumas regiões poderão ser novamente reagrupadas.

Na década de 1990, com um rápido aumento da população, crescem e se expandem as áreas periféricas da cidade embaladas pela necessidade de moradia da camada da população mais pobre, pois as áreas centrais são ocupadas pela camada social de médio e alto poder aquisitivo (RODRIGUES, 2000).

Atualmente, a classe mais abastada está se refugiando nos condomínios fechados que, segundo mapa de exclusão social de 2003, ocupam as partes mais nobres das regiões e estão localizados nas regiões Leste, Sudeste, Macambira-Cascavel e Sudoeste.

A tabela a seguir mostra a evolução da população nas doze regiões, segundo Censos Demográficos de 1991-2000 e permite identificar os vetores de crescimento da população.

---

<sup>11</sup> Informação obtida por meio de entrevista com técnico da Seplan. Departamento de ordenação socioeconômica. Em 9 de janeiro de 2009.

Tabela 10

**Goiânia: População Urbana segundo as Regiões - 1991 e 2000**

Região	População		Tx de Cresc. (%) Anual	Participação (%)	
	1991	2000		1991	2000
Central	152.449	145.960	-0,5	16,7	13,4
Sul	157.938	165.288	0,5	17,3	15,2
Macambira/Cascavel	100.163	93.000	-0,8	11,0	8,6
Oeste	44.937	65.355	4,2	4,9	6,0
Mendanha	47.077	56.393	2,0	5,2	5,2
Noroeste	51.367	111.389	9,0	5,6	10,3
Vale do Meia Ponte	43.071	52.640	2,3	4,7	4,8
Norte	44.652	63.840	4,1	4,9	5,9
Leste	95.950	106.966	1,2	10,5	9,9
Campinas	123.338	123.530	0,0	13,5	11,4
Sudeste	34.780	43.807	2,6	3,8	4,0
Sudoeste	17.092	57.638	14,5	1,9	5,3
<b>População Urbana</b>	<b>912.711</b>	<b>1.085.806</b>	<b>1,9</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991 e 2000/Prefeitura de Goiânia-SEPLAM-DPSE

Das regiões apontadas na tabela, as que mais se destacam em crescimento populacional são: Sudoeste com 237% de crescimento e Noroeste com mais de 100%. A população da região Sudoeste passou de 17.092 para 57.638 habitantes. A população da região Noroeste passou de 51.367 para 111.389, mais do dobro da população residente em 1991.

Essas duas regiões trazem algo em comum, o fato de serem áreas de fronteira de expansão urbana (RODRIGUES, 2005).

### 3.2. A REGIÃO NOROESTE

Cada região tem sua história e é identificada conforme sua “vocação”. Umam nascem e crescem direcionadas ao sucesso econômico, com infraestrutura adequada, lugar para os ricos. Outras nascem da luta pelo direito de ter um lar, destinadas à segregação, identificadas com estigma e preconceito. São os lugares ocupados pelos pobres. Estas últimas servem de destino para os moradores de

baixa renda, que são expulsos das regiões centrais pela dinâmica própria do crescimento da cidade e do processo “natural” de exclusão capitalista.

Essas regiões carregam na sua história as lutas e conflitos relacionados com a posse do lote na conquista por moradia, a superação da ilegalidade, o descaso do poder público e a falta de políticas de habitação direcionadas a estas áreas.

A Região Noroeste de Goiânia se configura com estas características. É receptora dos “chegantes” que veem em Goiânia um lugar possível para buscar a sobrevivência. Com exceção de alguns parques, recreios e residenciais que são ocupados por pessoas de poder aquisitivo mais elevado no lado oeste da região.

Segundo Moysés (1996), o povoamento da Região Noroeste de Goiânia começou a partir de 1979, com a ocupação do Jardim Nova Esperança, bairro hoje já consolidado e localizado na região Mendanha pela atual divisão das regiões. A ocupação e expansão da região se deu de maneira tumultuada com atos de violência e ação da polícia contra as ocupações. Esses fatos, de grande relevância social e política, obrigaram o poder público a buscar soluções para o problema da moradia.

Ao Estado, diante da pressão popular, não restou alternativa a não ser dar início ao processo efetivo de regularização das ocupações da Região Noroeste de Goiânia.

Após a criação dos programas habitacionais do Governo do Estado de Goiás, a partir do início da década de 1980, a Região Noroeste sofreu um intenso processo de ocupação com implementação de loteamentos tais como: Finsocial, em 1981; Vila Mutirão, em 1983; Jardim Curitiba, em 1987; Jardim Novo Planalto, em 1988; denominados áreas de posse urbanas.

A partir de 1991, com o contínuo crescimento e expansão da região, são criados “novos” loteamentos. A área da então denominada Fazenda São Domingos, no ano de 1993, foi loteada dando origem aos seguintes bairros: São Domingos, Bairro Floresta, Conjunto Primavera, Bairro Vitória, Bairro Boa Vista.

Essa região, pelo seu crescimento populacional, além dos problemas relacionados à infraestrutura ganha outro conflito, agora de natureza ambiental, que se configurou por meio das ocupações dos vales e fundos de divisas que faziam limites com espaços vazios, estradas e avanço sobre área rica em recursos hídricos e cobertura vegetal sem consciência da preservação ambiental.

Esse processo desencadeou a proliferação de vários loteamentos clandestinos na região do entorno. Região formada por chácaras localizadas nos parcelamentos do Sítio de Recreio Tremendão, da Morada do Sol e da Estrela D'alva.

As ocupações e o crescimento populacional dessas áreas deram-se pelo deslocamento ou expulsão da população das regiões mais centrais e pelo contingente de migrantes que chegavam à cidade sem recursos para moradia, e que se dirigiam para essa região.

A Região Noroeste passa a ser vista, não só como um espaço onde estão segregados os “menos favorecidos economicamente”, mas, onde a presença dessa população pode comprometer o equilíbrio da região sob o ponto de vista ambiental, ecológico e de recursos hídricos. Pode-se observar na tabela abaixo a relação entre o quantitativo de sua população juntamente com a disparidade econômica presente nessa região.

Tabela 11

## População de Goiânia e faixa de renda média por região – 2000.

Regiões	População	1/2 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	10 a 15 SM	15 a 20 SM	20 SM acima
Central	145964	24,70	12,90	22,20	8,90	8,90	17,00
Sul	168749	29,10	12,40	19,80	8,40	8,40	15,90
Sudoeste	144184	45,40	17,80	18,70	3,20	3,20	3,30
Oeste	69391	56,90	18,60	13,40	1,00	1,00	0,90
Mendanha	55787	60,40	17,60	11,30	0,80	0,80	0,50
Noroeste	110839	70,50	13,40	5,40	0,20	0,20	0,20
Vale do Meia Ponte	51611	46,10	20,00	19,80	2,20	2,20	2,10
Norte	63072	41,90	16,80	20,37	1,00	4,00	5,00
Leste	106713	56,80	16,70	13,90	1,40	1,40	1,50
Campinas	122859	42,60	18,40	20,80	3,60	3,60	3,60
Sudeste	43699	43,80	18,20	20,50	3,60	3,60	3,30

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento/Departamento de Ordenação Socioeconômica, 2003.  
SM = Salário Mínimo.

Os números acima citados mostram a disparidade da divisão de renda entre as regiões com destaque para a Região Noroeste. É a quinta maior em população, e a última na renda.

Atualmente, a Região Noroeste possui 35 bairros<sup>12</sup>. Segundo Moysés (2006), os bairros dessa região que compõem o núcleo de segregação são: Vila Finsocial, Vila Mutirão I, II, III Jardim Curitiba, I, II, III, Complexo da Fazenda São Domingos, bairros Vitória, São Carlos, Floresta e Boa Vista e São Domingos, Conjunto Primavera, Sítio de Recreio Estrela D'alva, Parque Tremendão e Sítio de Recreio Morada do Sol. Esses bairros abrigam maciçamente uma população de baixo poder aquisitivo.

O crescimento exponencial da população pobre dos anos 1980 para os anos 1990 é desproporcional à oferta, tanto em quantidade como em qualidade de equipamentos sociais em geral. Vale considerar que o governo do Estado continuou assentando populações, sem a preocupação preventiva de oferecer condições mínimas de vida, ou seja, sem que houvesse políticas públicas que revertissem a situação de exclusão dos antigos assentados e produzissem mecanismo de inclusão para os novos (MOYSÉS, 2006, p. 138).

A Região Noroeste, assim como outras regiões de Goiânia, é composta por loteamentos regulares, irregulares, clandestinos e posses. O processo de regularização vem sendo feito, por etapas por meio de decretos que, mesmo após assinados, não significam garantia da regularização, pois esse processo é sempre demorado.

A partir de 2004, pela ação do Ministério Público, foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)<sup>13</sup> pelo Estado de Goiás e Município de Goiânia, no qual ambos se comprometeram a tomar as providências necessárias à adequação dos projetos de parcelamentos referentes aos assentamentos irregulares.

Nestes termos, está também sob a responsabilidade do governo do Estado e do Município a preservação e desocupação das áreas verdes ou reservas ambientais, a implementação das adequações urbanísticas necessárias ao atendimento da moradia legal, a desocupação das áreas de risco, a instalação de equipamentos públicos e comunitários e a prestação de serviços públicos essenciais. Tais instâncias pouco fizeram além da pavimentação asfáltica. Atualmente, a maioria dos loteamentos, da Região Noroeste, com exceção de

---

<sup>12</sup> Conforme o Guia Atendimento Criança e Adolescentes do Município de Goiânia 2004.

<sup>13</sup> Termo de Ajuste de Conduta (TAC) é um documento oficial referente às obrigações e deveres do Estado e do Município para com o processo de regularização das áreas ocupadas em forma de posse ou irregular.

algumas quadras, encontra-se irregular ou clandestino perante a prefeitura assim como a ausência de equipamentos públicos como prestação dos serviços públicos essenciais.

### 3.3. OS BAIRROS PARQUE TREMENDÃO, SÃO CARLOS E FLORESTA

Dentre os bairros em que prevalece a população pobre, de baixo poder aquisitivo e segregada, encontram-se o Parque Tremendão e os bairros São Carlos e Floresta.

O Parque Tremendão está situado na área mais central da região, o São Carlos e Floresta fazem divisa com áreas de chácaras, com características rurais, onde ainda pode-se observar a paisagem com pastagens, gado, riachos e nascentes, enfim, extensas áreas verdes que se alternam com áreas loteadas.

A implantação de infraestrutura na região acontece de forma lenta, com o cumprimento das promessas nos momentos de eleição, com a implementação do asfalto, água energia e sistema de telefonia pública, e de forma precária escola pública, os postos de atendimento à saúde, assistência social e equipamentos de lazer.

A paisagem urbana é simples, caracteriza-se basicamente por pequenas casas de alvenaria, a maioria inacabada, sem reboco; barracões de alvenaria ou madeira inacabados de um ou dois cômodos e/ou em situação precária e lotes baldios.

Os moradores de melhores condições financeiras constroem casas com dois andares, onde geralmente funciona um estabelecimento comercial como: padaria, salão de beleza, lojinha de roupa e calçados, pequenas mercearias, depósito de gás, bar, casa de material de construção e utilitário doméstico. Nestes bairros, não existem casas lotéricas e/ou bancos.

Foto 1. Foto aérea dos bairros São Carlos ,Parque Tremedão e Floresta.



Fonte: Google junho de 2008. Reorganizado por Aparecida Teles de Camargo.

O Bairro Setor Parque Tremendão, o mais antigo dos bairros pesquisados, surgiu na década de 1980. Possui, segundo Censo do IBGE 2000 / Secretaria de Planejamento (SEPLAN), uma população de 8.131 pessoas. Até hoje, a situação referente à natureza fundiária dos lotes, na grande maioria das áreas loteadas é de irregularidade, pois parte dos loteamentos não são reconhecidos perante o mapa de urbanização da prefeitura. Somente algumas quadras têm o seu reconhecimento legal. Sua área está dividida, segundo informações dos decretos de regularização do uso do solo pela Prefeitura Municipal de Goiânia: 075 de 18/01/2000; 1862 de 26/9/2000 e 232 de 31 /01/2002 de regularização para aprovação em 4037 lotes.

Existem também, no bairro, conflitos de natureza social e ambiental. De natureza social, devido à concentração da população mais pobre de Goiânia, com renda familiar muito baixa e miserável. E de natureza ambiental por estar situado próximo a recursos hídricos causando desmatamento da margem das nascentes e poluição.

Os Bairros São Carlos e Floresta surgiram a partir de 1993, com loteamento da fazenda São Domingos, e se configuraram como extensão do núcleo de segregação na Região Noroeste, trazendo na sua constituição conflitos ligados à ilegalidade fundiária e à posse da terra.



Segundo Censo IBGE 2000/SEPLAM a população do Bairro São Carlos era de 6.466 pessoas. Com área estimada pelo (TAC) em 1.605 lotes. O Bairro Floresta tinha população de 5.716 pessoas, com área estimada em 1.532 lotes.

Fazem parte das características destes bairros a falta de infraestrutura, de acesso aos bens públicos, a pobreza, o baixo rendimento salarial, delineando um quadro de exclusão social e exclusão de direitos. Abrigam uma população que carece do básico para viver, possui baixa renda, convive com o desemprego ou emprego informal e bicos, com salários que configuram um quadro de exploração do trabalhador, ilegalidade trabalhista e subemprego. São bairros que compõem o chamado “Núcleo de Segregação” (MOYSÉS, 2006).

Segundo Moysés (2006), a população cresceu mais de 100% sem infraestrutura adequada, agravando significativamente o bolsão de miséria na década de 1990. O crescimento populacional entra em descompasso com a quantidade e qualidade dos equipamentos sociais oferecidos, agravando cada vez mais essa situação de pobreza e miséria.

A população que compõe estes bairros apresenta baixa escolaridade, sofre as consequências da pobreza e das manobras políticas, não tem acesso a bens culturais (teatro, cinema, museus, exposições culturais etc.)

É uma população que se caracteriza pelo baixo nível de autonomia, de desenvolvimento humano e qualidade de vida. Fato comprovado pelo Relatório Estado Mundial das Cidades 2008/2009, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, no qual os números constata a desigualdade, apontando a distância entre os ricos e os pobres. Segundo pesquisa (IESA-UFG, publicada em 09/11/2008), no bairro São Carlos, 60% dos chefes de famílias vivem com até dois salários mínimos por mês. A região configura-se como local de acesso e acolhida aos migrantes que chegam a Goiânia sem dinheiro, em busca da sobrevivência.

## Capítulo 4

*Vejo que preciso partir...  
Buscar além do que encontro aqui...  
Não deixar meu sonho morrer...  
Sonhar juntos, buscar solução...  
Cida Teles*

### 4. JOVENS MIGRANTES DE 18-25 ANOS, MORADORES NA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA NA LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA.

O presente capítulo mostra a pesquisa de campo realizada entre jovens migrantes, na idade de 18-25 anos, residentes nos bairros Parque Tremendão, Floresta e São Carlos, situados na Região Noroeste de Goiânia.

Foram aplicados 104 questionários e realizadas seis entrevistas com roteiro. As entrevistas contêm depoimentos dos jovens que vieram para Goiânia e moram nesta região. Os questionários e as entrevistas abrangem os seguintes itens: identificação pessoal, grau de estudo e formação, acesso e uso do computador, perfil econômico, renda e tipo de trabalho desses jovens; trajetória e motivos da migração; data da chegada a Goiânia; acesso a trabalho, bens e serviços na região de origem; acesso a trabalho, bens e serviços em Goiânia; as dificuldades e os

desafios enfrentados e se há desejo de retorno desses jovens para o seu lugar de origem.

#### 4.1. METODOLOGIA

Por ser a metodologia o caminho a seguir na abordagem da realidade, e a pesquisa a atividade da ciência na sua indagação e construção da realidade, a presente pesquisa serve-se dos dados quantitativos e qualitativos uma vez que ambos não se opõem. “Ao contrário se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 2001, p.22).

Segundo Demo (1991), a pesquisa deve ser vista como um processo social e o dialogar com a realidade, a sua definição mais apropriada. No campo das ciências sociais, em que o objeto é histórico, isto é, existe em um espaço e tempo determinado, o diálogo do investigador com os grupos e sociedades investigadas torna-se mais relevante, uma vez que não é apenas o investigador que dá sentido ao seu trabalho, mas também os seres humanos, os grupos e as sociedades.

Com o intuito de descobrir a realidade dos jovens migrantes, tornou-se necessário escolher uma metodologia voltada para a realidade de campo.

A pesquisa foi realizada por meio de questionários com perguntas fechadas e abertas. Utilizou-se da amostragem aleatória, selecionando uma casa por cada quadra dos três bairros. Já as entrevistas foram realizadas também de forma aleatória com questões estruturadas.

Os dados da pesquisa foram trabalhados através de tabelas e gráficos, complementados com depoimentos recolhidos dos jovens.

#### 4.2. PERFIL PESSOAL

Dos 104 jovens pesquisados, na faixa de 18 a 25 anos, sobressaíram os que têm 20 anos com um taxa de 34% dos entrevistados e os de 25 anos com um percentual de 25%, os demais jovens ficaram distribuídos nas outras idades.

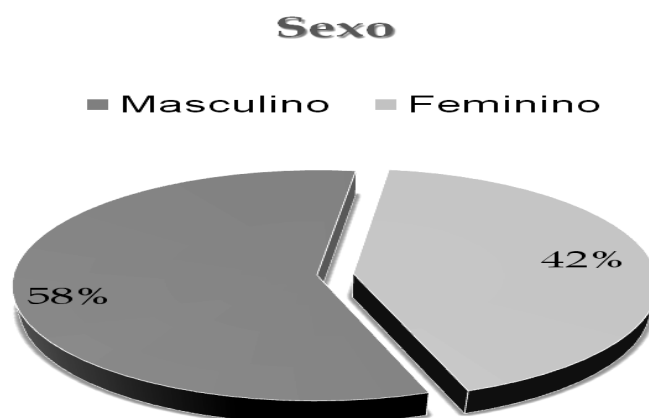
Tabela 12. Idade

Idade em anos	18 anos	19 anos	20 anos	21 anos	22 anos	23 anos	24 anos	25 anos
Em %	9%	19%	34%	21%	22%	23%	24%	25%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Com relação ao sexo dos jovens, pesquisados o sexo masculino, perfaz um total de 58% dos entrevistados, e o feminino 42%. O que revela que a migração, no universo juvenil, ocorre em ambos os sexos.

Gráfico 2.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

#### 4.3. LOCAL DE ORIGEM

Dos jovens entrevistados, uns nasceram na zona rural, outros nasceram nas cidades do interior e são procedentes dessas pequenas cidades interioranas. A pesquisa mostra que não há significativa prevalência do urbano sobre o rural.

Tabela 13. Localidade de onde vieram

Localidade	%
Cidade	58%
Rural	42%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Tanto o quantitativo dos 42% dos jovens que vieram do meio rural, como dos jovens de origem urbana traz em sua bagagem a cultura rural. A forma de ser, de ver a realidade e os seus valores estão ligados à vida do campo. Mesmo os 58% que vieram de cidades, vieram de pequenas cidades interioranas, marcadas pela cultura rural.

A realidade em que viviam esses jovens não oferecia possibilidade de acesso a um bom emprego, desenvolvimento profissional e crescimento como pessoas. Mostra que usufruíam pouca ou quase nenhuma infraestrutura que lhes proporcionasse tratamento de saúde, educação, trabalho bem remunerado, direitos trabalhistas garantidos, lazer, água tratada, condições para vestir, se alimentar, pagar aluguel e ter a casa própria. Como pode ser constatado no depoimento a seguir:

“Era um lugar que não tinha e nem tem condições de crescer profissionalmente. Lá não tem um bom campo de trabalho. Então fica claro para mim que o motivo da minha vinda foi busca por trabalho. Aqui eu quero um trabalho melhor. E eu trabalhando aqui eu tenho como estudar e trabalhar. Eu não queria trabalhar e ficar sem estudar e lá não teria como conciliar, pois eu trabalhava, trabalho pesado, serviço braçal, trabalhava por dia, pois é o que acha por lá. À noite eu não conseguia fazer mais nada, era só dormir” (Entrevista 2)

O local de onde esses jovens procedem é um retrato da falta de oportunidade e investimento na juventude

“Se quiser crescer no sentido de ter um trabalho e ser um profissional tem que sair de lá. O trabalho e a escola lá são muito fracos não dá para ficar ali esperando, quem sonha com algo melhor na vida” (Entrevista 2)

Assim se expressa outra jovem:

“Lá era bom porque tinha casa própria. Aqui não tem casa. Com relação às outras coisas como saúde, escola, carteira assinada, um trabalho melhor, aqui é melhor. Lá falta tudo isso” (Entrevista 5)

Migrar em busca do trabalho e da sobrevivência faz parte da história do povo brasileiro mais pobre, desde os primeiros ciclos econômicos. A luta e a busca pelo trabalho não é exclusividade da juventude atual, sempre fez parte do objetivo principal da maioria dos migrantes internos no país.

Pensar essa realidade há 400 anos é uma coisa. Constatar esta realidade ainda hoje, nos faz perceber que o processo de modernização conservadora, do qual o desenvolvimento do sistema capitalista brasileiro se apropriou, mantém, até hoje, o atraso e a alta desigualdade de acesso ao trabalho, à formação profissional e aos bens básicos para sobrevivência: casa, educação, saúde, trabalho, transporte e alimentação. O que dá ao Brasil o “troféu” de um País campeão em concentração de renda e desigualdade social, e o ambíguo “*status*” de um país rico e promissor, onde ainda se passa fome.

As pessoas para deixarem a terra e tudo o que configurava sua vida, suas amizades, seus bens culturais, e partir para o desconhecido precisam ter motivações sérias e determinantes. É o caso dos jovens pesquisados que, sozinhos ou acompanhados pelos seus familiares, deixaram o pouco que possuíam em busca da sobrevivência na cidade. Isso porque, no lugar de origem, não encontraram as condições necessárias para um crescimento pessoal e profissional.

Uma jovem, vinda do interior do Maranhão, se expressa assim:

“Onde morava eu trabalhava, mas não tinha carteira assinada e o salário no máximo que chegou, em algumas vezes, foi ao salário mínimo. A maioria das vezes recebia menos do que o salário mínimo”  
(Entrevista 4 )

Esse fato aponta para uma realidade existente na organização estrutural do Estado, com relação ao mundo rural e interiorano, que não atende às necessidades básicas: educação, profissionalização, trabalho, etc, e desencadeia um movimento migratório que visa a busca por melhores condições de vida e sobrevivência.

Com relação ao Estado de origem, os dados mostram que a maior percentagem, 36%, nasceram, no interior do próprio Estado de Goiás, seguido pelos Estados da Bahia, com 19%, Tocantins com 16% e Maranhão com 10%. Os demais estados citados variam entre 2% e 1%. Fica evidente que o maior número de entrevistados nasceu no Estado de Goiás.

Tabela 14. Estado de origem dos jovens migrantes.

<b>Estado de Origem</b>	<b>Percentual</b>
Goiás	<b>36%</b>
Bahia	<b>19%</b>
Tocantins	<b>16%</b>
Maranhão	<b>10%</b>
Pará	<b>7%</b>
Ceará	<b>2%</b>
São Paulo	<b>2%</b>
Distrito Federal	<b>2%</b>
Mato Grosso	<b>1%</b>
Pernambuco	<b>1%</b>
Minas Gerais	<b>1%</b>
Piauí	<b>1%</b>
Paraíba	<b>1%</b>
Rio de Janeiro	<b>1%</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Do Nordeste, soma-se um total de 35% dos jovens migrantes. Um percentual próximo do número de jovens do próprio estado de Goiás.

#### 4.4 MOTIVOS E MAPA DA MIGRAÇÃO

A busca contínua pela sobrevivência pessoal e laboral demarca as várias etapas percorridas pelos jovens, em diferentes décadas, até chegar a Goiânia. Isso pode ser visto nas respostas dos jovens, quando perguntados sobre em que data migraram pela primeira vez.

Tabela 15. Década em que migrou pela primeira vez.

	<b>Década de 1980</b>	<b>Década de 1990</b>	<b>De 2000 a 2007</b>
<b>Percentual</b>	55%	29%	16%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Segundo dados da pesquisa, na década de 80, encontra-se o maior percentual correspondente à primeira migração dos jovens entrevistados. Estes dados evidenciam que estes jovens, na sua maioria, migraram, pela primeira vez, ainda crianças.

É o caso do depoimento a seguir:

“No interior na roça morei só até os três anos, depois fui para uma cidadezinha perto da roça. Da roça para cidade foi acompanhando meus pais. A coisa lá não era fácil para viver. Tudo era com muita carestia, a vida era muito difícil lá” (Entrevista 6)

Confirma-se, assim, a relação existente entre os fatores de expulsão das famílias desses jovens, do seu lugar de origem, com o período de maior intensidade do movimento migratório em Goiás, quando comparado com a data da primeira migração.

As décadas de 1980 e 1990 foram décadas marcadas por crises econômicas, transformações e inovações no sistema de produção agrícola. E, conseqüentemente, a repercussão destas mudanças foi a expulsão de pessoas do campo em direção à cidade, dando impulso ao processo migratório.

A década de 1980 concentra o percentual de 55% de jovens que migraram pela primeira vez. A maioria dos entrevistados migrou mais de uma vez:

Tabela 16. Vezes que já migrou

<b>Vezes que já migrou</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>
<b>Percentual</b>	14%	30%	22%	14%	8%	3%	4%	4%	1%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Somente 14% dos entrevistados migraram uma só vez. E 86% migraram entre 2 e 9 vezes. Isso demonstra o movimento itinerante desses jovens em busca da sobrevivência. O movimento migratório configura-se num processo contínuo até alcançar a cidade que lhe ofereça o melhor preenchimento de suas necessidades.

Assim se expressa uma jovem:



“Saí do interior do Maranhão pequena, criança ainda, fui para um povoado, só que antes de vir para Goiânia, fui para São Paulo depois para Goiânia. Cheguei a Goiânia no ano de 2006” (Entrevista 4)

Os motivos da migração variam, mas sobressai a busca por emprego.

Tabela 17. Motivo da Migração

Motivo da Migração	Percentual
Busca por emprego	54%
Para estudar	3%
Acompanhando os pais	10%
Tratar da saúde	5%
Buscar por melhor condição de vida	16%
Busca por moradia	12%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Uma das maiores necessidades dos jovens pesquisados é ter um trabalho para se sustentar. Assim, a motivação da migração de mais da metade, 54% dos jovens é a busca por trabalho, associada à qualidade de vida, ao crescimento profissional e à moradia própria, conforme pode ser constatado no depoimento a seguinte:

“O motivo de vir para Goiânia foram dois: primeiro acompanhando a minha mãe que tinha que se operar. Aqui em Goiânia, seria mais fácil a operação pois tinha mais recursos. O segundo é que onde eu morava o trabalho era muito difícil. Sabe, raramente, a gente encontrava um trabalho que pudesse melhorar a vida, poder e permitir-se ter as coisas que a gente necessita para viver, principalmente uma casa e trabalho” (Entrevista 2)

Uma jovem de 24 anos relata a sua motivação para sair da cidade interiorana do Maranhão, Barão de Grajaú:

“Eu vim para cá porque eu quero trabalhar juntar dinheiro e comprar uma casa lá, que é meu sonho. Pois lá a casa é barata e é meu sonho ter uma referência lá”. (Entrevista 5)

Como consta na pesquisa, as motivações ao migrar também estão associadas à busca por tratamento de saúde. E Goiânia, como foi mencionado anteriormente neste trabalho, é referência em recursos no tratamento da saúde.

“Vim para Goiânia por motivo de doença. Para tratar da saúde de minha filha que não resistiu à doença, mas mesmo assim, eu continuei com o vínculo com a cidade” (Entrevista 6)

Outro aspecto ligado à busca de melhor qualidade de vida pode-se perceber no depoimento a seguir, que retrata uma realidade de difusão das drogas no meio da juventude, nas cidades do interior.

“Saí de lá foi para livrar-me das drogas. Minha vida lá estava muito difícil. Era envolvido com drogas. Já fui preso e tinha sempre problemas por causa disso. Fui usuário e também vendia. Estava muito “pichado” na cidade. Ficando lá por causa dos amigos eu não conseguiria sair. E minha mãe sofria muito. Eu resolvi mudar e a única saída que vi foi sair. Fui primeiro para Gurupi, mas não deu certo. Aqui está sendo melhor. Minha vida mudou, vim com meu pai, trabalho com ele e deixei os amigos, que me influenciavam, para trás” (Entrevista 2)

Pode-se constatar a seguir que o maior contingente migratório de jovens chegou a Goiânia na década de 2000, com um percentual de 57% , seguido da década de 1990, com 38%.

Tabela 18. Quando chegou a Goiânia.

<b>Anos 1980</b>	5%
<b>Anos 1990</b>	38%
<b>Anos 2000</b>	57%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Estas duas décadas, de 1990 e 2000, de maior contingente de jovens migrantes na cidade de Goiânia, coincidem com o aumento da taxa de crescimento populacional no espaço urbano da cidade. A década de 1990 coincide com o período de expansão da Região Noroeste, assim como a ocupação e criação dos bairros pesquisados.

#### 4.5. POR QUE VEIO PARA GOIÂNIA E PARA OS BAIRROS DA REGIÃO NOROESTE

A escolha de Goiânia, como o local para morar está sempre ligada à possibilidade de melhoria na condição de vida, acesso ao trabalho, ao crescimento profissional, ao tratamento de saúde e por ter vínculo com algum conhecido que veio antes e serve de motivação e incentivo para escolher a cidade como o lugar de realizar os sonhos.

Assim se expressa a jovem que veio do interior de Maranhão:

“Eu vim para Goiânia porque eu conheci uma amiga e ela falou que aqui era bom para trabalho, ganhava bem e ela já tinha conhecimento da cidade e poderia me indicar um trabalho. Vim para Goiânia, por que aqui eu vou poder crescer mais”. (Entrevista 4)

Goiânia é vista pelos jovens, que aqui chegam, como uma cidade promissora que vai lhes proporcionar um trabalho, carteira assinada, em suma, condições de crescer e melhorar de vida, vantagens que não encontravam na sua cidade de origem. Muitas vezes, um membro da família facilita a vinda a outros parentes e amigos.

“Vim para Goiânia para buscar serviço. Primeiro vieram meu irmão e minha mãe, depois eu vim. Aqui é melhor para o trabalho, lá não tinha carteira assinada. Aqui atualmente estou trabalhando como confeitira e tenho carteira assinada” (Entrevista 5)

O depoimento a seguir mostra como Goiânia é vista pelos jovens, que aqui chegam, como um espaço possível de crescer e progredir na vida. Uma vez aqui, comparam a sua situação com a do lugar de origem e incentivam outros conterrâneos a migrarem. É o caso da jovem de 25 anos, nascida no interior do Ceará.

“Lá onde morava em Rondônia não tinha muito recurso era uma cidade muito difícil nesse sentido. Aqui tem mais possibilidade de crescer e a família vai vindo aos poucos. Já tenho minha irmã aqui, pois aqui dá mais possibilidade de crescer” (Entrevista 6)

Já a escolha do bairro para morar está associada à condição para adquirir sua própria moradia, a ter alguém da família ou pessoa conhecida no bairro, ou a ter condição de pagar aluguel.

Tabela 19. Por que mora neste bairro.

<b>Porque mora neste bairro</b>	<b>Percentual</b>
Aluguel mais barato	16%
Por ter família aqui	24%
Por ter parente e amigos	16%
Onde consegui comprar casa própria	32%
Acesso ao trabalho	10%
Casa da sogra	2%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

O depoimento a seguir confirma os dados apresentados, destacando que são principalmente as questões econômicas o maior determinante da escolha do bairro para morar.

“Eu já cheguei e vim para este bairro e dentro dele mudo sempre e cada vez mais eu vou me afastando para longe, pois mais longe é mais barato o aluguel. A gente não pode morar no lugar que a gente pensa, mas no lugar que dá conta de pagar (Entrevista 5)

O tempo de permanência no domicílio é outro fator importante que representa a circularidade dentro da cidade e do próprio bairro.

A pesquisa revela que 21% dos entrevistados tem menos de seis meses de residência no local e 18% entre seis e doze meses.

Tabela 20. Tempo que mora no atual domicílio

<b>Menos de 6 meses</b>	<b>De 6 a 11 meses</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>Mais de 2 anos</b>
21%	10%	8%	61%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Pelo percurso realizado até o momento, percebe-se que o processo migratório, percorrido por estes jovens está sujeito a cortes nas relações, a adaptações a novas realidades, a exposição à solidão e o desafio que traz consigo o constante recomeçar.

Pode-se observar a movimentação da migração desses jovens dentro da cidade de Goiânia. Segundo dados da pesquisa, a causa do movimento migratório, dentro da cidade, está associada às condições de pagar aluguel ou adquirir um lote, à busca de um local plausível, de acordo com a condição financeira e ao desejo de ter uma casa própria.

Tabela 21. Vezes que mudou dentro de Goiânia.

<b>Vezes que mudou</b>	<b>Percentual</b>
1 vez	67%
2 vezes	15%
3 vezes	12%
4 vezes	2%
5 vezes	2%
6 vezes	2%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Pelos dados da pesquisa, pode-se dizer que existe um movimento de circularidade de migração dentro da cidade. O 94% dos jovens pesquisados já mudaram de moradia de uma a três vezes.

O depoimento da jovem de 19 anos, nascida no interior do Maranhão confirma os dados acima:

“Aqui dentro de Goiânia já morei em muitos lugares. Já passei por vários bairros e barracos em busca de um aluguel mais barato. A gente tem que conciliar, senão não dá. O aluguel tem que ser barato e só encontra aluguel barato nesses bairros mais longe. (Entrevista 4).

#### 4.6. ESTUDOS E ESCOLARIDADE

Com relação ao grau de escolaridade, pode ser observado que 100 dos jovens entrevistados não cursaram o mínimo exigido pela maioria dos empregos, que é o segundo grau completo. Sendo assim identificados: 80 com até 8ª série e 20 com segundo grau incompleto. Como mostra a tabela abaixo.

Tabela 22. Escolaridade

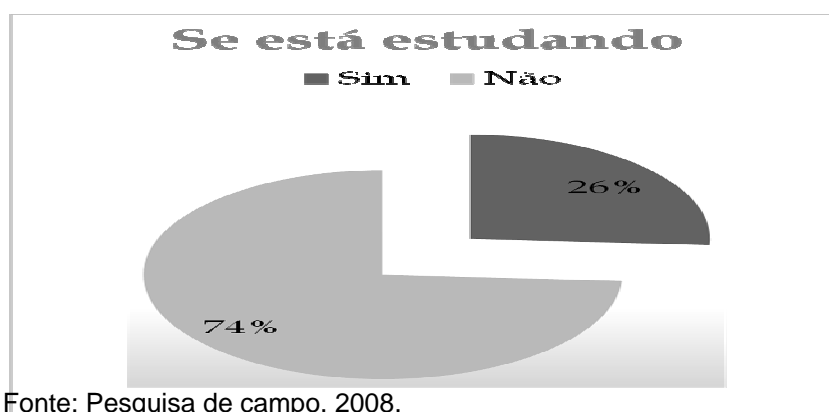
Grau de escolaridade	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
	Oitava série = 31	Completo = 4	Cursando = 2
	Sétima série = 10	Incompleto = 20	
	Sexta série = 6		
	Quinta série = 6		
	Quarta série = 9		
	Terceira série = 5		
	Segunda série = 10		
	Primeira série = 2		
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>22</b>	<b>2</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Pode-se constatar que, na sua maioria, perfazendo um total de 100 jovens, apontaram que possuem o Ensino Fundamental e Médio como o grau de estudo, concluído ou por concluir. Esse dado demonstra que os jovens entrevistados possuem um grau de escolaridade baixo, podendo-se afirmar que não tiveram acesso a uma vida escolar regular.

Dos jovens entrevistados, 74% não estão estudando, somente 26%, dos jovens, estão na escola

Gráfico 3



Os jovens que não estão estudando alegam: falta de condições para conciliar as exigências do horário do trabalho e a distância entre o local de trabalho e a escola; dificuldade de cumprir o horário escolar; a falta de tempo de dedicação aos estudos e, devido ao trabalho pesado, o grande cansaço ao chegarem em casa. O pano de fundo destas dificuldades, apresentadas pelos jovens, é conciliar as exigências dos estudos com a busca pela sobrevivência.

Poucos são os que conseguem articular trabalho e estudo. Os que conseguem alegam dificuldades relacionadas ao tempo e ao cansaço. Mesmo assim, muitos têm sonhos e esperança de estudar e continuar lutando por uma vida melhor e por um bom trabalho.

Apesar das dificuldades apresentadas, os jovens, na sua maioria, pretendem continuar os estudos. Segundo os dados coletados, 84% pretendem voltar a estudar.

Tabela 23. Se pretende continuar ou voltar a estudar.

	<b>Número de entrevistados</b>	<b>Percentual</b>
<b>Sim</b>	87	84%
<b>Não</b>	17	16%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

O desejo de continuar os estudos está relacionado ao sonho de ter uma profissão.

Assim se expressa a jovem de 19 anos, procedente do interior de Maranhão: “Pretendo continuar estudando e trabalhar num escritório. Ser uma secretária” (Entrevista 4).

Outra jovem, esta, de 24 anos afirma: “Quero continuar meus estudos e fazer um curso de enfermagem”(Entrevista 5).

Os jovens têm sonhos em continuar estudando e se possível cursar faculdade e/ou se formar em algum curso técnico. Sonho que não lhes era possível realizar no seu lugar de origem.

É o que afirma o jovem de 20 anos, vindo do estado de Tocantins: “Lá eu não vi a possibilidade de me formar em nada. Aqui em Goiânia, eu já vejo, estou

estudando a 8ª série e quero fazer um curso de faculdade, ser biólogo para fazer pesquisa” (Entrevista 2).

Com relação ao curso técnico e à natureza do curso, o que se pode observar é que, somente 15%, num total de 16 jovens, têm curso técnico.

Tabela 24. Se fez curso técnico

<b>Sim</b>	<b>15%</b>
<b>Não</b>	<b>85%</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Desses cursos técnicos, o curso de informática prevalece entre os mais cursados.

Tabela 25. Natureza do curso técnico.

<b>Curso</b>	<b>Número de entrevistados</b>	<b>Percentual</b>
<b>Informática</b>	9	56%
<b>Escrituraria Fiscal</b>	1	7%
<b>Tele marketing</b>	1	6%
<b>Almoxarifado</b>	1	6%
<b>Enfermagem</b>	1	6%
<b>Cabeleireiro</b>	1	6%
<b>Auxiliar de financeiro</b>	2	13%

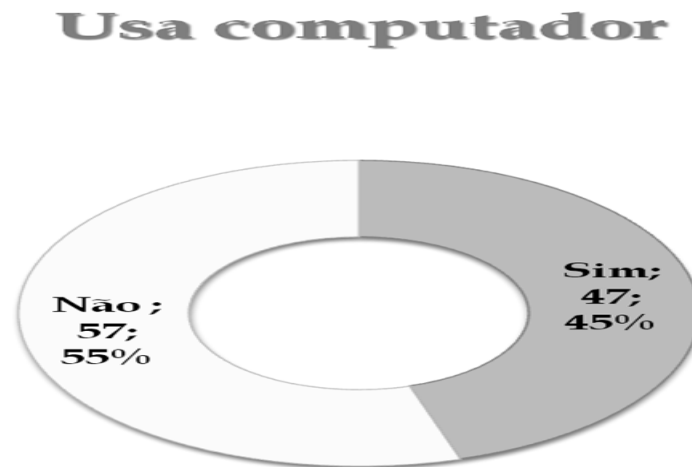
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Um total de 88 jovens, 85%, não fizeram curso técnico e estão dentro do percentual dos que estudaram somente até o ensino fundamental. Pode-se dizer que este cenário interfere de forma direta na possibilidade e qualidade de emprego, ao qual tem acesso esses jovens.

Com relação ao uso da tecnologia, pode-se observar que o acesso ao computador é de 45%.



Gráfico 4.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Apenas 13 jovens, isto é, 28%, possuem computador em casa. A maioria, 24, ou seja, 51% usa o computador em *lan house*.

Tabela 26. Local onde usa o computador

Local	Lan House	Casa	Trabalho / emprego	Faculdade	Colégio
<b>Número de entrevistados</b>	24	13	6	2	2
<b>Percentual</b>	51%	28%	13%	4%	4%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Sobre a finalidade do uso do computador, o maior percentual de uso é para comunicação, através dos sites de relacionamento orkut e msn, 44%. Em segundo lugar, a internet com 38%, em seguida, jogos com 11% e um pequeno percentual 7%, que o usa em função do trabalho.

Tabela 27. Finalidade do uso do computador.

<b>Finalidade</b>	<b>Percentual</b>
<b>Internet</b>	38%
<b>Orkut</b>	25%
<b>MSN</b>	19%
<b>Videogame</b>	11%
<b>Trabalho</b>	7%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Os dados acima evidenciam que a maioria desses jovens não têm acesso à tecnologia e às informações dela advindas, nem preparo tecnológico suficiente, que lhes proporcione um posto de trabalho de acordo com a demanda de uma sociedade informatizada e competitiva.

#### 4.7. TRABALHO

O perfil socioeconômico dos jovens migrantes está associado ao tipo de trabalho que executam. É em busca de trabalho e de melhor qualidade de vida, que as pessoas deixam seus lugares de origem e escolhem a cidade como destino. Chama atenção a precariedade do trabalho nas cidades de origem dos jovens.

É o que revela testemunho de jovem migrante de 18 anos, vinda do interior de Goiás: “A situação de trabalho lá é muito ruim, o local muito pequeno, quase não tem serviço, tinha que trabalhar um mês para ganhar 28 reais, se quisesse, e não tinha como ser diferente, o salário era muito barato e eu cuidava de uma criança” (Entrevista 1).

Em contraposição a esta realidade, os jovens migrantes, ao chegarem à cidade, não encontram o trabalho sonhado, mas a situação de emprego e estudo se configura melhor do que no lugar de onde migraram. “Aqui a coisa está melhor para mim, estou trabalhando e estudando. Trabalho junto com meu pai. Como ajudante de pedreiro. Antes eu tinha carteira assinada trabalhava como confeitiro na padaria. Ganhava um salário razoável, o salário mínimo” (Entrevista 3).

Pode-se observar que o percentual de jovens empregados é de 63% e, dos desempregados 37%, no universo de 104 jovens pesquisados. Dentre os

desempregados 11% são abertamente desempregados, isso significa que também não ocupam o seu tempo com estudos e/ou qualquer outra atividade.

Gráfico 5.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Para os jovens desempregados e que não estudam, o sonho da melhoria da condição de vida, fica difícil de concretizar-se, pois o avanço na melhoria da qualidade de vida está intimamente relacionado ao potencial econômico, que é o resultado da interação com o trabalho.

Embora, para muitos, o sonho de um trabalho e estudo ainda não se tenha concretizado, a esperança de consegui-los é alimentada pela visão de que, em Goiânia, existe um leque de oportunidades maior do que de onde vieram. Assim o confirma o depoimento a seguir: “Com relação ao trabalho: atualmente não estou trabalhando, pretendo começar amanhã. Tenho convite de um emprego. Vejo que aqui tem mais oportunidades de crescer profissionalmente e ter um bom trabalho” (Entrevista 2).

As possibilidades de acesso ao trabalho cresceram, mas não são fáceis de serem alcançadas. Há muita exigência na qualificação profissional e formação para o trabalho e os jovens, normalmente, chegam sem o preparo adequado para assumir os tão desejados postos de trabalho. No mercado de trabalho, se exige a

experiência comprovada em carteira, o tempo de serviço e a referência do último emprego.

Quem está mais preparado sai primeiro nesta corrida competitiva e tende a ocupar os postos melhores e os espaços que são oferecidos.

A natureza do trabalho que os jovens pesquisados da Região Noroeste encontram ao chegarem a Goiânia, se configura como trabalho precário, denominado “por conta própria” e em empresa privada.

Tabela 28. Natureza do serviço

<b>Por conta própria</b>	<b>Empresa Privada</b>	<b>Serviço Público</b>
64%	32%	4%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Os jovens que trabalham por conta própria, 64%, ocupam-se na função de diarista, pedreiro, trabalhos manuais, beleza/manicure, serviços esses de baixa remuneração.

Tabela 29. Em que trabalha

<b>Em que trabalha</b>	<b>Numero de entrevistados</b>
<b>Serviços Gerais</b>	<b>19</b>
<b>Pedreiro</b>	<b>12</b>
<b>Ajudante de costura</b>	<b>10</b>
<b>Vendas na feira</b>	<b>7</b>
<b>Manicure</b>	<b>4</b>
<b>Doméstica / Diarista</b>	<b>4</b>
<b>Secretaria</b>	<b>3</b>
<b>Ajudante supermercado</b>	<b>3</b>
<b>Trabalhos manuais</b>	<b>3</b>
<b>Fabrica de calçados</b>	<b>2</b>
<b>Contabilidade</b>	<b>1</b>
<b>Polícia Militar</b>	<b>1</b>
<b>Funcionário público / creche</b>	<b>1</b>
<b>Funcionário público limpeza urbana</b>	<b>1</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Com relação ao tipo de vínculo com o emprego, sobressai o descumprimento dos direitos trabalhistas, uma vez que 50% dos jovens que trabalham não possuem carteira de trabalho e não a têm assinada, .

Tabela 30. Sobre carteira de trabalho.

	<b>Com carteira assinada</b>	<b>Sem carteira assinada</b>	<b><i>Estatutário</i></b>
<b>Número de entrevistado</b>	30	33	3
<b>Percentual</b>	45%	50%	5%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Há, ainda, casos de trabalho não remunerado como pode ser observado no depoimento: “Eu trabalho na casa onde moro, cuido de duas crianças, são duas netinhas gêmeas, não tenho salário mas ela me dá de tudo. De vez em quando, quando ela tem ela me dá um dinheiro” (Entrevista 1).

Para quem está em busca de emprego, a realidade de falta de preparo e experiência comprovada não é fácil de superar. Resta-lhes como alternativa o mercado da informalidade, do trabalho autônomo, das férias livres. Ficando como primeira opção cuidar de crianças, o trabalho pesado de limpeza, de ajudante em firma terceirizada. Trabalhos pesados, insalubres, de baixa remuneração e sem a garantia dos direitos trabalhistas.

Os dados acima confirmam que 50% dos jovens empregados não possuem carteira de trabalho assinada.

Tabela 31. Tempo no emprego

<b>Tempo no emprego</b>	<b>1- 3 meses</b>	<b>4 -12 meses</b>	<b>1- 2 anos</b>	<b>2 – 4 anos</b>	<b>Acima de 4 anos</b>
<b>Nº. de entrevistados</b>	10	24	10	13	9
<b>Percentual</b>	15%	36%	15%	20%	14%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008

Os dados com relação ao tempo de trabalho mostram que o índice de 51% dos empregados está no emprego em tempo inferior a um ano de trabalho. Esse fato pode configurar uma rotatividade no emprego. Menos de um ano significa pouco vínculo e/ou não identificação com o trabalho.

Vale destacar que 15% desses 51% estão no trabalho no período denominado de período de experiência, tempo este em que as empresas, amparadas pela lei trabalhista, podem dispensar o jovem trabalhador, sem grandes ônus para seus cofres e/ou complicações com a legislação trabalhista.

#### 4.8. RENDA / POBREZA

A renda domiciliar de 13% dos jovens pesquisados está abaixo ou igual a R\$ 415,00 e de 33% dos jovens está abaixo ou igual a de R\$ 830,00, o que equivale a afirmar que 49% dos jovens vivem com uma renda domiciliar muito baixa.

Tabela 32. Renda domiciliar

Renda em Reais	R\$ 1,00 - 415,00	R\$ 416,00 - 830,00	R\$ 831,00 - 1.245,00	R\$ 1.246 - 1.804,00	R\$ 1.805,00 - 2.075,00	Acima de R\$ 2.075,00
<b>Percentual</b>	13%	33%	30%	16%	4%	4%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

A renda domiciliar demonstra a baixa remuneração salarial por domicílio, traz como consequência o baixo poder aquisitivo, beirando um quadro de pobreza. Fica assim evidente a necessidade da renda dos jovens, que trabalham, para ajudar nas despesas básicas da casa (água, luz, aluguel, alimento).

Mesmo assim, os entrevistados acham que é melhor aqui em Goiânia do que nos seus lugares de origem e que aqui ainda dá para fazer algumas economias. “

O serviço que tenho hoje, ta meio difícil, pois eu tive que buscar a minha filha, gastei muito ai eu fique com menos para guardar, porque a passagem e muito cara, e agora tenho que cuidar da minha filha também. Mas aqui ainda está melhor do que lá onde morava” (Entrevista 4).

Os dados a seguir abordam a renda *per capita*, nos três bairros pesquisados: bairros Parque Tremendão, Floresta e São Carlos.

Tabela 33. Renda per capita

Bairro Floresta	Bairro São Carlos	Bairro Parque Tremendão
R\$ 180,00	R\$ 200,00	R\$ 225,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

A tabela mostra que a renda *per capita* ficou abaixo da metade do salário mínimo, dentro do valor de 180 e 200 reais respectivamente. Esse valor configura-se como índice na linha da pobreza.

Tabela 34. Renda média dos três bairros pesquisados.

	Bairro Floresta	Bairro São Carlos	Parque Tremendão	Média entre os três bairros
<b>Renda Média</b>	R\$ 180,00	R\$ 200,00	R\$ 225,00	R\$ 201,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

A renda *per capita* média entre os três bairros ficou em R\$ 201,00. Valor abaixo da metade do salário mínimo, insuficiente para garantir uma qualidade de vida que permita acesso aos bens básicos para uma vida saudável e supra as necessidades primárias de uma pessoa humana tais como, alimentação, moradia, educação, saúde e transporte. Essa situação mostra, igualmente, o grande fosso social, devido à desigualdade econômica existente na cidade de Goiânia, especificamente entre a periferia e as regiões centrais da cidade.

Essa baixa renda também limita a possibilidade de os jovens participarem da vida da cidade, já que seu salário está sempre voltado para o atendimento das necessidades básicas, não lhes possibilitando, assim, conhecer a cidade, participar de eventos como cinema, teatro, festivais, visitar museus, exposições etc., enfim, interagir com a cidade e conhecer outros espaços além de seu bairro e local de trabalho.

#### 4.9. CONDIÇÃO DE MORADIA

A situação da moradia, nos bairros pesquisados, é precária, pois há um número elevado de pessoas por domicílio, seja em casas ou barracos. Um vai acolhendo o outro dentro da própria casa ou dá um jeito no quintal, cedendo espaço para parentes, amigos, ou conterrâneos. Esse fato pode ser confirmado pelo número de pessoas vivendo em cada domicílio.

Tabela 35. Número de pessoas por domicílio.

<b>Números de pessoas por domicílio.</b>	<b>Percentual</b>
2 pessoas	<b>14%</b>
3 pessoas	<b>22%</b>
4 pessoas	<b>26%</b>
5 pessoas	<b>16%</b>
6 pessoas	<b>5%</b>
7 pessoas	<b>5%</b>
8 pessoas	<b>6%</b>
9 pessoas	<b>5%</b>
11 pessoas	<b>1%</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Pelos dados apresentados, 38% dos entrevistados contam em seus domicílios com um número de pessoas variando entre 5 e 11 componentes, que dividem um pequeno espaço construído de alvenaria simples, na sua maioria, sem acabamento.

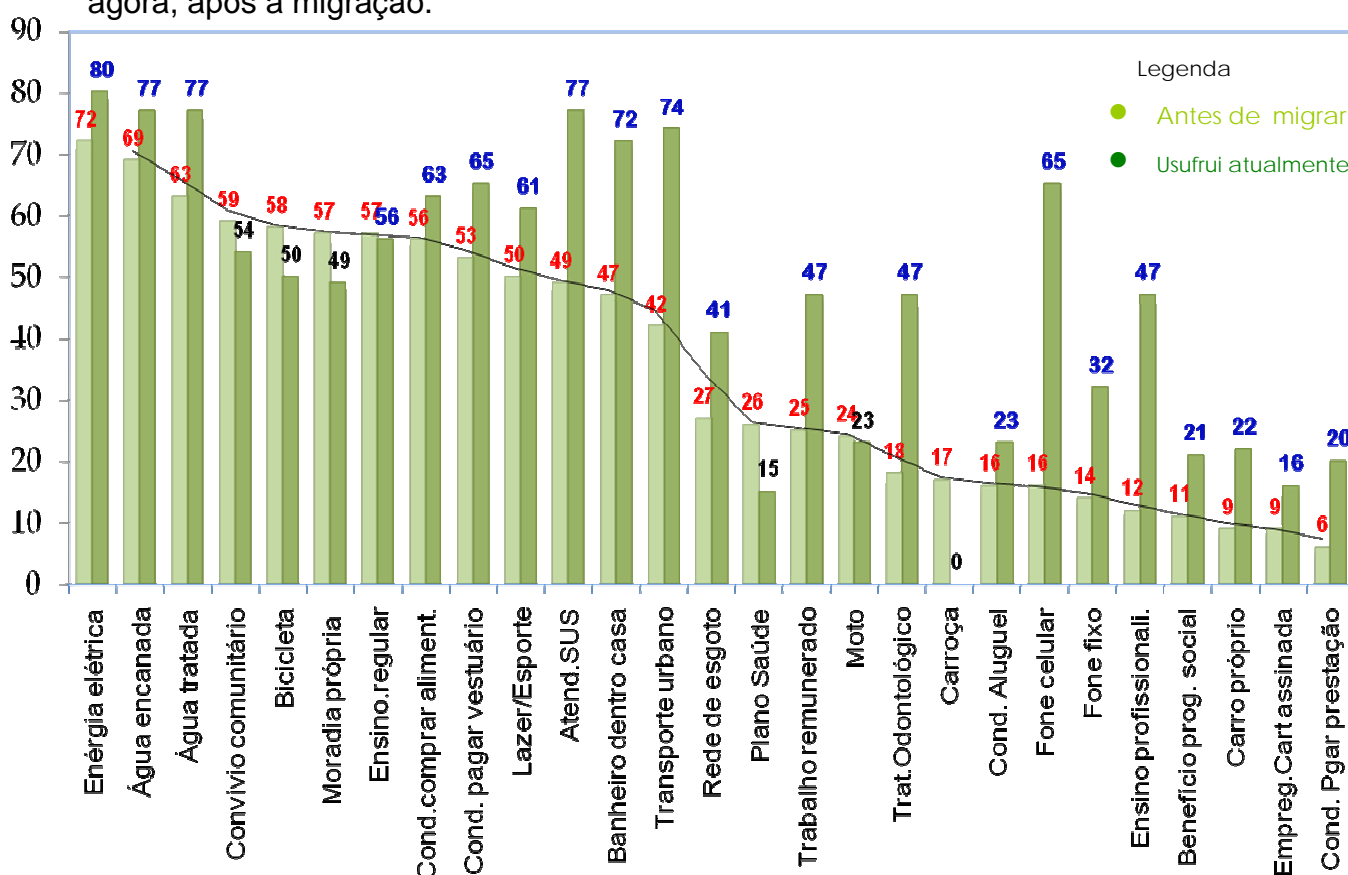
Esses dados revelam uma questão de qualidade de vida e sobrevivência, pois o espaço de moradia ocupado pelas pessoas, segundo observação feita, são casas pequenas e barracos com dois ou três quartos, a maioria de aluguel, como confirma o depoimento a seguir, afirmação feita por um jovem de 19 anos, vindo do interior de Goiás: “A casa aqui, apesar de ser aluguel é melhor do que onde eu morava. Aqui dentro de Goiânia morei sempre no bairro que moro hoje, só que já passei por muitas casas. Hoje estou morando nela pelo valor do aluguel que é mais barato” (Entrevista 3).



#### 4.10. INCLUSÃO E EXCLUSÃO EM RELAÇÃO AO LUGAR DE ORIGEM

Os dados a seguir explicitam uma análise comparativa entre o que os jovens usufruíam antes da migração e o que usufruem atualmente. Mostra os aspectos de crescimento, o acesso aos benefícios relacionados à melhoria na condição de vida e à possibilidade de uma sobrevivência digna.

Gráfico 6. Comparação entre o que se usufruía antes de migrar e o que se usufrui agora, após a migração.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Pode se observar que há um crescimento em todos os aspectos abordados em relação a maior acesso a saúde, energia elétrica, água tratada, rede de esgoto, trabalho remunerado, transporte, condições de comprar alimento, vestuário e pagar o aluguel. Além da possibilidade de acesso aos benefícios dos programas sociais, possuir carro e ter emprego com carteira assinada. O depoimento abaixo retrata bem essa realidade.

“Comparando a vida que tinha lá, minha vida melhorou. Aqui parei de beber e fumar. Aqui tenho mais facilidade de trabalho e tratamento de saúde, de ter carro e moto, e a própria qualidade da casa mesmo que ainda é de aluguel. A água lá era só encanada, banheiro fora de casa, e tinha e luz, nada de água tratada” (Entrevista 3).

Para a maioria, a vida na cidade ainda não está boa, mas está melhor que antes. Melhorou, pois antes tinha havia sonhos e desejos, mas faltavam os meios de realizá-los. Hoje, na cidade, continuam os sonhos e desejos e há perspectivas de realizá-los. Mas são muitas as dificuldades numa sociedade de grande concorrência, alta competitividade e extremamente excludente

A realidade pesquisada mostra que, embora a situação de trabalho e moradia se configurem de forma precária, há mais possibilidade de não passar fome, de crescer profissionalmente ou aprender outra profissão. Existem mais recursos para buscar outros meios de sobrevivência.

A questão parece ser mais complexa e demanda políticas que atendam às necessidades dos jovens tanto no campo como na cidade. E faz-se necessário que se tenha um olhar específico, abrangente que pense e execute políticas sociais, que atendam às necessidades de sobrevivência desses jovens, quer seja no campo, fazendo com que eles não tenham que migrar para sobreviver, quer seja na cidade aonde chegam sem respaldo social.

Apesar de ter havido uma melhora na condição de vida, pode-se notar, também que, entre os jovens, existem várias dificuldades que sobressaem no seu cotidiano e que não foram superadas com a migração.

A principal dificuldade enfrentada pelos jovens está relacionada com a principal motivação ao migrar: ter um emprego com seus direitos garantidos, ter tempo para estudar e crescer na profissão. Estas motivações perfazem um total de 52% das respostas dos entrevistados. É importante observar, também, que as demais dificuldades apontadas estão relacionadas com a questão do emprego, tais como: o custo de vida, dinheiro para pagar o transporte, falta de estudo e experiência no trabalho, casa própria e baixos salários.

Tabela 36. Principais dificuldades encontradas na vida na cidade.

<b>Principais dificuldades</b>	<b>Percentual</b>
Ter emprego	29%
Emprego com carteira assinada	13%
Tempo para estudar	10%
Custo de vida	9%
Transporte	8%
Falta de experiência no trabalho	5%
Falta de estudo	5%
Salário baixo	4%
Lugar para deixar os filhos	4%
Adaptar a cidade	4%
Tratar da saúde	4%
Casa própria	3%
Mora longe da família	2%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

O fato de estar ganhando pouco, saber que é insuficiente, mas alimentar a esperança de conseguir um trabalho, ajuda a suportar a realidade, mesmo não sendo como se gostaria que fosse.

Na cidade, a vida não é fácil. Há muitos desafios e dificuldades, sempre relacionados com seu grande sonho: trabalho bem remunerado, sobrevivência e vida melhor.

A luta continua. No campo ou na cidade. A falta de políticas públicas sérias e eficientes se faz evidente neste contexto social. A cidade não está preparada para a demanda da migração, que supera seu plano estrutural. O campo não segura mais seus jovens, pela política social ali instalada ou por falta dela. O tempo não para, não espera, passa o tempo e a juventude passa junto.

Esse movimento por um lado sustenta a esperança, mas, por outro, estabiliza um “estado de miséria” e mata sonhos. Pois quem ganha pouco, no máximo consegue viver de forma precária, tendo que fazer escolha entre o urgente e o necessário. O que pode e o que deve ser adiado, trabalhar ou estudar, comer ou vestir.

Esta realidade pode levar a pessoa a se conformar com o sentimento de que está ruim, mas está melhor do que estava antes. Situação contraditória e perversa que empurra a juventude pobre pelo caminho da marginalidade, do dinheiro “fácil”, do mundo das drogas que, na maioria das vezes, acaba por custar-lhe a própria vida.

Os jovens, em suas repostas sobre os desafios e dificuldades, expõem a situação em que se encontram e deixam transparecer o sentimento de exploração, em relação ao trabalho. Os entrevistados, em sua maioria, demonstram, em suas respostas, que trabalham em condições, muitas vezes, desumanas, sem ter registro na carteira de trabalho, sendo mal remunerados, sem ter acesso às garantias e direitos trabalhistas. Eles têm consciência da submissão a esse sistema e veem suas vidas e seus sonhos serem reduzidos a duras rotinas de trabalho e “curto” dinheiro, que mal dá para suprir o necessário para a vida. Ao mesmo tempo, também se veem influenciados pelos apelos da sociedade de consumo que trazem, na sua essência, o ter coisas como importante para ser alguém na sociedade.

Os principais desafios enfrentados pelos jovens migrantes entrevistados são o trabalho e a moradia. O trabalho é apontado por 33% dos jovens e a moradia por 19%. Esses dados levam a crer que o desafio da casa própria e o ter um emprego perpassam o tempo todo a vida desses jovens e fundamentam o motivo de sua migração, pois eles saem do lugar de origem em busca do básico para sobrevivência, que advém do fato de ter trabalho e condições dignas para morar.

Tabela 37. Desafios dos jovens pesquisados, hoje.

<b>Desafios dos jovens pesquisados hoje</b>	<b>Percentual</b>
Ter emprego	33%
Moradia	19%
Saudade da família	8%
Adaptação	8%
Não ter amizade	7%
Desconhecer a cidade	6%
Escola	5%
Cultura diferente	4%
Convívio social	3%
Violência	3%
Falta de experiência no trabalho	2%
Benefícios sociais	1%
alcoolismo	1%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Pelos dados da pesquisa, pode-se afirmar que o movimento migratório das pessoas está sempre associado à busca por suprir as necessidades humanas básicas e novas formas e estratégias de sobrevivência. A migração é parte de uma estratégia da família ou do indivíduo para melhorar seu *status* sócio econômico, que nem sempre é alcançado, pois a cidade, despreparada para receber este contingente populacional, não atende às necessidades desses migrantes, que engrossam as filas dos necessitados, usuários dos benefícios da assistência social.

Esses jovens fazem planos, sonham e dizem querer mudar essa dura realidade de desigualdade e injustiça social, advinda da própria dinâmica e forma de organização do sistema capitalista que rege a sociedade. Sistema centrado no lucro, acumulação, escandalosa desigualdade social, consequência de uma histórica concentração de renda, exploração e forma de apropriação da terra, sobretudo dos benefícios concedidos para os ricos sobre os pobres.

#### 4.11. RETORNO AO LOCAL DE ORIGEM

Ao se perguntar aos jovens migrantes se desejam voltar ao seu lugar de origem, 63% dos entrevistados responderam que não e somente 37%, disseram que sim.

Gráfico 07.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Os que responderam que não retornariam ao lugar de origem, tabela 34, alegam os seguintes motivos: 41% por falta de recursos básicos; 29% por falta de emprego e 14% por não ter mais vínculo.

Tabela 38. Por que não voltaria.

<b>Por que não voltaria</b>	<b>Percentual</b>
Falta de recursos básicos	<b>41%</b>
Falta de emprego	<b>29%</b>
Não tem mais vínculo	<b>14%</b>
Clima muito quente	<b>4%</b>
Aqui vive melhor	<b>4%</b>
Cidade atrasada	<b>4%</b>
Não tem como estudar	<b>4%</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Se juntarmos a falta de recursos básicos e a falta de emprego, somamos um percentual de 70% das respostas dadas. Esses motivos, do não retorno à sua origem, estão associados à falta de políticas sociais e de infra-estrutura básica que permitam aos jovens permanecerem no seu lugar de origem. Políticas que evitariam a migração “forçada” que desestrutura as pessoas que migram e provoca o crescimento desordenado das cidades, agravando as questões sociais.

As políticas sociais públicas deveriam priorizar a questão do trabalho voltado para a juventude. Segundo os entrevistados, ao serem perguntados sobre o que seria necessário para retornar ao lugar de origem, 64% responderam ter condições de trabalho, e 22% ter condições para viver melhor.

Tabela 39. O que seria necessário haver no lugar de origem para voltar

<b>O que seria necessário ter no lugar de origem para voltar</b>	<b>Percentual</b>
Ter condições de trabalho	64%
Ter condições para viver melhor	22%
Ter como montar o próprio negócio	7%
<b>Ter casa própria</b>	7%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Os dados obtidos pela pesquisa refletem que as questões da busca por sobrevivência e o acesso ao trabalho são as maiores motivações que levam os jovens a migrarem. Ao serem perguntados sobre o que seria necessário para voltarem ao seu lugar de origem, 64% responderam que só voltariam se tivessem condições de trabalho e 22% de viverem melhor. Assim, fica evidente que as questões trabalho e vida digna são prioridades para os jovens voltarem ao seu lugar de origem ou permanecerem na cidade.

#### 4.12 SONHOS E DECEPÇÕES

Os jovens acreditam em dias melhores sonham em realizar seus objetivos e acreditam poderem conquistar maior autonomia. Os planos desses jovens para o futuro é lutar por estudar, ter casa própria e bom emprego com carteira assinada, como pode ser visto nos dados abaixo.

Tabela 40. Planos para o próximo ano

	<b>Percentual</b>
Estudar	<b>23%</b>
Ter bom emprego com carteira assinada	<b>22%</b>
Casa própria	<b>18%</b>
Fazer faculdade	<b>10%</b>
Casar ter filhos	<b>6%</b>
Comprar moto	<b>4%</b>
Comprar carro	<b>4%</b>
Melhorar a vida	<b>4%</b>
Crescer na profissão	<b>3%</b>
Ter próprio negócio	<b>3%</b>
Reforma a casa	<b>2%</b>
Mudar de bairro	<b>1%</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Esses jovens sonham e fazem planos para o futuro. Os dados retratam os seus planos: ter moto, carro, casar, ter filhos, reformar casa, ter o próprio negócio, mudar de bairro. No entanto, a maior percentagem recai sobre os seguintes itens:



estudar - 23%; ter bom emprego - 22%; ter casa própria - 18%; fazer faculdade - 10%.

Os planos dos jovens pesquisados coincidem com as motivações que os fizeram sair de seu lugar de origem e migrar e, ao mesmo tempo, constituem as principais dificuldades encontradas na atualidade.

Parece ser um círculo vicioso que não tem saída. Perante esta problemática, surge a necessidade de se pensarem alternativas que atendam às necessidades, expectativas e desejos desses jovens que, como cidadãos, são portadores de direitos e deveres.

É preciso pensar em alternativas que atendam aos jovens, tanto os que moram ainda no interior, como os que migraram para a cidade grande. Planejar e executar programas e políticas públicas que atendam e deem condições dignas de vida.

A pesquisa revela que há necessidade de pensar, criar e executar políticas sociais públicas direcionadas às regiões de onde migram esses jovens e para outras regiões que possam ser local potencial de saída de jovens, em direção à cidade.

Revela também que esse movimento migratório dos jovens é contínuo, tanto do campo para cidade, de cidade para cidade e dentro da própria cidade, até conseguirem um lugar onde possam morar de acordo com suas possibilidades econômicas.

Os jovens pesquisados de 18 a 25 anos, residentes na Região Noroeste de Goiânia, especificamente nos bairros São Carlos, Floresta e Parque Tremendão, trazem no seu perfil o baixo índice de escolaridade e formação técnica, o baixo poder aquisitivo e a luta constante por emprego.

Nem todos os pesquisados têm acesso ao emprego e os que têm, o têm a empregos de baixa remuneração. As motivações pelas quais migraram estão associadas ao trabalho e acesso aos bens materiais básicos para a sua sobrevivência.

Alguns aspectos da pesquisa indicam a necessidade de maior aprofundamento na questão do trabalho, pois contraria-se a idéia de que na cidade é fácil encontrá-lo, já que se percebe que a questão do trabalho continua sendo o grande desafio. Esse desafio perpassa o antes da migração, configurando-se nas motivações pelas quais migraram; o durante, que aparece como um dos maiores

desafios do jovem migrante hoje; e o depois, uma vez que o ter um trabalho é a questão central para continuar na cidade ou retornar ao lugar de origem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da migração é algo conhecido e tratado pela literatura especializada. São conhecidos os fatos de pessoas, entre elas jovens, que precisam, por um motivo ou outro, deixar o lugar onde nasceram e se deslocar para outro.

A cidade de Goiânia é alvo de pesquisa sobre o crescimento de sua população, da sua expansão urbana e da sua discrepância na configuração dos seus bairros, na maneira de viver e de se comportar dos seus habitantes, quanto à moradia, usufruto de bens de consumo e preenchimento das necessidades básicas da vida como saúde, educação e transporte. Essas diferenças sociais são devidas à grande concentração de renda na mão de poucos, enquanto muitos dos seus habitantes não possuem o necessário para a sua sobrevivência. Estas pessoas encontram-se confinadas nos bairros periféricos que contornam a cidade.

A contribuição deste trabalho consiste em, a partir dos dados estatísticos e a fala dos jovens migrantes entrevistados, apresentar um perfil dos jovens migrantes da cidade de Goiânia, concretamente de três bairros periféricos: Parque Tremendão, São Carlos e Floresta, pertencentes à região Noroeste, considerada região de segregação social.

Com relação aos jovens pesquisados fica evidente que saem de seu lugar de origem, campo ou cidade interiorana devido à falta de perspectiva de vida, de campo de trabalho e de possibilidade de melhora nos estudos. Pois, se encontravam trabalho onde moravam, era em troca de um salário miséria que, além de ferir a sua dignidade como pessoa, não lhes permitia a aquisição de bens básicos para o seu sustento e de suas famílias.

Esta realidade mostra a não existência de políticas sociais que facilitem a permanência desses jovens no seu próprio lugar de origem obrigando-os a migrarem para outros lugares. Mostra não só a falta de políticas sociais no campo e nas cidades do interior, mas as diferenças sociais e econômicas existentes nas diferentes regiões do Brasil, uma vez que muitos dos jovens migrantes entrevistados vêm de outros estados, onde as condições de sobrevivência são ainda mais insuficientes.

A pesquisa mostra que, ainda hoje, em pleno século XXI, permanece um cenário, em diversos lugares do país, no qual predominam os baixos salários e as precárias condições de vida da população, especificamente, nas regiões de onde vieram os jovens pesquisados. Já que os salários que recebiam, segundo depoimentos de alguns dos jovens entrevistados, mostram que os traços do passado escravista permanecem nas estruturas econômica e social do país.

No Brasil, o desenvolvimento interno do capitalismo se deu em conexão com o sistema de escravidão, com a estrutura senhorial de exploração e a estratificação da sociedade se configuram em uma desigualdade social e em crônica questão social.

A pesquisa aponta esse aspecto ao revelar as motivações desses jovens migrantes ao migrarem para cidade: a busca por trabalho, associada à qualidade de vida, ao crescimento profissional e à moradia própria.

A escolha de Goiânia é apontada como o local para morar por encontrarem nela possibilidade de melhoria na condição de vida, acesso ao trabalho, ao crescimento profissional, ao tratamento de saúde, fatores deficitários ou inexistentes onde moravam.

A hipótese levantada na pesquisa se confirma, pois, esses jovens, impulsionados pelo sonho de conseguir um trabalho, saem do lugar de origem em busca de melhores condições de sobrevivência. Atraídos pela possibilidade de trabalho na cidade com o crescimento do comércio, da indústria e infraestrutura disponível iniciam um movimento migratório em direção à cidade até alcançar um local que lhes proporcione realizar os seu objetivos.

O processo migratório dos jovens em questão se revela como um ciclo vicioso, uma vez que os jovens saem de seu lugar de origem na busca de um trabalho que lhes garanta uma vida melhor e, ao chegarem à cidade, defrontam-se com o próprio despreparo profissional. Assim, a solução é se submeter a qualquer trabalho que se lhes apresente. Por outro lado, na cidade, não encontram uma infraestrutura que os acolha e assegure seus direitos e lhes proporcione meios adequados ao seu aperfeiçoamento profissional. Sem preparo e sem recursos, veem-se obrigados a ir para as periferias onde o custo de vida é mais barato.

Desta forma, a situação profissional e existencial dos jovens pouco ou nada se transforma, pois os motivos que os impulsionaram a migrar continuam sendo ainda objetivo a ser atingido. Não obstante, eles preferem permanecer na cidade já

que nela veem a possibilidade de chegarem a encontrar aquilo que os fizeram sair de seu lugar de origem.

Esse ciclo é alimentado pela insuficiente presença de políticas sociais públicas que atendam de forma adequada, tanto a população que habita no campo, quanto os migrantes que chegam à cidade.

Na cidade, a migração acelera o crescimento urbano e evidencia a falta de infraestrutura, aumentando a exclusão social e a baixa qualidade de vida. Os territórios na cidade são delimitados pelo poder aquisitivo. A desigualdade econômica e social é gritante. O acesso a uma boa infraestrutura, saneamento básico, moradia, bom trabalho e assistência médica estão também condicionados pelo poder aquisitivo. É grande o fosso social existente dentro de uma mesma sociedade.

As políticas sociais econômicas, por não irem à raiz das questões sociais, mantêm as antigas e provocam novas desigualdades e novas formas de exclusão social. Assim, a pesquisa mostra como os jovens migrantes, no seu lugar de origem, são excluídos por não terem condições de acesso a bens como saúde, educação, trabalho. Mas, ao chegarem à cidade, são excluídos por não estarem preparados para entrar no competitivo mercado de trabalho. Desta forma, são empurrados para a periferia e precisam se submeter a subempregos para se manterem. Estes jovens compõem o quadro de pessoas com baixa escolaridade que, por terem de trabalhar para sobreviver, se veem impossibilitados de usufruir dos benefícios que a cidade grande oferece e dos direitos que lhes são assegurados, como cidadãos, pela própria Constituição Brasileira, fazendo parte dos excluídos: da terra, do trabalho e de renda suficiente para viver.

A pesquisa aponta para o fato de serem jovens os migrantes em questão, e, neste caso, a situação se agrava, uma vez que a juventude é o momento da vida humana no qual se está lutando pela autonomia.

A autonomia se conquista à medida que se fazem escolhas conscientes e livres. Quando a pessoa é capaz de justificar suas escolhas e decisões é uma pessoa auto-regida, capaz de dialogar com os outros no contexto onde vive.

Aos jovens migrantes são cerceadas as possibilidades de se tornarem autônomos, uma vez que lhes restam poucas ou praticamente nenhuma possibilidade de fazer escolhas, de tomar decisões, já que precisam se submeter às condições oferecidas pela sociedade, em vista da sobrevivência.

Mesmo diante desse cenário, os jovens continuam sonhando, acreditam em dias melhores. Sonham em realizar seus objetivos e esperam poderem conquistar maior autonomia. Talvez esta atitude de luta seja um aceno de esperança e um apelo para a necessidade de reestruturação social que vise uma sociedade justa e igualitária.

## Referências

ABRAMO, Helena Wendel, Condição juvenil no Brasil contemporâneo..In: ABRAMO,Helena W. e BRANCO Pedro P. M. *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, 1997. n. 5/6, maio-dez, p.25-36.

ALVES, Maria de Lourdes. *Goiânia uma cidade de migrantes*. (Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás).Goiânia, 2002.

BARRIENTOS-PARRA, Jorge. Revista de Informação Legislativa, Brasília.a.41 n.163/Jul/Set. 2004.

BASSEGIO, Luiz. TRAVESSIAS NA DE\$ORDEM GLOBAL. In: Fórum Social das Migrações. Serviço Pastoral do Migrante. Org. São Paulo. Paulinas. 2005.

BERNARDES, Genilda Darc. *Goiânia, Cidade Planejada e Cultura da Modernidade*. (Dissertação de Mestrado). Brasília. UNB 1998.

BOLIGIAN & ALVES. Geografia. Espaço e Vivência. São Paulo: Atual, 2004.

BORGES, Pedro Célio. *Formação e representação do Estado de Goiás*. In: SOUZA, Dalva Borges (org.). *Goiás sociedade & Estado*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004.

BOURDIEU, P. *A juventude é apenas uma palavra*. In BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Trad. De Jeni Vaistsn. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRITO, Fausto. (2000). Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? Anais da ABEP, Caxambu, 2000.

CAMPOS, F. Itami. *A política tradicional em Goiás: 1930 a 1960*. In: SOUZA, Dalva Borges (org). *Goiás sociedade & Estado*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004.

CARDOSO, Alberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. In: Novos Estudos. São Paulo, CEBRAP, Março 2008.

CARDOSO, Ruth. Juventude: conceito e visões. São Paulo. Encontro Estadual de Políticas Públicas de Juventude - Mesa redonda. 2004.

CORDBETTA, Piergiorgio. Metodologia e técnicas de investigación social. Madrid: Mc Graw –Hill/ Interramericana Espanha, S.A.V., 2003.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1991. 2ª Edição.

DIAS, Luciana C. de Oliveira e GUIMARÃES, Maria T. Canezin. *Jovens Pobres, Espaços de Formação e Estratégias de Sobrevivência*. In GUIMARÃES, Maria T. Canezin. Coord. *Jovens, Educação e Campos Simbólicos*. Goiânia; Editora UCG. 2007.

FERNANDES, Florestan In: Octavio Ianni (Org). *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo. Editora Ática. 1991.

FERREIRA, Ignez G. B. *Os desafios da urbanização brasileira*. In LESTIENNE, B. MILESI R. GUERTECHIN. Thierry L. *População e Pobreza*. São Paulo. Loyola. 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas*. in. NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo. *Juventude e Sociedade*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo; 1ª reimpressão, janeiro 2006.

GALEANO, Eduardo. *Las venas abiertas de América Latina*. Madrid; Siglos XXI Editores: 2ª Edición en España; 5ª reimpresión, mayo 2007.

GOMES, Rui Rocha. *Goiânia desigual e segregadora*. In PAULA, Flavia Maria Assis e CAVALCANTI, Lana de Souza (org). *A cidade e seus lugares*. Goiânia; Editora Vieira 2007 p.29-52.

GONÇALVES, Alfredo J. *População e pobreza - Migrações internas: evoluções e desafios*. in LESTIENNE, B. MILESI R. GUERTECHIN. Thierry L. *População e Pobreza*. São Paulo. Loyola. 2003.

GONÇALVES, Alfredo José. *IMIGRANTES NO BRASIL*. in TRAVESSIAS NA DESORDEM GLOBAL. Fórum Social das Migrações. Org. Serviço Pastoral do Migrante. São Paulo: Paulinas, 2005.

GONTIJO, C. " A revolução agrícola no Brasil:singularidade do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira,1850-1930" In: Revista de Economia Política, v. 8, n. 2, p. 77-92, 1988.

GROPPO, Luís Antonio. *Juventude Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes, e LEME, Heládio Jose de Campos. *Caracterização Histórica e Configuração Espacial da Estrutura Produtiva do Centro – Oeste*. In Revista Redistribuição da População e Meio Ambiente São Paulo e Centro-Oeste. Campinas, Dez 1997. Texto NEPO.



LEE, Everett S. UMA TEORIA SOBRE MIGRAÇÃO. In BNB ETENE MIGRAÇÃO INTERNA; Textos Seleccionados. Hélio A. de Moura. Coord. Fortaleza, 1980.

MARX, K. *O capital*. São Paulo, Abril Cultural. 1982.

MELO Clóvis. *Os Ciclos Econômicos do Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Lamert. 1969.

MILESE, Rosita e AMBROS, Simone. *Políticas Públicas para las migraciones internacionales*. Brasília: Gráfica Aliance, 2006.

MINAYO, M.C. de Souza (org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001. 18ª Edição.

MOURA, Hélio Augusto. UMA TEORIA SOBRE MIGRAÇÃO. In BNB ETENE MIGRAÇÃO INTERNA; In: Textos Seleccionados. Hélio A. de Moura (Coord.) Fortaleza, 1980.

MOYSES, Aristides. *Espaço e urbanização: conflitos sociais na Região Noroeste de Goiânia*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PUC, 1996.

\_\_\_\_\_. Territórios Segregados em Goiânia: leitura sociopolítica da região Noroeste. In OLIVERIA, Adão Francisco. NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. Org. Coletânea, *Cidades sustentáveis políticas públicas para o desenvolvimento*. Goiânia. UCG 2006. Pág. 121-144.

NETTO. José Rodrigues de Carvalho. *Ao encontro da lei. O novo Código Civil ao alcance de todos*. São Paulo. Imprensa Oficial, 2003.

PARRA. Jorge Barrientos, *O Estatuto da Juventude Instrumento para o desenvolvimento integral dos jovens*. Brasília. Revista de Informação Legislativa. 41 n. 163 jul./set. 2004.

PERALVA, Angelina. *O jovem como modelo cultural*. Mai /Jun / jul/ Agost. Revista da Faculdade de Educação USP. 1997.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização*. São Paulo, 2007. 3ª reimpressão. Editora Boitempo.

----- . *Atlas da Exclusão social no Brasil*. Nº. 2. São Paulo: Cortez, 2003.

RAVENSTEIN, E. G.(1885). As leis da migração. In: MOURA, H. A. (org.). *Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise*. Tomo 1: 19-88. Fortaleza: BNB, 1980.

RUA, M. G. . As Políticas Públicas e a Juventude dos Anos 90. In: CNPD - Comissão Nac. de Pop. e Desenv.. (Org.). *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília: CNPD - Comissão Nac. de Pop. e Desenv., 1998, v. , p. 731-752.

SAWYER, D. & RIGOTTI, J. I. R. Migration and Spatial Distribution of Rural Population in Brazil, 1950-2050. Presented at the Special Session on Brazilian Demography at the 24th General Population Conference of the IUSSP, Salvador, Bahia, Brazil, September 18-24, 2001.

SILVA, Adailton Lopes Torres. *Estado, planejamento e gestão pública em Goiás: os governos Mauro Borges e Marconi Perillo* (Dissertação de Mestrado). , 2003.

SILVA, Benedicto. Coordenação Geral. DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SILVA, Margot Riemann Costa e. A modernização da pecuária leiteira em Piracanjuba (GO) e os benefícios para os trabalhadores (2001-2002). *Fragmentos de Cultura*. V. 14Goiânia: UCG, 2004. p. 15-37.

SINGER. Paul I. *Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo*. In BNB ETENE Migração Interna; textos selecionados. Coordenador Hélio A. de Moura. Fortaleza, 1980.

\_\_\_\_\_. *A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social*. in: retratos da Juventude Brasileira. Análise de uma pesquisa nacional. ABRAMO, Helena W. e BRANCO Pedro P. M. São Paulo; Editora Fundação Perseu Abramo. 2005.

SPOSITO; Marília Pontes (coord.), (2002). *Juventude e escolarização (1980/1998)*. Brasília: MEC/INEP/Comped (Estado do Conhecimento, 7).

VAINER, C. B. e BRITO, F. *Migration and Migrants Shaping Contemporary Brazil. Presented at the Special Session on Brazilian Demography at the 24th General Population Conference of the IUSSP, Salvador, Bahia, Brazil, and September 18-24, 2001.* (disponível em CD-ROM).

VIOTTI da Costa Emilia. *Da monarquia a república. Momentos decisivos*. São Paulo. Brasiliense. 1994.

VITTA, Álvaro. *Sociologia da Sociedade Brasileira*. 6ª Edição, São Paulo: Editora Ática. 1997.

#### Fontes Documentais

ASSIS, Deire. Migração faz crescer diferenças entre ricos e pobres em Goiânia. *O Popular*, Goiânia, 09 nov. 2008 , p. 03.

BRASIL: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei Federal nº. 8069/90 de 13/ 07/ 1990.

ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO, ano I, nº.2. Goiânia: janeiro/março, 2000.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. Termo de Ajustamento de Conduta. Goiânia, 12 abril, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA..Guia de Atendimento de Crianças e Adolescentes do Município de Goiânia.2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. Regularização – Chácaras 119 e 158-Setor Tremendão. PROCESSO nº. 32606770.

SEPLAM/FUNDEC, Um estudo sobre pobreza: políticas e perspectivas em Goiânia. Goiânia, 2006.

Artigos (on line) consultados

Google < <http://www.google.com.br/>>. AcessoJunho de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Anos 2000 e 2007. Disponível em< [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/)>Acesso em: 4 de junho de 2008.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. Um ensaio sobre as causas e características da migração. Ano 2000. Disponível em:< [http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/ensaio\\_migracao.pdf](http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/ensaio_migracao.pdf)> Acesso em: 04 set. 2008.

RODRIGUES, Juciano Martins. Dinâmica populacional de Goiânia; o crescimento das regiões na década de 1990. Ano 1997. Disponível em: <[www.seplan.go.gov/sepim/pub/conj/conj08/05.htm](http://www.seplan.go.gov/sepim/pub/conj/conj08/05.htm)>. Acesso em 27 fev.2008.

SEPLAN. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. Disponível em: <[www.seplan.go.gov.br](http://www.seplan.go.gov.br), > Acesso em: 5 nov.2008.

TAGLIETTI. Dáblio Batista. A natureza social e econômica da Lei de Terras de 1850: Disponível em: < [www. sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1\\_3\\_35.pdf](http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1_3_35.pdf) > Acessado em: 12 dez., 2008.

Fontes Orais

Entrevista 1. Uma Jovem de 18 anos vinda do interior de Goiás.

Entrevista 2. Um Jovem de 20 anos do interior de Tocantins.

Entrevista 3. Um Jovem de 19 anos do interior de Goiás.

Entrevista 4. Uma Jovem de 19 anos nascida interior do Maranhão.

Entrevista 5. Uma jovem de 24 anos que nasceu no interior do Maranhão.

Entrevista 6. Uma jovem de 25 anos que nasceu no interior do Ceará.

## Anexo I

## Roteiro das entrevistas

1. Idade:
2. Sexo
3. Grau de Escolaridade.
4. Local de origem.
5. Motivo da vinda para Goiânia.
6. Com era a vida no lugar de origem.
8. Em que trabalhava.
9. Por que migrou para Goiânia
10. Ano que chegou a Goiânia.
11. Situação de vida e trabalho em Goiânia.
12. Em que mudou a sua vida com a migração.
13. Dificuldades e sonhos no momento atual.

Anexo II

Questionário